

Relatório de Gestão

2024

SENADO FEDERAL

MESA DIRETORA

2023/2025

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton (PDT-MA)
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
1ª SUPLENTE

Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
2ª SUPLENTE

Senador Dr. Hiran (PP-RR)
3º SUPLENTE

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
4º SUPLENTE

Gustavo A. Sabóia Vieira
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

2025/2027

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
PRESIDENTE

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa (PT-PE)
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)
PRIMEIRA-SECRETÁRIA

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
TERCEIRA-SECRETÁRIA

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
1º SUPLENTE

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
2º SUPLENTE

Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
3º SUPLENTE

Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)
4ª SUPLENTE

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

CARTA DE APRESENTAÇÃO
ILANA TROMBKA



A publicação anual do Relatório de Gestão do Senado Federal representa um momento de reflexão e compromisso com o aprimoramento contínuo dos nossos processos institucionais. Mais do que um demonstrativo da correta aplicação dos recursos públicos, este documento reflete nossa dedicação aos princípios da cidadania, governança, transparência e sustentabilidade, que norteiam as ações desta Casa Legislativa. Faço um convite à leitura e destaco a seguir algumas das informações contidas neste relatório de 2024.

Seguimos avançando na promoção da participação popular e na inclusão social. Durante o ano, o portal e-Cidadania registrou 30,5 milhões de acessos, com 6,6 milhões de usuários distintos, consolidando-se como um dos mais importantes canais de interação entre o Senado Federal e a sociedade. A ferramenta Ideia Legislativa recebeu 9.466 novas sugestões, enquanto a Consulta Pública contou com mais de 1,42 milhão de votos em proposições legislativas, demonstrando a crescente participação dos cidadãos no processo decisório.

Na esfera da governança, a Casa prosseguiu no aprimoramento da gestão desde a implementação do modelo *Objectives and Key Results* (OKR), permitindo um acompanhamento mais eficiente dos 7 objetivos institucionais e 40 resultados-chave de desempenho. Também investimos R$ 67,6 milhões em tecnologia da informação, modernizando sistemas internos, automatizando processos e aprimorando a segurança cibernética.

2024 marcou a celebração dos 200 anos de criação do Senado. A programação comemorativa incluiu uma série de eventos, projetos e ações direcionados aos cidadãos que resgataram a trajetória da Instituição, reforçando seu papel essencial na construção da democracia brasileira. O lançamento do Portal do Senado 200 anos centralizou informações sobre o bicentenário, fortalecendo a memória institucional e o acesso público a conteúdos históricos.

A transparência e o combate à desinformação foram reforçados por meio de ações inovadoras, como o “Senado Verifica – Fato ou Fake?”, canal criado para checagem de informações e combate à disseminação de notícias falsas. Além disso, os esforços contínuos na ampliação do Portal da Transparência e do Portal de Dados Abertos garantiram acesso mais amplo e estruturado aos dados legislativos e administrativos. A Secretaria de Transparência realizou auditorias detalhadas em 3.316 conjuntos de dados, corrigindo 128 inconsistências, o que evidencia a priori-

dade dada à integridade das informações públicas.

No eixo da sustentabilidade, reafirmamos nosso compromisso com o disposto na Agenda 2030 da ONU. O Viveiro do Senado foi certificado como Sala Verde, promovendo educação ambiental acessível e práticas sustentáveis. A plataforma Flora do Senado foi lançada para catalogar espécies botânicas, com QR Codes que permitem acesso a descrições em áudio, legendas e Libras. Além disso, o Senado ampliou sua gestão de resíduos sólidos, encaminhando a cooperativas 6.029 kg de materiais recicláveis, reduzindo significativamente o impacto ambiental das suas operações.

Essas iniciativas foram reconhecidas nacional e internacionalmente. O Senado foi premiado com o Prêmio A3P, concedido pelo Ministério do Meio Ambiente, na categoria Construções Sustentáveis, pelo projeto "Acessibilidade no Viveiro". Além disso, conquistamos o Prêmio Marco Maciel na categoria ESG, reforçando nossa posição como referência em governança ambiental e social.

A equidade e a inclusão seguiram como pilares da atuação institucional. Lançamos o 3º Plano de Equidade de Gênero e Raça (2024/2025) e instituímos a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, promovendo um ambiente de trabalho mais representativo e diverso. O Mapa Nacional da Violência de Gênero, desenvolvido pelo Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) em parceria com o DataSenado, tornou-se um modelo internacional de monitoramento da violência de gênero, sendo apresentado na 68ª Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU e reconhecido com o Prêmio *Global Transformation* – Categoria *Global Impact*.

Os resultados apresentados neste Relatório de Gestão evidenciam o alinhamento do Senado Federal com os valores mais nobres de uma administração pública moderna e voltada para o futuro: transparência, governança, inovação e responsabilidade no uso dos recursos públicos. Continuamos empenhados em aprimorar nossos processos e serviços, garantindo um Senado cada vez mais acessível, sustentável e eficiente para a sociedade brasileira.

Por fim, diante da minha responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) do presente relatório, DECLARO que a sua elaboração e apresentação estão de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado e em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos na Decisão Normativa-TCU nº 198, de 2022, nos termos do § 3º do art. 8º da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 2020, observando as finalidades previstas no seu art. 3º e os princípios para elaboração e divulgação da prestação de contas previstos no seu art. 4º.

Desejo uma boa leitura a todos e todas!

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

SUMÁRIO

01 CONTEXTO ORGANIZACIONAL

1.1. VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL 7

1.2 GESTÃO ESTRATÉGICA - CICLO DE PLANEJAMENTO 2023-2025 11

1.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA 15

02 ATIVIDADE PARLAMENTAR

2.1 PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL 25

2.2 COMISSÕES DO SENADO FEDERAL 28

2.3 CONGRESSO NACIONAL 29

2.4 PRONUNCIAMENTOS 30

2.5 INDICADORES LEGISLATIVOS 31

2.6 SECRETARIA GERAL DA MESA 34

03 RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

3.1 TRANSPARÊNCIA 44

3.2 E-CIDADANIA 45

3.3 OUVIDORIA 48

3.4 DATASENADO 51

3.5 REDES SOCIAIS 59

3.6 VISITAÇÃO 60

04 GESTÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

4.1. EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA 63

4.2 OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA 89

4.3 ACESSIBILIDADE 100

4.4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 110

05 RESULTADOS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO CORPORATIVA 121

5.2 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 121

5.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 135

5.4 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA 138

5.5 GESTÃO PATRIMONIAL 151

5.6 GESTÃO DE PESSOAS 153

5.7 RESULTADOS CORRELACIONADOS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU 170

06 ORÇAMENTO, FINANÇAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 181

6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 183



CONTEXTO ORGANIZACIONAL

1

1.1 VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL

O Senado é uma das casas do Poder Legislativo federal, que desempenha, em conjunto com a Câmara dos Deputados, a função de legislar sobre matérias de competência federal, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Além da elaboração de normas com força de lei, o Senado exerce papel essencial na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, visando a legalidade, economicidade e eficiência na gestão de recursos públicos.

No âmbito das suas competências privativas, o Senado possui atribuições jurisdicionais e de controle, sendo responsável pelo julgamento de altas autoridades em casos de crimes de responsabilidade, conforme o art. 52 da Magna Carta. Entre os agentes passíveis de julgamento pelo Senado estão o presidente e o vice-presidente da República, ministros de Estado, comandantes das Forças Armadas, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; bem como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), os membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o procurador-geral da República e o advogado-geral da União.

Outra função essencial prevista na Constituição é a apreciação pelo Senado Federal sobre a escolha de autoridades, a qual se efetiva com a realização de sabatina e posterior aprovação, por maioria absoluta, das indicações feitas pelo presidente da República para diversos cargos estratégicos. Entre essas nomeações destacam-se as de ministros dos tribunais superiores, procurador-geral da República, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) indicados pelo presidente da República, presidente e diretores do Banco Central, chefes de missão diplomática e titulares de outros cargos que a lei determinar.

O Senado também exerce papel crucial na política fiscal e na gestão da dívida pública, ao exercer as seguintes competências privativas previstas na Constituição:

- autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios;
- fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;
- dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;
- estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A composição do Senado Federal segue o princípio do federalismo equilibrado, sendo formado por 81 senadores, com 3 representantes para cada estado e para o Distrito Federal, independentemente do

tamanho da população, garantindo a igualdade de representação das unidades federativas no processo legislativo. Os senadores são eleitos pelo sistema majoritário para mandatos de oito anos, com a renovação alternada a cada quatro anos, quando se escolhe um terço (27 senadores) em uma eleição e dois terços (54 senadores) na eleição subsequente. Cada senador é eleito com dois suplentes, que assumem o mandato em caso de vacância, conforme previsto na legislação eleitoral.

O Senado Federal tem sido, ao longo de seus 200 anos de existência, um dos pilares da estabilidade institucional do Brasil. Para além de sua inquestionável importância política, desempenha um papel essencial na organização do Estado brasileiro, assegurando equilíbrio entre os Poderes, representatividade federativa, controle da Administração Pública e estabilidade nas relações jurídico-políticas do país.

CADEIA DE VALOR

A organização estrutural do Senado Federal, a definição das competências de suas unidades organizacionais e o disciplinamento do seu funcionamento estão formalizados, principalmente, nos seguintes documentos internos, que podem ser acessados por meio dos respectivos links:

- Regimento Interno do Senado Federal (RISF);
- Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF); e
- Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal (ROA).

A cadeia de valor constitui base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo maior alinhamento entre ambos e, consequentemente, maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange à cadeia de valor do Senado Federal, foram identificados dois grandes blocos de processos:

1) **Atividade Parlamentar; e**
2) **Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional.**

Os processos relacionados à atividade parlamentar, conforme previsão constitucional, são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos – no caso do Senado Federal, a sociedade e os estados federados.

Os processos relacionados à estratégia, gestão e suporte organizacional são aqueles que apoiam os processos de atividade parlamentar, coordenando, controlando e direcionando recursos financeiros, humanos, materiais, tecnológicos, entre outros.


CADEIA DE VALOR
MISSÃO
Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.
ATIVIDADE PARLAMENTAR
• Processo Legislativo;
• Fiscalização e Controle das Políticas Públicas;
• Investigação e Inquérito Parlamentar.
ESTRATÉGIA, GESTÃO E SUPORTE ORGANIZACIONAL
• Desenvolvimento Organizacional;
• Relações e Comunicação Institucional;
• Gestão de Pessoas;
• Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil;
• Segurança Institucional;
• Gestão de Tecnologia da Informação;
• Gestão da Informação;
• Consultoria Legislativa;
• Assessoria Jurídica;
• Educação Corporativa;
• Auditoria Interna;
• Secretariado do Processo Legislativo;
• Administração e Logística.
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL: abrange os processos relacionados a governança e a estratégia.
ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA: envolve os processos relacionados a contratação, gestão patrimonial, gestão de infraestrutura e gráfica.
RELAÇÕES E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: contempla os processos relacionados a transparência e comunicação.
CONSULTORIA LEGISLATIVA: compreende os processos de consultoria técnica legislativa e orçamentária.
VISÃO
Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A organização estrutural do Senado Federal é dinâmica e tem sido ajustada de maneira contínua para se adaptar às mudanças do ambiente, a fim de facilitar a implantação da estratégia e atender às demandas da sociedade, em primeiro plano, e, por conseguinte, dos parlamentares.

A estrutura atual da Casa está representada, de forma simplificada, na figura seguinte. Nela são apresentadas as unidades legislativas e administrativas que compõem a instituição.

Alternativamente, ao acessar o *QR Code* seguinte, é possível visualizar a estrutura desta Casa Legislativa em formato de listagem dos órgãos.



1.2 GESTÃO ESTRATÉGICA - CICLO DE PLANEJAMENTO 2023-2025

ELEMENTOS ESTRATÉGICOS

Desde 2020, o Senado Federal adota a metodologia "Objetivos e Resultados-Chave" – em inglês, *Objectives and Key Results (OKR)* – para desdobramento e execução do seu Planejamento Estratégico. Essa metodologia simplifica a definição de objetivos e metas, possibilitando maior alinhamento e engajamento em torno de resultados mensuráveis.

Os Resultados-Chave do Senado Federal (KRs) passam, a cada novo ciclo, por processos de reavaliação, sempre em conformidade com os demais elementos estratégicos da Casa.

Vale destacar que os Valores da Instituição estão detalhados em uma Carta de Compromissos.



Nota: Documento de aprovação: Ato da Comissão Diretora nº 5 de 2015

RESULTADOS-CHAVE 2023-2025

O atual ciclo de Resultados-Chave (KRs) foi planejado levando em consideração o aprendizado dos ciclos anteriores, principalmente do ciclo 2021-2023, e o diagnóstico realizado junto às secretarias do Senado Federal.

As propostas iniciais de KRs foram submetidas ao Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica (CGCGE), que, com base nos Elementos Estratégicos da Administração do Senado Federal, selecionou 40 Resultados-Chave (KRs) para serem alcançados entre setembro de 2023 e janeiro de 2025.

Os Objetivos e Resultados-chave para o Ciclo de Planejamento 2023-2025 foram estabelecidos pelo Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, conforme Ata publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 8961.

Objetivo Estratégico 1: Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso de recursos públicos
KR CORP 1.1 - Acompanhar achados e recomendações da AUDIT de forma automatizada
KR CORP 1.2 - Fomentar a Gestão de Riscos no Senado por meio da oferta de 4 ações ou eventos de capacitação
KR CORP 1.3 - Automatizar 15 processos de gestão de pessoas via Central de Serviços
KR CORP 1.4 - Implementar novo modelo de gestão do Program a de Estágio
KR CORP 1.5 - Automatizar acompanhamento dos planos de gestão
KR CORP 1.6 - Garantir a adesão de 40 credenciados na rede do plano de saúde do SIS por meio de edital próprio
KR CORP 1.7 - Implementar sistemática corporativa de desenvolvimento descentralizado de soluções em 5 áreas de negócio do Senado
KR CORP 1.8 - Automatizar os procedimentos de instrução de aditivos contratuais, reajuste e repactuação, por meio de 4 módulos no GESCON
KR CORP 1.9 - Automatizar 66% dos registros de ocorrência e outros procedimentos de natureza policial

Objetivo Estratégico 2: Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho
KR CORP 2.2 - Rever e automatizar o processo de captação e tratamento das demandas de capacitação
KR CORP 2.3 - Implementar registro de pagamentos de fornecedores detalhados por competência e tributação relativa à EFD-Reinf
KR CORP 2.4 – Implantar os módulos de gerenciamento de solicitações de empenho e pagamento contratuais
KRCORP 2.5 – Implantar sistema corporativo de diárias
KR CORP 2.6 – Aportar solução de inteligência artificial, com base em linguagem natural, as duas áreas temáticas do processo orçamentário.
KR CORP 2.7 Definir e implanter o Processo de Gestão de Demandas de projetos, sustentação de sistemas e help-desk (2000) no Prodasen
KR CORP 2.8 – Atualizar o universo de dados gerenciais (BI) do GESCON com as informações que existem no sistema transacional
KR CORP 2.9 – Implantar o Termo de Referência – TR eletrônico (SENIC)
KR CORP 2.10 – Selecionar e incorporar uma solução de gestão de processos jurídicos
KR CORP 2.11 – Finalizar a implementação do editor de textos normativos articulados (Lex Edit Web)
KR CORP 2.12 – Integrar os painéis do Plenário da Câmara dos Deputados com dados de votação de senadores e os do Plénário do Senado Federal com dados de votação de deputados em sessões do Congresso Nacional
KR CORP 2.13 – Implantar Sistema de Gestão de Eventos

Objetivo Estratégico 3: Valorizar as pessoas
KR CORP 3.1 – Institucionalizar o Programa de Formação Gerencial – PFG Básico e Avançado, oferecendo dois ciclos anuais (2 básicos e 1 avançado)
KR CORP 3.2 – Publicar nova política de capacitação e incentivo ao desenvolvimento dos colaboradores
KR CORP 3.3 – Implementar novo modelo de atendimento da Central do Servidor alinhando o suporte de segundo nível
KR CORP 3.4 – Disponibilizar o Programa de Desenvolvimento Individual –PDI para todas as unidades do Senado e garantir a adesão de quatro Secretarias
KR CORP 3.5 – Garantir a adesão de 30% dos servidores elegíveis aos exames periódicos de 2024

Objetivo Estratégico 4: Fortalecer a tranparência e a comunicação
KR CORP 4.1 – Publicar a edição 2023-2025 do Plano de Proteção de Dados Pessoais do Senado Federal
KR CORP 4.2 – Redesenhar e migrar a página da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) para o portal eletrônico do Congresso Nacional

Objetivo Estratégico 5: Readequar a estrutura física
KR CORP 5.1 – Modernizar o Sistema de fornecimento de energia de emergência, abrangendo 80% da carga do Complexo Arquitetônico do Senado Federal
KR CORP 5.2 – Atender as demandas de reforma e manutenção de ambientes físicos de forma integrada e orientada ao cliente
KR CORP 5.3 – Modernizar a rede de telefonia de voz, instalando 1.200 aparelhos VoIP e 300 expansores de teclas
KR CORP 5.4 – Modernizar os sistemas de áudio do Plenário 3 e do Auditório Petrônio Portella

Objetivo Estratégico 6: Preservar a memória do Senado
KR CORP 6.1 – Reformular a exposição permanente do Túnel do Tempo

Objetivo Estratégico 7:Priorizar as atividades-fim do Senado
KR CORP 7 .1 – Reformular o leiaute do Portal de Atividade Legislativa com base na experiência do usuário
KR CORP 7.2 – Publicar norma regulamentando Frentes e Grupos Parlamentares
KR CORP 7.4 – Publicar índice relacionado aos dados de violência contra a mulher no Portal da Transparência do Senado por meio de indicador e metodologia a serem estabelecidos
KR CORP 7.5 – Aumentar em 10% a quantidade de Acordos de Cooperação Técnica – ACTs firmados entre o Interlegis e Casas Legislativas
KRCORP 7.6 – Reduzir em 50% o tempo entre apresentação, processamento e implementação de emendas em projetos de crédito orçamentário para confecção de substitutivo e autógrafo (modulo de créditos orçamentários do Lexor)
KR CORP 7.7 – Reduzir em 50% o tempo de análise da apreciação de vetos presidenciais apostos em matérias orçamentárias (modulo de vetos do Lexor)
KRCORP 7.8 – Implementar funcionalidade do aplicativo Senado Digital para acesso a documentos elaborados pela CONLEG

RESULTADOS ALCANÇADOS

O acompanhamento da evolução dos Resultados-Chave e, consequentemente, dos Objetivos Estratégicos é realizado mensalmente, a partir de informações prestadas pelos responsáveis de cada KR.

Com essas informações, o Escritório de Governança e Gestão Estratégica (EGOV) e a Diretoria-Executiva de Gestão avaliam o desempenho e os riscos que possam comprometer a execução do Plano Estratégico, para identificar necessidades de ajuste e correção.

A figura seguinte apresenta um retrato da execução, até dezembro de 2024, dos 40 KRs planejados para o Ciclo 2023-2025.

Nesse contexto, merece destaque o fato de os Resultados-Chave relacionados aos seguintes Objetivos terem sido totalmente alcançados:

- **Fortalecer a transparência e a comunicação;**
- **Preservar a memória do Senado.**

Informações mais detalhadas sobre a realização das metas de cada KR podem ser obtidas nos relatórios disponíveis no site do Senado e acessíveis por meio do seguinte link: [Relatórios Mensais de Monitoramento dos KRs 2023-2025.]



1.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Modelo de Governança Corporativa do Senado Federal engloba a sistemática pela qual a Casa é dirigida, monitorada, controlada e incentivada a atuar no interesse da sociedade brasileira, com vistas a garantir, entre outros, o alinhamento das ações organizacionais à estratégia institucional, à eficiência no uso de recursos, à gestão dos riscos corporativos e à avaliação de desempenho organizacional.

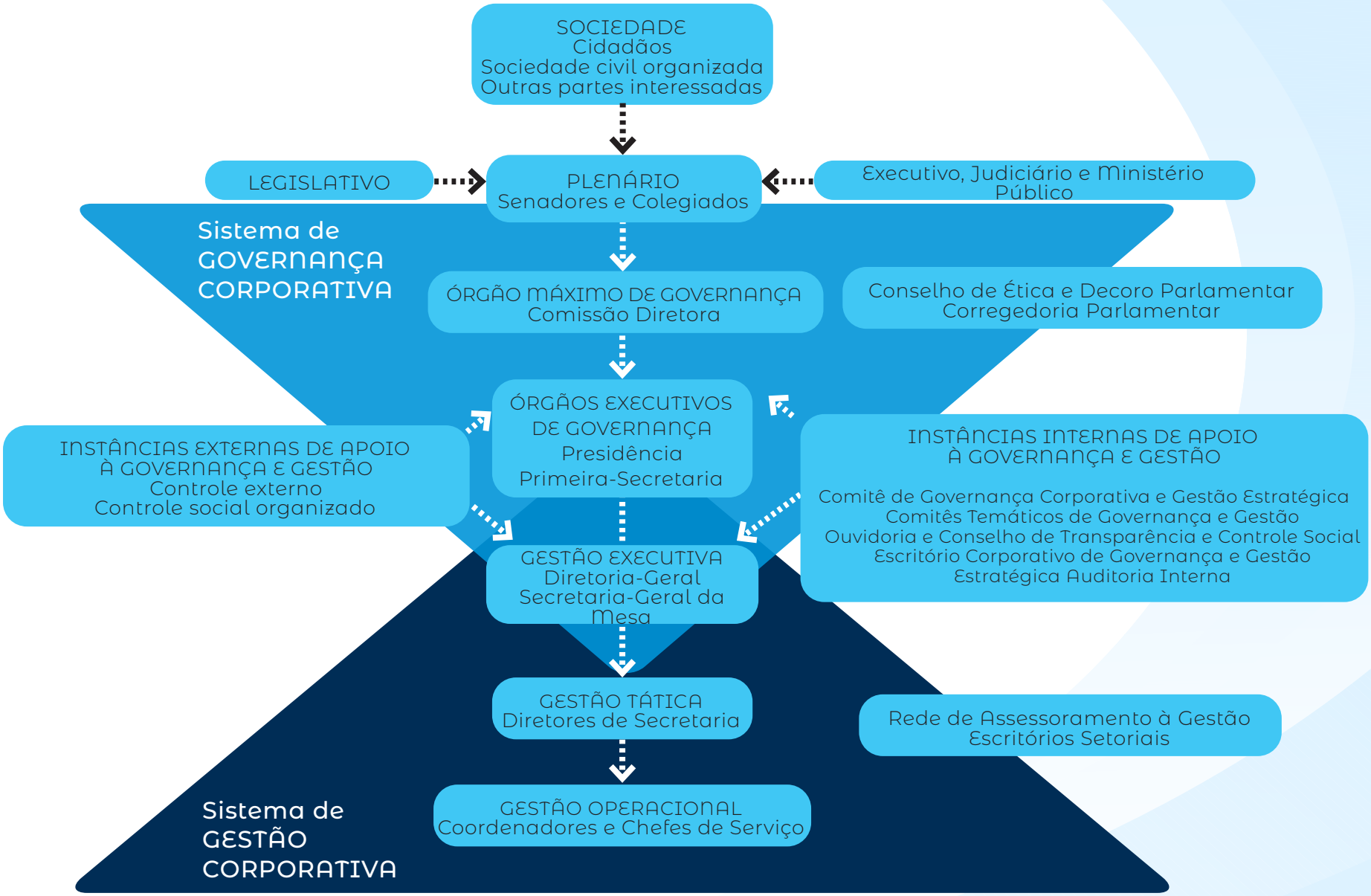
A governança do Senado Federal, em sentido amplo, decorre de dispositivos da Constituição Federal, a qual preceitua que todo poder emana do povo (sociedade) e que seu exercício dar-se-á, indiretamente, por meio dos seus representantes eleitos.

Adicionalmente, a Carta Magna do país estabelece a missão e as competências do Senado Federal, bem como as atribuições da Mesa Diretora e do presidente, atribuindo ao Plenário da Casa a competência privativa para, por meio de Resolução, promover mudanças do Regimento Interno bem como mudanças em sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração.

Realizando este mandato constitucional, o Regimento Interno do Senado Federal institui e atribui à Comissão Diretora, composta pelos titulares da Mesa, o papel de órgão máximo de governança administrativa. Dessa forma, nota-se que os princípios e pressupostos democráticos e representativos expressos na Carta se desdobram e permeiam, partindo da sociedade por meio de seus representantes, o sistema de governança corporativa do Senado Federal. Afinal, enquanto a Comissão Diretora exerce o papel de órgão máximo de governança administrativa da Casa, cabe ao Plenário eleger seus membros ou ainda, por iniciativa de qualquer senador ou colegiado regimental, dispor sobre o seu funcionamento e atribuições.

Adicionalmente, o Regulamento Administrativo e o Regulamento Orgânico e Administrativo do Senado Federal estabelecem as competências administrativas dos demais órgãos constituintes dos sistemas de governança e gestão corporativa.

O sistema de governança corporativa do Senado Federal vai além de sua origem e estrutura constitucional e representativa ao incorporar, por meio de um processo de modernização e de orientação para as partes interessadas difusas, boas práticas e referências em governança pública nos aspectos de transparência, prestação de contas e responsabilização.


SOCIEDADE
Cidadãos
Sociedade civil organizada
Outras partes interessadas
LEGISLATIVO
PLENÁRIO
Senadores e Colegiados
Executivo, Judiciário e Ministério Público
Sistema de GOVERNANÇA CORPORATIVA
ÓRGÃO MÁXIMO DE GOVERNANÇA
Comissão Diretora
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Corregedoria Parlamentar
ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE GOVERNANÇA
Presidência
Primeira-Secretaria
INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA E GESTÃO
Controle externo
Controle social organizado
INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA E GESTÃO
Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica
Comitês Temáticos de Governança e Gestão
Ouvidoria e Conselho de Transparência e Controle Social
Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica
Auditoria Interna
GESTÃO EXECUTIVA
Diretoria-Geral
Secretaria-Geral da Mesa
GESTÃO TÁTICA
Diretores de Secretaria
Rede de Assessoramento à Gestão
Escritórios Setoriais
Sistema de GESTÃO CORPORATIVA
GESTÃO OPERACIONAL
Coordenadores e Chefes de Serviço

POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS

As Políticas do Senado Federal objetivam aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança, orientando a atuação dos seus gestores e colaboradores. Elas definem ações, atribuem responsabilidades, orientam condutas, contribuem para o direcionamento estratégico e estabelecem determinações para as atividades corporativas. Adicionalmente, contribuem para aumentar a transparência sobre as práticas adotadas internamente na Casa.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Estabelece princípios e diretrizes de governança, define mecanismos para seu exercício, regulamenta o Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal e define as instâncias internas de apoio à governança.

Plano Estratégico 2023-2025

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS ORGANIZACIONAIS

Compreende princípios, diretrizes, objetivos e requisitos, tendo como finalidade prover as orientações estratégicas para o sistema de gestão de riscos organizacionais e segurança corporativa, a partir de aspectos normativos, éticos, técnicos, econômicos e científicos.

POLÍTICA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO CORPORATIVO NO SENADO FEDERAL

Dispõe sobre o Sistema de Inovação e Empreendedorismo Corporativo no Senado Federal, com o objetivo de estimular a iniciativa e a participação de seus colaboradores no desenvolvimento de soluções inovadoras, de modo a valorizar propostas que contribuam com a prestação de um serviço público de excelência.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Trata dos princípios, objetivos, instrumentos e competências, visando ao estabelecimento de práticas estruturantes para uma atuação socioambientalmente correta.

Plano de Gestão de Logística Sustentável 2024-2025

Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

POLÍTICA DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO DO SENADO FEDERAL

Versa sobre os princípios, as diretrizes, os objetivos, as ações necessárias à sua efetiva implementação, bem como regulamenta o Plano de Diversidade, Equidade e Inclusão, que está a cargo do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal.

Plano de Equidade de Gênero e Raça 2024/2025

POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

Visando a garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal, a Política esti-

pula princípios e diretrizes, bem como estabelece que será mantido grupo de trabalho multidisciplinar permanente, composto por representantes de áreas da administração, com participação de servidores com deficiência, para a criação e o monitoramento do plano de ação específico.

Plano de Acessibilidade 2024/2025

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL

Visa à integração dos princípios e das regras regentes das ações de aperfeiçoamento profissional do corpo funcional da Casa, tendo como objetivo principal o aprimoramento de conhecimentos individuais em favor do cumprimento das missões institucionais.

Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal 2024

POLÍTICA DE CONTRATAÇÕES

Compreende princípios, diretrizes, competências e alçadas decisórias, bem como institui e regulamenta o Comitê de Contratações.

Plano de Contratações Anual 2024

POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Compreende objetivos, princípios, diretrizes, estruturas e competências, tendo por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso da tecnologia da informação (TI) com as estratégias de negócio da Casa. Também institui e regulamenta o Comitê de Governança de TI.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2023-2024

POLÍTICA CORPORATIVA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Estabelece princípios, diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências e subsídios para a implantação do sistema de gestão de segurança da informação, a fim de viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações recebidas, produzidas, processadas, armazenadas e transmitidas pela Casa.

Plano de Ação em Segurança Cibernética (PASC) 2023-2025

POLÍTICA CORPORATIVA DE GESTÃO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO SENADO FEDERAL

Compreende princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades para orientar e subsidiar as tomadas de decisão e a estruturação de ações e procedimentos que tangem ao gerenciamento assertivo e tempestivo de incidentes de segurança da informação, a fim de viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade dos ativos de informação do Senado Federal.

GESTÃO DE RISCOS

O processo de Gerenciamento de Riscos utilizado no Senado Federal é baseado no Processo Corporativo de Gestão de Riscos, customizado a partir da Norma ISO 31.000 e disponibilizado institucionalmente no Repositório Corporativo de Processos, permitindo que qualquer unidade do Senado Federal execute o processo no seu respectivo contexto, com o suporte metodológico do Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV).

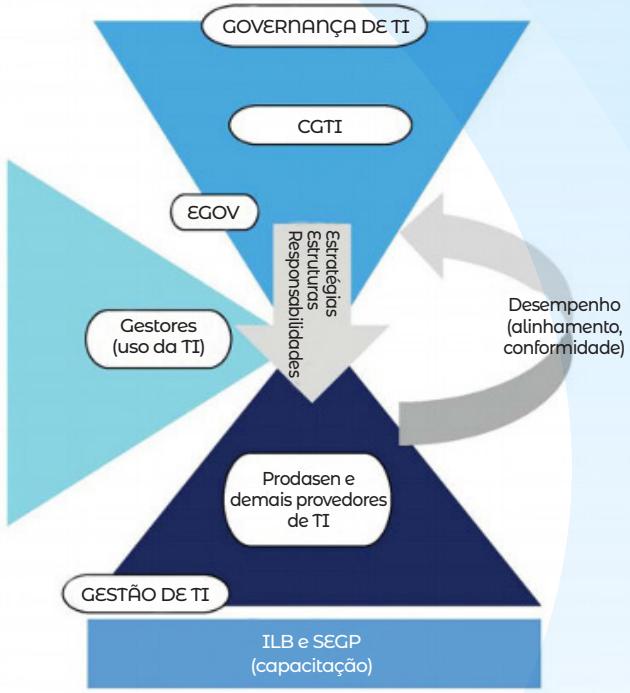
Este processo vem sendo aplicado no âmbito da Governança de TI, especialmente na elaboração e monitoramento dos Planos Diretores de TI (PDTI), desde 2016. Durante a execução do PDTI, há o monitoramento contínuo dos projetos, em que os riscos são identificados, avaliados e tratados, incluindo o escalonamento dos riscos mais críticos ao Comitê de Governança de TI (CGTI), quando necessário.

No âmbito da Gestão Estratégica do Senado Federal, baseada no método de Objetivos e Resultados-Chave (OKR), também ocorre a gestão de riscos, aqui tratados como impedimentos. Neste caso, o monitoramento é realizado mensalmente, quando todos os riscos e impedimentos são analisados e devidamente tratados.

GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em maio de 2015, o Senado Federal aprovou um projeto estratégico com o objetivo de instituir a Política de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI), publicada em outubro de 2016, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2016.

Essa Política definiu os papéis e as responsabilidades relativas à Governança e à Gestão de TI no SF, conforme apresentada na Figura ao lado.



Sistema de Governança de TI do Senado Federal.

O Comitê de Governança de TI (CGTI) é responsável por definir as estratégias, as estruturas e as responsabilidades relativas à Tecnologia da Informação no âmbito do SF. A partir destas definições, cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e aos demais provedores de serviços de TI, destacando-se a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), atuarem na gestão de TI, provendo serviços nos termos acordados junto aos gestores de negócio das diversas áreas demandantes. Aos gestores de negócio, que também têm suas competências formalizadas na PGTI/SF, cabe fazer a gestão dos seus respectivos sistemas.

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) e o ILB têm a responsabilidade de prover as capacitações necessárias nas áreas de Governança e de Gestão de TI.

Ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV), órgão subordinado à DIREG, compete a assessoria e o secretariado ao CGTI.

O Comitê de Governança de TI tem forte atuação no processo de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PDTI).

Dessa forma, com a publicação da Política de Governança de TI, que resultou na implantação do Sistema de Governança de TI, o índice de maturidade em Governança de TI (iGovTI) do Senado Federal, definido e avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), saltou de 0,17 em 2016 para 0,65 em 2018 e na última medição, em 2024, alcançou 0,81, demonstrando uma forte capacidade de planejamento, execução e monitoramento de suas atividades de TI. Comparativamente, esses resultados destacam-se entre os diversos indicadores avaliados, refletindo um alto nível de maturidade e eficácia na gestão de TI e segurança da informação da Casa.

Além do Comitê de Governança de TI, dois comitês destacam-se como impulsionadores de governança de TI no Senado: o Comitê Gestor do Site do Senado Federal (CGSSF) e o Comitê de Segurança da Informação (CSI).

O Comitê Gestor do Site do Senado Federal tem por objetivo promover e gerenciar ações que organizem apresentação, forma e estrutura de serviços e informações dos sítios do Senado Federal e do Congresso Nacional. Atua tanto na internet quanto na intranet e em mídias correlatadas e dispositivos móveis. Entre as competências do Comitê estão elaboração de política de uso do sítio do Senado Federal, aprovação de regras e orientações para a gestão do sítio, definição de critérios para determinar o grau de relevância dos tipos de conteúdo publicados, estabelecimento de procedimentos para a inclusão, retirada e atualização de informações, elaboração de normas para criação, uso e extinção de domínios e de contas institucionais de mídias sociais oficiais do Senado Federal.

O Comitê de Segurança da Informação, por sua vez, é responsável por planejar, coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Corporativa de Segurança da Informação do Senado (PCSI) e das normas complementares e as ações de segurança da informação; analisar e formular ações de segurança da informação para o Senado Federal, considerando a conformidade com a legislação e as recomendações e boas práticas pertinentes; fomentar a cultura de segurança da informação no Senado Federal; além de planejar a capacitação dos usuários em segurança da informação, dentre outras.

Como resultado direto da atuação do CSI, destacam-se deliberações sobre atualização de sistemas operacionais do parque tecnológico do Senado; possíveis ataques cibernéticos; adesão à rede de equipes formada por Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal, coordenada pelo Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR-Gov); melhorias de segurança nos Sistemas de Autenticação e Validação de Credenciais (SAVCs) e auditorias realizadas pelo TCU e respectivas recomendações

GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES

Com a publicação da Política de Contratações do Senado Federal (ATC nº 12/2014 – Anexo V do RASF), a Governança de Contratações no Senado Federal foi formalmente institucionalizada, por meio do estabelecimento de:

- *Diretrizes da Política de Contratações;*
- *Comitê de Contratações;*
- *Competências dos atores envolvidos no processo de contratações.*

Dessa forma, o Senado Federal, segundo o ciclo clássico de Governança:

- *Avalia as necessidades das áreas e as prioridades institucionais relacionadas às aquisições;*
- *Direciona as contratações do órgão por meio do Plano de Contratações;*
- *Monitora o desempenho das contratações, evitando que riscos e problemas ocorridos durante as contratações prejudiquem o atingimento dos objetivos organizacionais.*

Dentre os benefícios gerados pelo estabelecimento da Governança de Contratações, ressaltam-se:

- *Priorização das contratações com foco institucional e não mais apenas segundo visões setoriais e não integradas;*
- *Definição clara de papéis, estabelecendo claramente as responsabilidades de cada ator envolvido no processo, destacando-se os papéis do Comitê de Contratações, dos órgãos técnicos e dos órgãos demandantes;*
- *Monitoramento contínuo das contratações, permitindo que o grau de execução do orçamento pudesse ser otimizado;*
- *Eliminação do problema relacionado à falta de integração entre o planejamento e a execução das contratações.*

O estabelecimento da Governança de Contratações no Senado Federal permitiu ao órgão ser considerado referência na área pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido convidado a apresentar o seu *case* no evento "Diálogos Públicos", destinado a trocar informações e conhecimentos com a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos.

Além disso, destaca-se que o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do processo de auditoria (TC nº 027.907/2022-8), instituído para avaliar o estágio de aplicação da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – NLL) no âmbito da Administração Pública federal, ao ranquear a utilização da NLL, apurou que o Senado Federal figurava em 1º lugar, entre os órgãos integrantes da administração direta, na adoção da Nova Lei. Tal constatação demonstra a eficiência e o êxito no planejamento e governança do Senado Federal instituídos no processo de transição para a NLL.

AVALIAÇÃO DA MATURIDADE EM GOVERNANÇA

O Senado Federal melhorou seu desempenho no Índice de Governança e Sustentabilidade (iESGo), feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), ao alcançar o percentual de 74,80%, aparecendo na 92ª posição entre as organizações avaliadas.

Pela primeira vez, o TCU reuniu indicadores de governança associados com as práticas sustentáveis socioambientais.

O índice é muito amplo e avalia praticamente todas as disciplinas de gestão dentro da Casa (gestão de pessoas, TI, segurança da informação, contratações, orçamento, impacto ambiental e social).

Nessa versão de 2024, o Senado se destacou nos novos critérios socioambientais, obtendo um resultado de 95,50% no Índice Integrado de Sustentabilidade Ambiental e Social (iES).

Para medir a governança e gestão na área ambiental, averiguou-se, por exemplo, se o desempenho da gestão de sustentabilidade ambiental é monitorado, se relatórios de monitoramento estão disponíveis para a liderança da organização e se, no caso de não alcançar as metas, a organização registra os motivos e propõe medidas de tratamento. No índice ambiental, o Senado obteve o percentual de 92,40%.

Já no de sustentabilidade social — que monitora, por exemplo, a definição de um modelo de gestão com o estabelecimento de responsabilidades, objetivos, indicadores e metas — a Casa alcançou o maior de todos os percentuais: 98%.

Especificamente no Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGG) — que sintetiza as práticas de governança organizacional e gestão públicas, excetuando as de sustentabilidade —, o Senado passou do percentual de 49,30%, em 2021, para 71,10% em 2024, o que representa uma evolução de mais de 44%.



ATIVIDADE PARLAMENTAR

2

Conforme as palavras do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, em 2024, momento no qual a Casa celebrou seus 200 anos, a atuação dos seus parlamentares demonstrou o seu compromisso com o fortalecimento da democracia e com o desenvolvimento do país, reafirmando seu papel histórico como instituição fundamental da República.

Durante a 2a Sessão Legislativa Ordinária da 57a Legislatura, o Senado manteve o alto desempenho observado em anos anteriores, com a aprovação, tanto em Plenário como nas Comissões (tramitação terminativa), de 1.200 proposições. Entre elas, destacam-se 7 propostas de emenda à Constituição, 18 projetos de leis complementares, 409 projetos de leis ordinárias, 11 medidas provisórias, 272 projetos de decretos legislativos, 56 projetos de resolução e 390 requerimentos. Também foram ratificadas as indicações de 37 autoridades nomeadas para cargos de relevância em diversas instituições públicas.

Os temas mais deliberados em 2024 foram infraestrutura, economia e políticas sociais, cada um com mais de 100 propostas aprovadas em Plenário.

Também merece destaque o aumento expressivo de iniciativas voltadas ao empreendedorismo e à preservação ambiental, demonstrando a atenção crescente do Senado a essas questões.

O Presidente da Casa, também, ressaltou que os resultados expressivos alcançados só foram possíveis graças ao trabalho conjunto e ao espírito público demonstrado pelos Senadores e Senadoras, que, independentemente de suas convicções partidárias, souberam construir consensos em torno das grandes causas nacionais.

Neste capítulo, são apresentados mais detalhes sobre o Processo Legislativo e a atuação dos parlamentares e da Secretaria Geral da Mesa.

Informações estatísticas mais aprofundadas podem ser consultadas no Relatório da Presidência do Senado Federal, disponível por meio do link a seguir.



https://www25.senado.leg.br/documents/12427/145699807/RAP+2024/a431784a-3824-4222-a933-f50338b13871

2.1 PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

Com o objetivo de apresentar, de forma clara e organizada, o trabalho de deliberação realizado pelos parlamentares foi disponibilizada a relação de todas as sessões realizadas no Plenário do Senado Federal ao longo de 2024, classificadas conforme a natureza e os objetivos de cada reunião:

- *Sessões Deliberativas: destinadas à discussão e votação de proposições incluídas na Ordem do Dia. Essas sessões podem ser:*

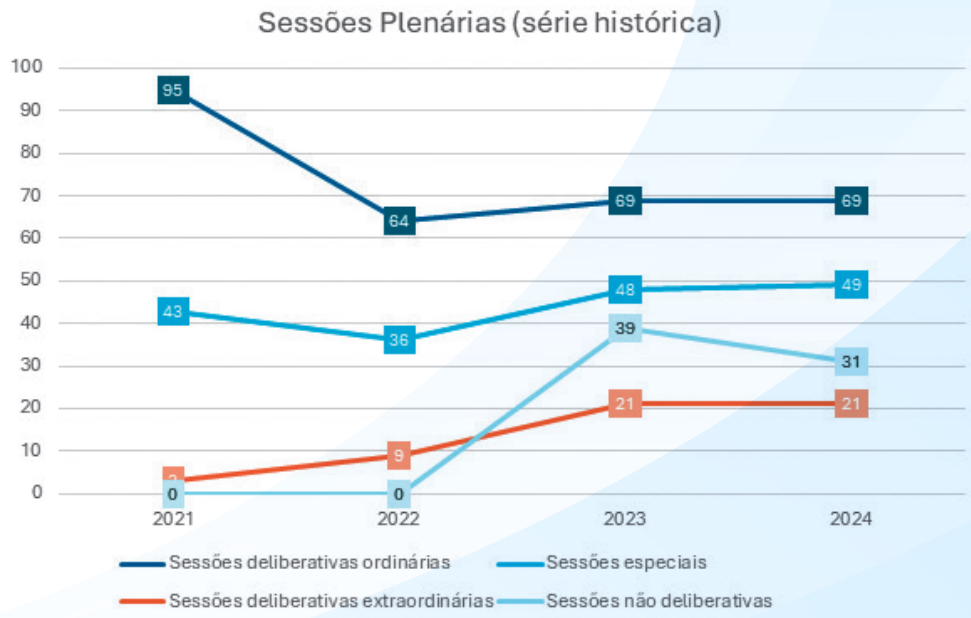
  - ***Sessões Ordinárias:*** *realizadas em dias e horários previamente estabelecidos.*

  - ***Sessões Extraordinárias:*** *realizadas em dias ou horários diferentes dos habituais, com foco exclusivo na deliberação de matérias específicas.*

- *Sessões Não Deliberativas: sessões plenárias caracterizadas pela ausência de pauta ou Ordem do Dia para discussão e votação de proposições.*

- *Sessões Especiais: direcionadas a comemorações, homenagens ou recepções de altas autoridades, com o propósito de promover a integração institucional e reconhecer contribuições relevantes à sociedade.*

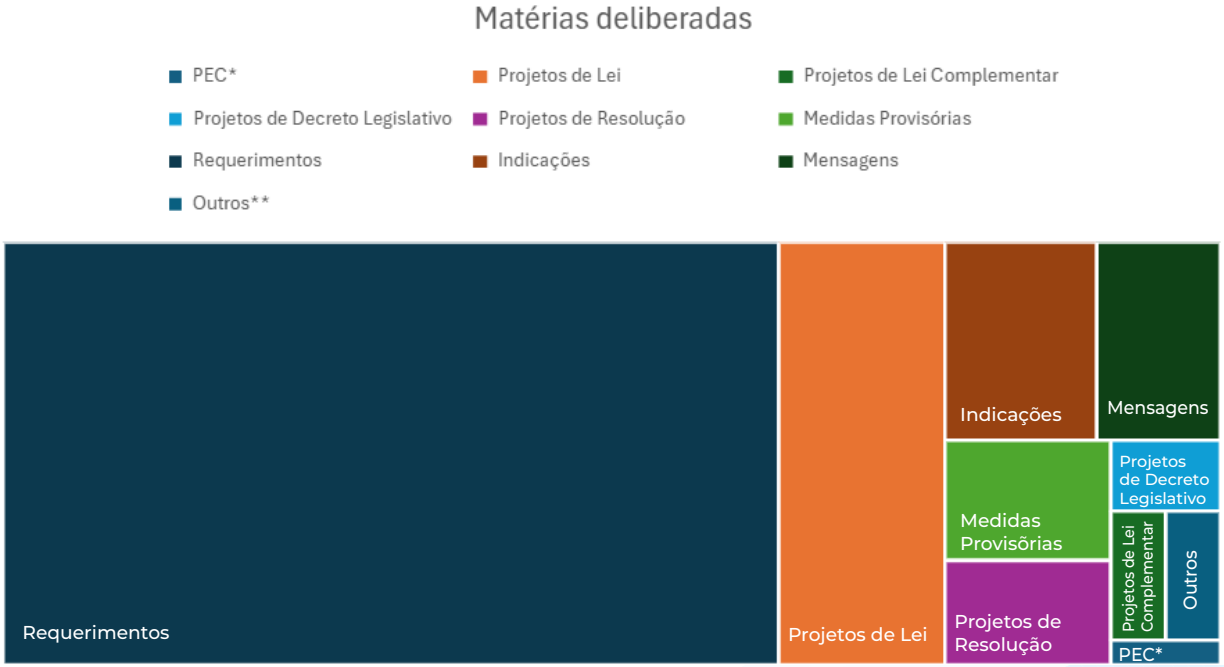




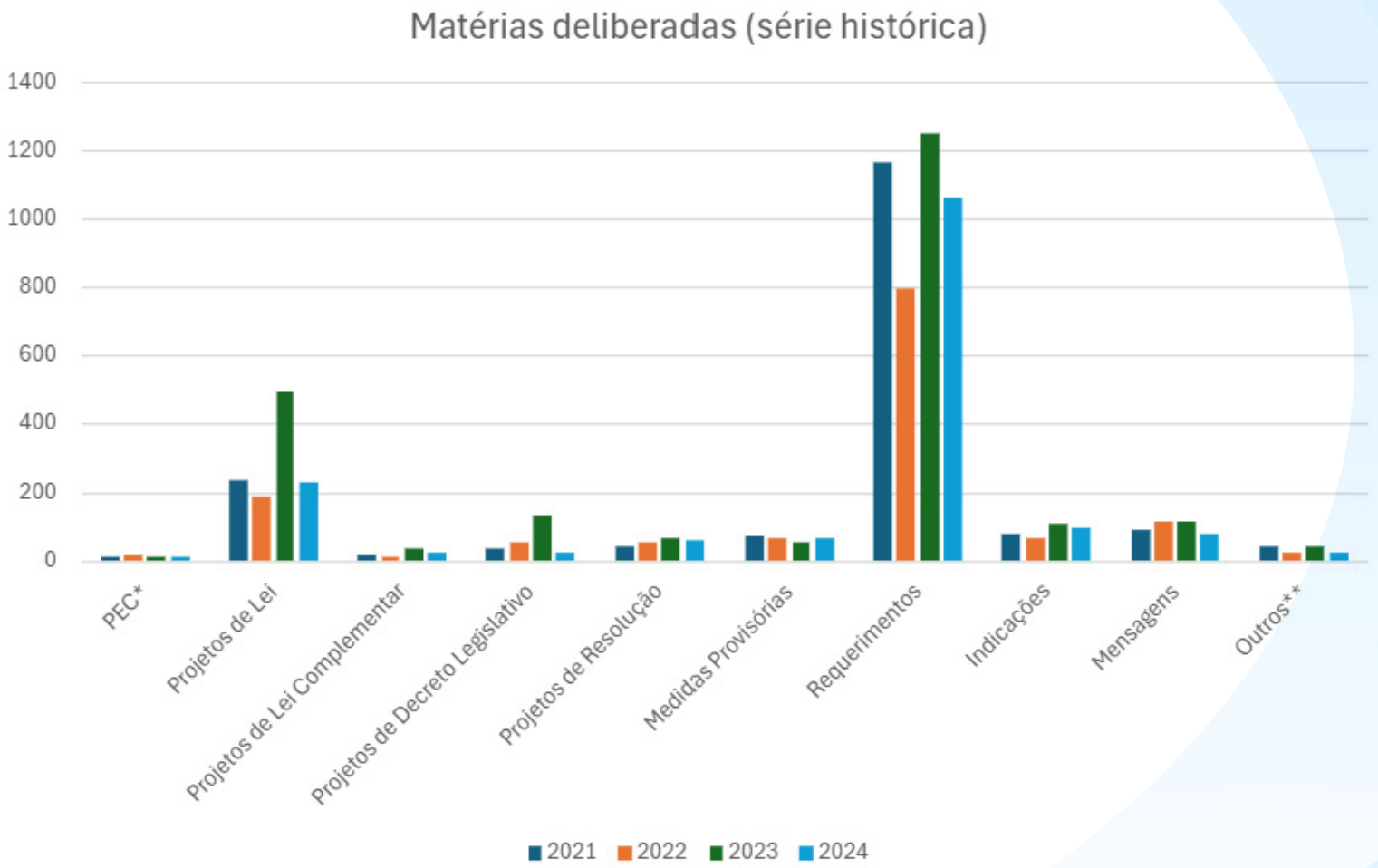
O ano foi marcado por uma intensa atividade legislativa no Senado Federal, evidenciando o comprometimento dos parlamentares com o desenvolvimento econômico e social do país. A atuação do Senado resultou em avanços significativos em áreas estratégicas, como a regulamentação da reforma tributária, o pacote de corte de gastos e a renegociação das dívidas dos estados.

Destaca-se a alta produtividade da Casa ao longo do ano e pelo suporte técnico. Esse esforço conjunto foi fundamental para a tramitação e aprovação de propostas relevantes, mesmo diante de prazos reduzidos. Esse desempenho reforça o compromisso do Senado com o diálogo democrático e respeitoso entre todas as correntes políticas, consolidando a instituição como um pilar essencial da democracia brasileira.

Como resultado das sessões realizadas no Plenário, o Senado deliberou sobre um total de 1.670 matérias legislativas, incluindo matérias aprovadas, rejeitadas, prejudicadas, entre outras. Desse total deliberado em Plenário, destacam-se 1.063 requerimentos, acompanhados por 9 propostas de emenda à Constituição (PECs), 23 projetos de lei complementar (PLPs), 228 projetos de lei ordinária (PLs, PLCs e PLSs), 65 medidas provisórias (MPVs), 25 projetos de decreto legislativo (PDLs), 57 projetos de resolução (PRSs), 2 avisos, 98 indicações, 79 mensagens, 6 ofícios “S”, 1 petição e 14 recursos.



* PEC: Proposta de Emenda à Constituição
** Outros: avisos, ofícios “S”, petições e recursos



* PEC: Proposta de Emenda à Constituição
** Outros: avisos, ofícios "S", petições e recursos

2.2 COMISSÕES DO SENADO FEDERAL

Em 2024, as comissões do Senado Federal realizaram, em sua maioria, reuniões presenciais, mas mantiveram a possibilidade de realização das reuniões nas modalidades remota e semipresencial, atendidas certas condições. A exemplo do que ocorreu nos anos anteriores, houve grande interação do público por meio do Portal e-Cidadania, com recorde de participação da sociedade civil, que pôde mandar questionamentos para as audiências públicas e sabatinas realizadas no Senado Federal.

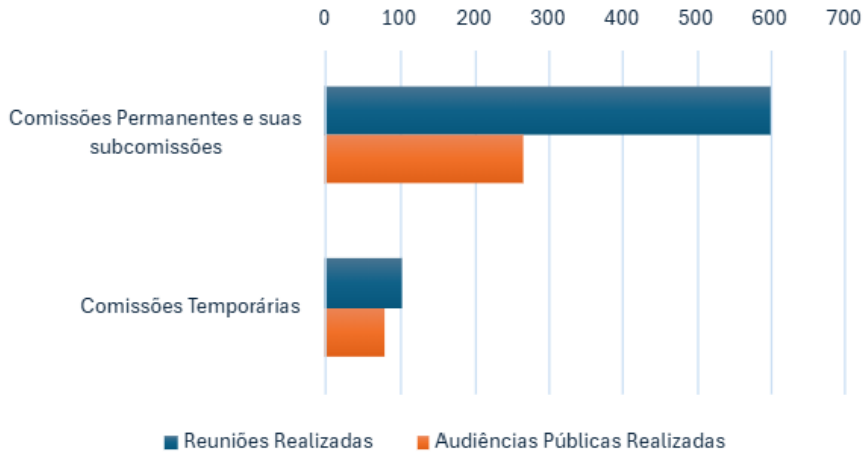
As 17 **Comissões Permanentes do Senado Federal** e 7 subcomissões em funcionamento realizaram 601 reuniões, sendo 266 audiências públicas, e proferiram 1.660 pareceres. Já as 14 Comissões Temporárias, Internas e Parlamentares de Inquérito se reuniram 103 vezes, sendo 81 delas audiências públicas ou oitivas.

Destaca-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul. Essa comissão se reuniu 13 vezes e realizou 4 diligências no estado. O colegiado, desde o início da catástrofe que atingiu os gaúchos, fez-se presente no acompanhamento dos efeitos da tragédia causada pelas chuvas, bem como tomou providências para mitigar esses efeitos e acompanhar a reconstrução do estado.

Também se destacam as comissões de juristas que foram responsáveis por elaborar anteprojetos para tratar da Inteligência Artificial no Brasil, da reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional, da revisão e atualização do Código Civil e da Lei do Processo Estrutural no Brasil.

As Comissões Mistas Permanentes do Congresso Nacional realizaram 54 reuniões, e as Comissões de Medida Provisória contabilizaram o recebimento de 1.856 emendas apresentadas.

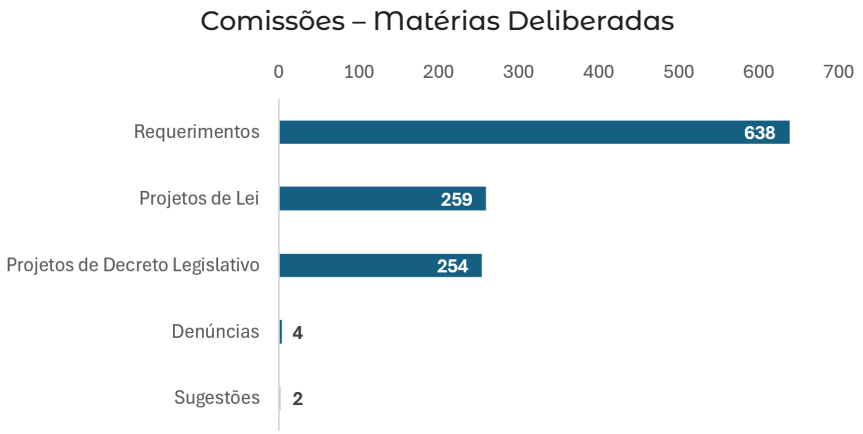
Comissões – Reuniões e Audiências Públicas



Como outro destaque, tivemos a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Projeto de Lei Complementar nº 68 de 2024 (Reforma Tributária). Em uma reunião que durou quase 11 horas, o colegiado apreciou essa importante matéria, que recebeu mais de 2.200 emendas. Cabe ressaltar que, antes de deliberar o projeto, a comissão realizou 17 audiências públicas com a finalidade de instruir a matéria.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também colaborou com a discussão do projeto, realizando mais de duas dezenas de audiências públicas e oferecendo mais de 600 sugestões ao relator da CCJ, senador Eduardo Braga. Destaca-se, também na CAE, a realização de sabatina que aprovou o novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo.

Ao longo de 2024, as comissões deliberaram um total de 1.157 matérias em decisão terminativa. Dentre elas, 259 projetos de lei, 254 projetos de decreto legislativo, 4 denúncias, 638 requerimentos e 2 sugestões. Essas matérias refletem a produção legislativa que foi decidida diretamente pelas comissões no processo legislativo abreviado.



2.3 CONGRESSO NACIONAL

Em 2024, a Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (SLCN) implementou importantes melhorias e inovações para otimizar o funcionamento do Congresso Nacional. A atualização do sistema LexEdit permitiu que parlamentares submetessem requerimentos de destaque de veto diretamente pelo sistema, simplificando o processo de tramitação e aumentando a eficiência legislativa. Esse aprimoramento resultou em maior agilidade na apreciação de vetos e proposições.

Outra iniciativa de destaque foi a integração dos painéis de presença e votação entre o Senado e a Câmara dos Deputados. Agora, os parlamentares podem registrar presença e votos de forma integrada, tanto nos postos do Plenário quanto pelo aplicativo Senado Digital, promovendo mais transparência e segurança no processo legislativo.

Além disso, a SLCN concluiu o projeto de recebimento eletrônico de documentos da Câmara dos Deputados com assinaturas múltiplas, o que facilitou a tramitação de requerimentos importantes, como a criação de Frentes Parlamentares e Comissões Mistas de Inquérito.

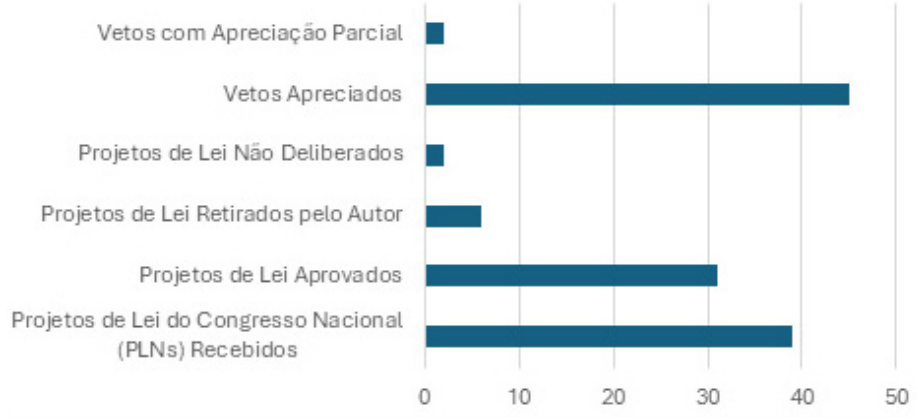
Outro marco foi o lançamento da nova página da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A página passou a oferecer informações detalhadas e acessíveis sobre colegiados, atividades, prazos e resultados, ampliando a transparência e facilitando o acesso às informações.

A SLCN também desempenhou papel estratégico no suporte à Presidência do Senado para cumprimento da decisão do STF so-

bre as emendas de Relator-Geral (RP9). Foi desenvolvido o sistema de Registro de Apoio às Emendas Parlamentares, garantindo organização e eficiência no processo.

Por fim, a SLCN foi fundamental na organização da 10ª Cúpula dos Presidentes dos Parlamentos do G20 (P20), coordenando a execução das sessões presididas por senadores, elaborando roteiros e discursos e organizando toda a logística do evento. Essa atuação consolidou a competência da SLCN em eventos de grande porte e importância internacional.

Matérias Deliberadas pelo Congresso Nacional



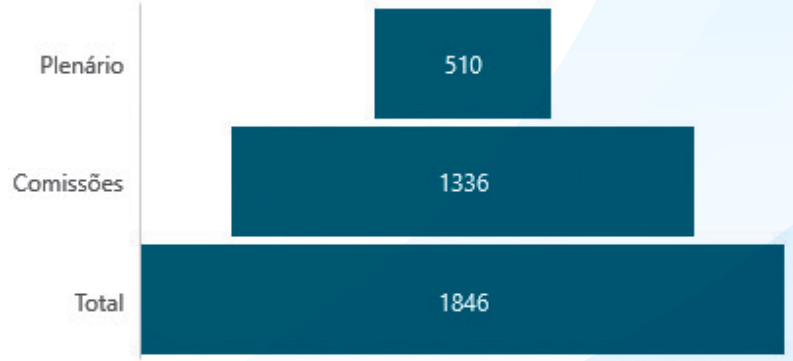
Durante o ano legislativo de 2024, ocorreram 4 sessões deliberativas e 13 sessões solenes, das quais 3 tiveram por finalidade a promulgação de emendas constitucionais.

2.4 PRONUNCIAMENTOS

O Senado realiza o registro do uso da palavra durante os encontros legislativos, incluindo as sessões plenárias, em tempo real, e as reuniões de comissões, inclusive as mistas do Congresso Nacional. Registra também o uso da palavra nos demais eventos de interesse legislativo sediados na Casa, como reuniões dos conselhos e frentes parlamentares.

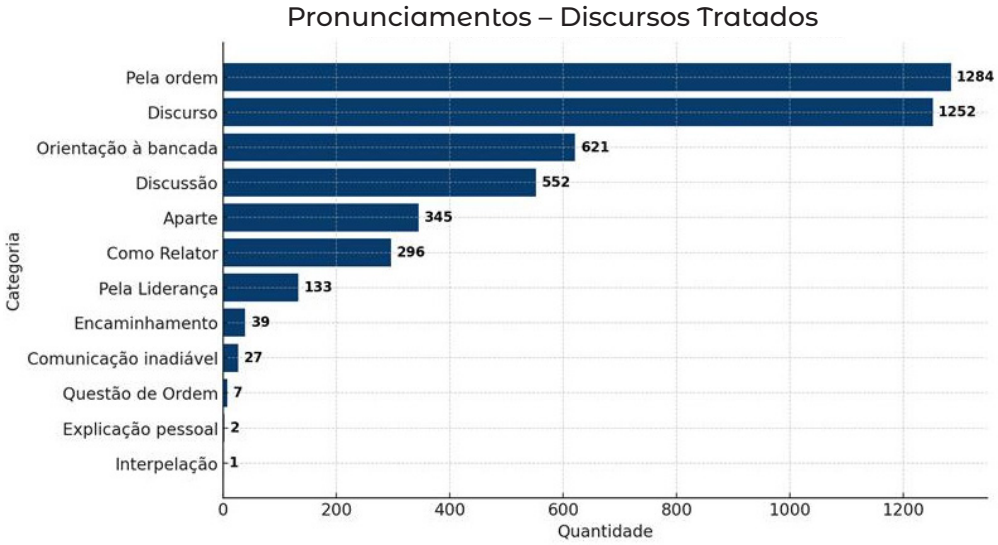
Foram atendidas, no ano de 2024, cerca de 510 horas de sessões plenárias, em tempo real, publicadas no sítio do Senado Federal no mesmo dia. Em comissões, foram atendidas no ano 1.336 horas de reuniões on-line e outros eventos, consolidando cerca de 1.846 horas, integralmente disponibilizadas como notas taquigráficas revisadas e publicadas na internet e no Diário do Senado Federal.

Pronunciamentos – Horas de transcrição



Todas as notas taquigráficas compõem o Diário do Senado Federal e a ata das reuniões das comissões. Ficam disponíveis no portal do Senado na área de Atividade Legislativa e no site Senado Multimídia, que disponibiliza o registro dos trabalhos legislativos em áudio e vídeo.

Após a publicação integral do texto dos discursos proferidos, o processo de tratamento da informação é realizado com a execução de três etapas principais. Primeiramente, é elaborado um resumo dos pronunciamentos, sintetizando as principais ideias e pontos abordados. Em seguida, é realizada a indexação, com a atribuição de palavras-chave que facilitam a busca e a recuperação das informações. Por fim, a publicação do discurso é feita na página de pronunciamentos, tornando o conteúdo acessível ao público no portal do Senado.



Em 2024, foram proferidos um total de 4.559 pronunciamentos, distribuídos da seguinte forma: 1.284 pronunciamentos "pela ordem", 1.252 discursos, 621 orientações à bancada, 552 discussões e 345 apartes. Esses pronunciamentos fazem parte do processo contínuo de transparência e acesso à informação, com todas as etapas sendo fundamentais para o registro e a disponibilização pública dos discursos proferidos no Senado.

2.5 INDICADORES LEGISLATIVOS

Foi desenvolvida uma nova abordagem para a avaliação do desempenho legislativo, utilizando uma metodologia multidimensional que supera a visão tradicional, limitada à produtividade legislativa já amplamente divulgada por meio de relatórios. O objetivo foi criar indicadores capazes de captar a eficiência, a transparência e o impacto das atividades parlamentares. Para isso, foram elaborados gráficos e tabelas com base no conceito do IDL (Indicador de Desempenho Legislativo), adaptados aos dados disponíveis nos sistemas legislativos.

Ainda foi desenvolvido um painel gerencial no QlikSense disponibilizado na intranet, oferecendo uma proposta automatizada para a apresentação gráfica desses indicadores.

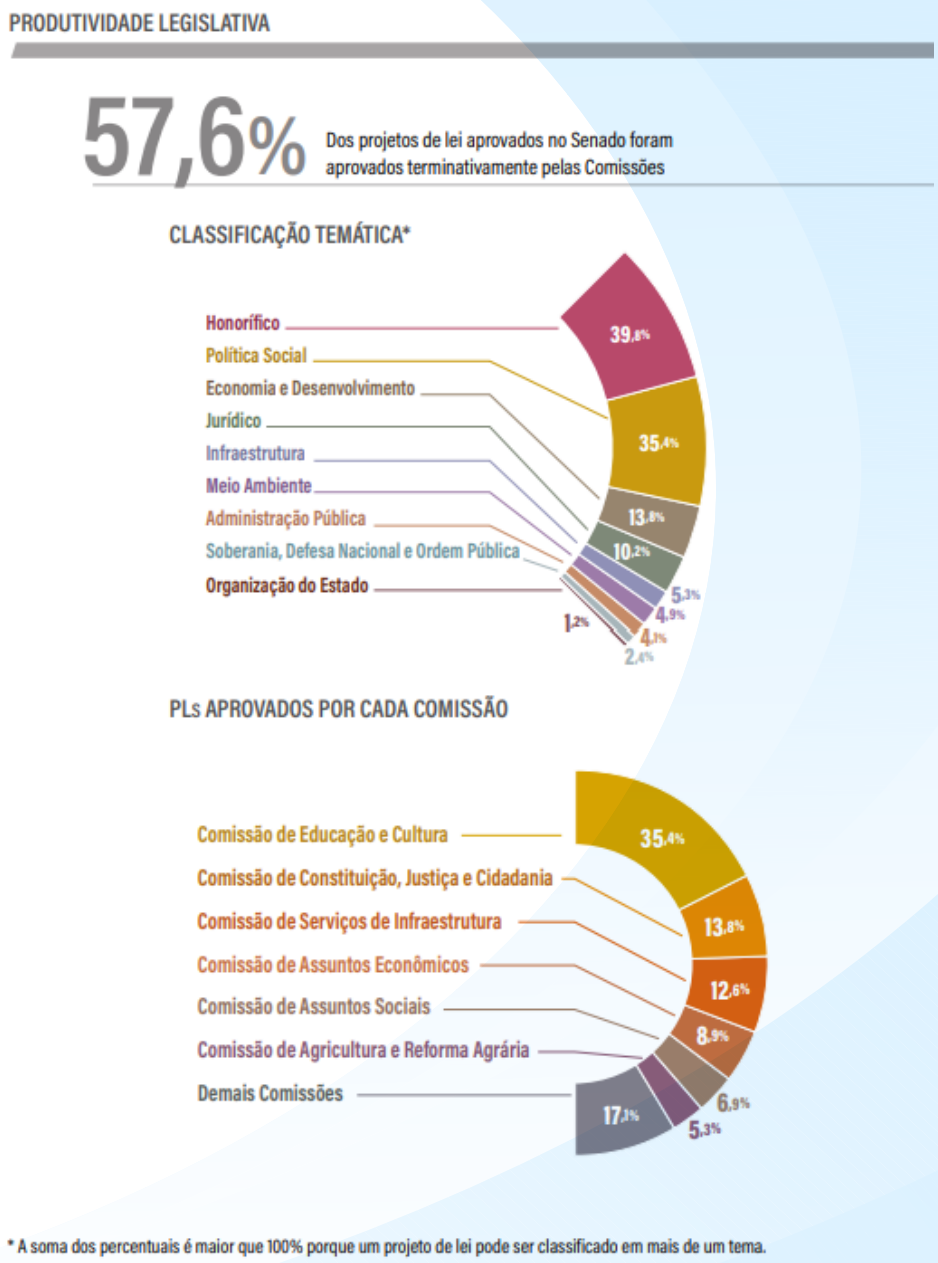
Os indicadores foram organizados em três dimensões:

- *Produtividade Legislativa: quantidade de proposições apreciadas e aprovadas.*
- *Relação entre Poderes: interações entre Legislativo, Executivo e Judiciário.*

- *Transparência, Participação e Representatividade: mecanismos que promovem maior engajamento da sociedade.*

Essa iniciativa, ainda em fase de implementação, busca aprimorar a clareza na análise do desempenho legislativo, identificando pontos fortes e áreas que demandam melhorias. Assim, consolida-se uma visão estratégica para enfrentar os próximos desafios.

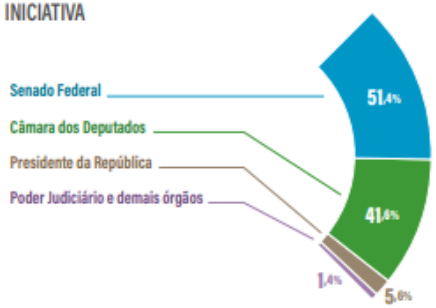
(RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2024)



519 Proposições legislativas* foram aprovadas no Senado

52 Após requerimento de urgência regimental

INICIATIVA



RELAÇÃO ENTRE OS PODERES

83,5% Das proposições enviadas à sanção foram sancionadas sem vetos

20% Dos vetos apreciados pelo Congresso Nacional foram rejeitados

148 Dias foi o tempo mediano de apreciação de vetos

* Inclui PEC, PLP, PL, MPV, PDL e PRS, exceto PDL de concessão/renovação de serviços de telecomunicação.

15,4% Das Medidas Provisórias apreciadas* foram aprovadas sem alterações pelo Congresso Nacional

37 Indicações de autoridades aprovadas

75 Dias, em média, para aprovação

63 Requerimentos de informação aprovados

TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

40,8% Das reuniões de comissão tiveram realização de audiência pública

4 Sugestões Legislativas foram aprovadas pela CDH e transformadas em Projetos de Lei

* Inclui as Medidas Provisórias que perderam eficácia em decorrência do término do prazo para sua votação.

2.6 SECRETARIA GERAL DA MESA

O Relatório de Gestão da Secretaria-Geral da Mesa (SGM) é um instrumento essencial de prestação de contas e transparência, permitindo à sociedade conhecer a gestão administrativa e o desempenho institucional desta unidade do Senado Federal. Mais do que uma apresentação de números e resultados, este documento demonstra o comprometimento da SGM com a eficiência administrativa, a gestão responsável de recursos e o suporte de excelência à atividade legislativa.

Este capítulo de Atividade Legislativa apresenta um panorama das principais realizações e avanços obtidos ao longo de 2024 pela SGM. Entre os destaques, estão os avanços na gestão da informação legislativa, a modernização de processos administrativos e a implementação de soluções digitais que ampliaram a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Tais iniciativas são reflexo do compromisso da SGM em adotar boas práticas de governança e gestão de riscos, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

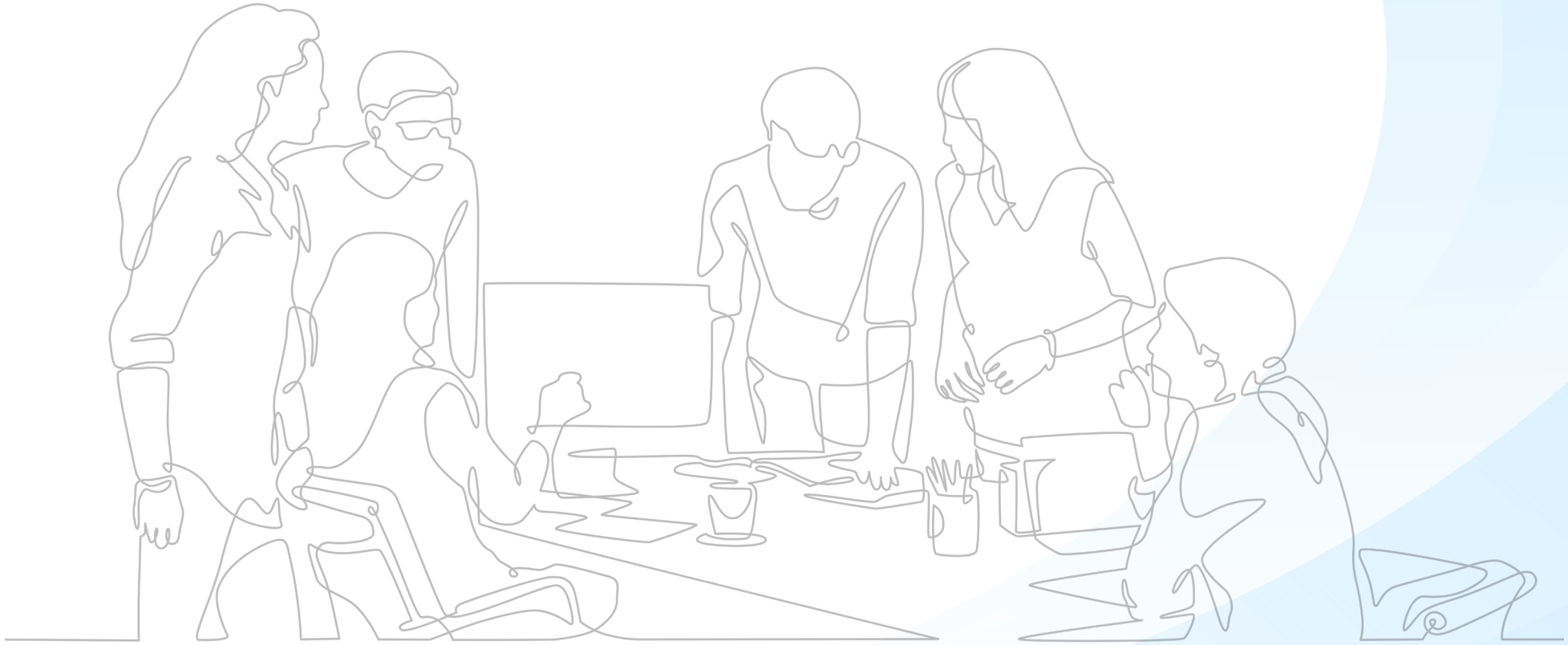
Além disso, o Relatório apresenta indicadores de desempenho e séries históricas que permitem avaliar a evolução das ações implementadas e identificar oportunidades de melhoria. Esse modelo de acompanhamento contribui para uma gestão mais estratégica, orientada por resultados e alinhada às necessidades da sociedade brasileira.

Em 2024, na esteira da presidência brasileira no G20 (Grupo dos Vinte Países), o Senado Federal, em parceria com a Câmara dos Deputados, realizou a 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20, também conhecida como P20. Considerado o maior evento internacional já realizado no Congresso Nacional, a cúpula reuniu chefes do Legislativo e parlamentares dos países membros do G20 e de países convidados, além de autoridades de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) e o ParlAmericas. Estiveram presentes também representantes da União Interparlamentar (UIP) e das Organizações das Nações Unidas (ONU) Mulheres.

A SGM do Senado participou ativamente do evento, seja por meio da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (SLCN), que organizou as sessões plenárias presididas por senadores, seja por meio da cessão de espaços físicos e de numerosos servidores e colaboradores para trabalharem no evento. Estes atuaram em atividades diversas como a organização das reuniões bilaterais, o credenciamento de autoridades e o trabalho como oficiais de ligação, responsáveis pela recepção e acompanhamento das delegações estrangeiras. Realizado com sucesso e sem intercorrências entre 6 e 8 de novembro de 2024, o P20 mostrou a capacidade da SGM e de seus servidores de colaborarem na execução de um evento internacional de grande porte.

Destaca-se também como importante atuação da SGM um conjunto de projetos e iniciativas implementados em 2024. No ensejo dos 200 anos do Senado Federal, a SGM organizou celebrações e homenagens, além de uma exposição sobre a história do processo legislativo brasileiro. Lançou também uma nova edição do livro “Por trás da Mesa”, que conta os bastidores da SGM, desde a mudança da capital para Brasília até os dias de hoje.

Muitos foram também os projetos de inovação tecnológica que trouxeram maior eficiência nos processos de trabalho da SGM. As potencialidades da inteligência artificial estiveram presentes no projeto Senado Explica e na criação do Sistema de Transcrição Inteligente (STI). O aplicativo Senado Digital, a plataforma Legis e o portal das comissões passaram por uma grande modernização, com melhorias de funcionalidades e com o oferecimento de uma melhor experiência ao usuário. Destacam-se ainda como importantes iniciativas o desenvolvimento do Portal do Orçamento, a elaboração de indicadores de desempenho legislativo e a criação da ferramenta Callista e do Aplicativo de Controle de Oradores. A seguir, são apresentados os detalhes dos planos, atividades, resultados, projetos e iniciativas da SGM no ano de 2024.



2.6.1 MODELO DE NEGÓCIO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA

Em alinhamento com a Cadeia de Valor do Senado Federal e com o objetivo de organizar e demonstrar de forma clara a atividade legislativa realizada pela Secretaria Geral da Mesa (SGM), apresenta-se a Cadeia de Valor desenvolvida pela unidade, cuja função é destacando a elaboração de normas jurídicas (Processo Legislativo). Os demais processos relacionados à "Atividade Parlamentar" ("Fiscalização e Controle das Políticas Públicas" e "Investigação e Inquérito Parlamentar") não estão diretamente detalhados nesse contexto.



O diagrama acima ilustra o encadeamento dos subprocessos mapeados pelos diversos setores da SGM que, de forma integrada, conduzem a atividade legislativa e culminam na produção de normas jurídicas como atividade finalística. Cada etapa desempenha um papel fundamental para assegurar a efetividade do processo legislativo, sendo a sociedade o principal destinatário do valor gerado.

Os subprocessos foram classificados conforme sua natureza: finalísticos, de apoio e estratégicos.

· ***Finalísticos:*** *são aqueles diretamente ligados à atuação dos parlamentares, que, no exercício de suas competências constitucionais e regimentais, percorrem as diversas fases do processo legislativo. Esse ciclo é essencial para a criação de normas que atendam às demandas da sociedade, garantindo a efetividade das leis. A cadeia de valor da SGM reflete esse processo, que compreende as fases de iniciativa, instrução, deliberação, sanção ou veto, promulgação e publicação. A sequência dessas etapas, embora não rígida, facilita a compreensão e a transparência na construção das normas jurídicas. Ressalta-se que algumas dessas fases podem ocorrer simultaneamente ou ser suprimidas, conforme o contexto e a urgência das matérias. A representação gráfica sugere uma sequência temporal "natural", auxiliando na compreensão das inter-relações entre as etapas.*

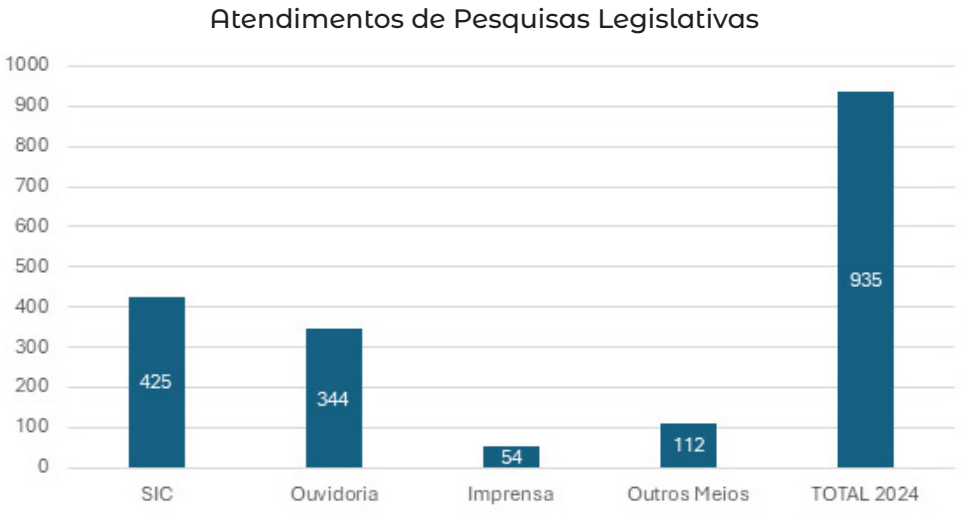
· ***De Apoio:*** *são fundamentais para garantir a estrutura necessária ao bom andamento das atividades legislativas. Envolvem ações como a preparação e o acompanhamento de encontros legislativos e a produção do Diário. Esses processos são essenciais para assegurar uma estrutura funcional que facilite o diálogo e a deliberação entre parlamentares e sociedade.*

· ***Estratégicos:*** *incluem atividades como a gestão da memória e a comunicação com a sociedade. Essas ações são essenciais para garantir que o trabalho legislativo seja documentado, transparente e acessível, contribuindo para a construção de um vínculo de confiança entre o Poder Legislativo e a população. A gestão da memória assegura o registro adequado dos processos e decisões legislativas, oferecendo informações valiosas para o futuro, enquanto a comunicação eficaz reforça a transparência e o engajamento com a sociedade.*

Essa estrutura integrada busca não apenas a elaboração de normas jurídicas, mas também a garantia de transparência, eficiência e qualidade nas atividades legislativas, sempre com foco no atendimento aos interesses da sociedade. O alinhamento entre os processos é fundamental para o desenvolvimento de uma legislação justa, eficaz e adaptável às demandas sociais.

2.6.2 PESQUISAS LEGISLATIVAS

A Assessoria de Qualidade e Gestão da Informação Legislativa (Asquali) desempenhou papel fundamental no assessoramento técnico e legislativo em 2024, oferecendo suporte qualificado às demandas parlamentares por meio da realização de pesquisas legislativas e da elaboração de relatórios. A Asquali atendeu de forma ágil e precisa às solicitações de informações legislativas, colaborando diretamente com parlamentares, comissões e demais setores da Casa.



No campo das pesquisas legislativas, a Asquali forneceu análises detalhadas e embasadas sobre proposições em tramitação, temas de relevância nacional e comparações com legislações internacionais. Esse trabalho técnico especializado contribuiu para embasar decisões estratégicas e qualificar o debate legislativo.

A Asquali também é responsável pela consolidação e publicação dos Relatórios Mensais e do Relatório da Presidência, documentos essenciais que reúnem informações sobre a atividade legislativa, o desempenho das comissões e o andamento de proposições. Esses relatórios garantem maior transparência e facilitam o acompanhamento das atividades parlamentares por parte da sociedade e dos próprios parlamentares. Eles são disponibilizados no portal de Atividade Legislativa, no link

https://www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorios-legislativos

2.6.3 PROJETOS E INICIATIVAS

Celebração dos 200 Anos do Senado Federal

A SGM coordenou a organização da Sessão Especial que marcou o bicentenário do Senado Federal. O evento contou com a participação de representantes dos Três Poderes, apresentações musicais, o lançamento de selos comemorativos e a exibição de um documentário sobre a história do Senado.

O evento fortaleceu a imagem institucional do Senado, promoveu a valorização da memória histórica e ampliou a interação com a sociedade por meio de ações culturais e tecnológicas, como o passeio virtual pelo Senado, em parceria com o Google Arts & Culture.

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/03/25/sessao-especial-celebra-200-anos-de-criacao-do-senado

Gestão dos processados e documentos físicos

Em 2024, a SGM avançou também na organização dos processados e documentos físicos das matérias legislativas, que passaram a tramitar em formato digital. O trabalho consiste em reunir, no

Núcleo de Apoio Logístico (Nalsgm), todos os processados e documentos distribuídos pelas diversas unidades da Secretaria, registrá-los no sistema Legis, corrigindo possíveis inconsistências, e realizar o arquivamento adequado. Nos casos de matérias com tramitação concluída, os documentos são arquivados na Coordenação de Arquivo (Coarq). Já para matérias em tramitação, o arquivamento permanece no próprio núcleo até a finalização do processo. Até o final de 2024, foram gerenciados aproximadamente 2.500 processados físicos e 10.000 documentos físicos.

Newsletter para fomentar a comunicação interna

Outra novidade em 2024 foi a produção e distribuição de uma *newsletter* destinada aos colaboradores, com o objetivo de divulgar projetos, boas práticas e iniciativas desenvolvidas nos diversos setores da Secretaria. A iniciativa busca valorizar os colaboradores, estimular a inovação e fortalecer a comunicação interna da SGM. A newsletter conta com diversas seções, incluindo uma mensagem inicial do secretário-geral da Mesa, destaques de projetos realizados no período, eventos promovidos, produções acadêmicas e outros conteúdos relevantes. Em 2024, foram lançadas duas edições, nos meses de julho e dezembro, consolidando-se como uma ferramenta importante de comunicação e integração entre os diversos setores e servidores da SGM.

Exposição "Tramitação de Matérias Legislativas no Senado Federal - Uma Visão Histórica"

A SGM, em parceria com a Diretoria-Geral, e com realização da Asquali, idealizou e executou a exposição física inaugurada no Espaço Senador Ivandro Cunha Lima em agosto. A mostra apresentou documentos históricos, como livros de projetos com anotações manuscritas, peças datilografadas e recortes anexados a projetos de lei, ilustrando a evolução da tramitação legislativa ao longo dos 200 anos do Senado Federal. Além da exposição física, foi desenvolvida página com apresentação detalhada da pesquisa dos projetos apresentados na exposição.

https://www25.senado.leg.br/web/atividade/exposicaotramitacao

A exposição destacou a importância histórica e a evolução tecnológica do processo legislativo, desde registros manuscritos até sistemas digitais. O evento reforçou o papel da SGM na preservação da memória institucional e na promoção da transparência, aproximando a sociedade do funcionamento interno do Parlamento.

2ª EDIÇÃO DO LIVRO "POR TRÁS DA MESA"

Outra importante iniciativa da SGM foi o lançamento da segunda edição do livro "Por Trás da Mesa: da mudança para Brasília à primeira votação remota da história". A obra foi lançada em evento público na Biblioteca do Senado com a presença do presidente Rodrigo Pacheco, do secretário-geral da Mesa Gustavo Sabóia, da diretora-geral Ilana Trombka, dos ex-secretários-gerais da Mesa Cláudia Lyra e Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, além de outras autoridades, convidados, diretores, gestores e funcionários do Senado.

O livro, produzido pela Asquali, traz a história da SGM, sua evolução técnica e organizacional ao longo dos anos, até os desafios recentes da pandemia da covid, da implantação do processo legislativo digital e das sessões remotas. A nova edição traz ainda detalhes sobre a invasão ao edifício do Congresso Nacional em 8 de janeiro de 2023 e conclui relatando as atividades dos 200 anos do Senado em 2024. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, elogiou a obra por mostrar a capacidade de adaptação e resiliência do Legislativo, celebrando o esforço coletivo de servidores, técnicos e parlamentares.

https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2024/12/livro-por-tras-da-mesa-esta-na-segunda-edicao-e-conta-60-anos-de-historias-do-senado

Senado Explica: projeto de INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

A aplicação de inteligência artificial (IA) esteve presente no projeto da SGM "Senado Explica", que utiliza a IA e linguagem simples para explicar as matérias em tramitação e suas possíveis consequências. Anunciada em Sessão do Plenário pelo presidente Rodrigo Pacheco, a ferramenta traduz a linguagem legislativa complexa para uma linguagem mais acessível, facilitando a compreensão da população. Essa explicação simplificada já está disponível nas páginas das matérias no site do Senado e no Portal e-Cidadania, abrangendo propostas de emenda à Constituição, projetos de lei complementar, projetos de lei do Congresso Nacional e medidas provisórias. A iniciativa visa aumentar a participação pública e reduzir a desigualdade no acesso à informação.

A partir de 2025, o objetivo é que todas as proposições legislativas apresentadas tenham um resumo gerado por IA e revisado por humanos. Essa inovação não só moderniza o processo legislativo, mas também garante que todo cidadão compreenda o conteúdo e as consequências das diferentes matérias. A ferramenta "Senado Explica" é, pois, uma inovação da SGM que traz em seu bojo mais inclusão e mais participação da sociedade.

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/17/senado-vai-simplificar-explicacao-de-materias-em-tramitacao

Escriba com IA

Outra atividade da SGM em 2024 com o uso de IA foi o lançamento do Sistema de Transcrição Inteligente (STI), criado pelo Prodasen com tecnologia da OpenAI em apoio aos trabalhos da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar (Sererp). Integrado ao sistema Escriba, ferramenta de revisão e publicação do setor, o STI realiza uma transcrição automática de áudios para texto, com o uso de IA. O resultado é uma pré-transcrição, que posteriormente é revisada pelos analistas. Com uma precisão superior a 90%, o STI melhora a agilidade e eficiência na produção de registros.

Também em apoio à Sererp, foi lançado o aplicativo "Manualize-se", ferramenta que facilita o acesso ao Manual de Padronização de Notas Taquigráficas. Com menção honrosa no Desafio da Inovação 2023, o app permite consultas mais rápidas e atualizações em tempo real, substituindo o antigo formato PDF. Sua função é organizar informações complexas em áreas de pesquisa como expressões, orientações, palavras-chave, ritos e procedimentos, cada uma com sua busca personalizada. Esses projetos são um exemplo de desenvolvimento descentralizado, incentivado pelo Senado para resolver problemas locais com soluções inovadoras.

Aplicativo Senado Digital

Ainda no campo das inovações digitais, a SGM e o Prodasen desenvolveram a versão 2.0 do aplicativo Senado Digital com diversas melhorias para facilitar o acompanhamento da atividade legislativa. Entre as novidades estão a transmissão de vídeo das reuniões de comissões, notificações personalizadas, sumário de pareceres da Consultoria Legislativa e uma nova tela de detalhes dos parlamentares. A atualização também inclui melhorias de leiaute, correção de bugs e redução do tamanho do app, além de novas funcionalidades como a coleta de assinaturas de apoiamento a proposições por QRCode e WhatsApp e a possibilidade de favoritar documentos.

O aplicativo agora permite que senadores e deputados apresentem emendas ao orçamento diretamente pelo celular, integrando-se ao sistema LexOr. Essa funcionalidade, desenvolvida em parceria com a Consultoria de Orçamento (Conorf), facilita o envio de emendas de qualquer local com acesso à internet, proporcionando maior agilidade e conveniência. Além disso, a integração do aplicativo com o e-Cidadania permite que os senadores tenham acesso às opiniões dos cidadãos sobre as proposições em discussão, incentivando a participação popular e conferindo mais transparência ao processo legislativo.

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/05/nova-versao-do-senado-digital-traz-mais-transparencia-e-participacao-popular

Outra melhoria significativa é a integração dos painéis de votação do Senado e da Câmara, permitindo que senadores registrem presença e votem diretamente pelo aplicativo Senado Digital durante sessões conjuntas do Congresso Nacional. Essa integração, desenvolvida pelo Prodasen e pela SLCN, proporciona um fluxo mais fluido e transparente das informações. O aplicativo também oferece funcionalidades como gráficos de votação, acesso à legislação brasileira e uma área de notícias atualizadas pela Agência Senado, tornando-se uma ferramenta essencial para o acompanhamento das atividades legislativas.

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/09/congresso-inaugura-painel-integrado-com-senadores-e-deputados

Modernização do SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS LEGISLATIVOS (LEGIS)

No ano de 2024, a SGM e o Prodasen também realizaram um encontro com usuários do sistema Legis, a fim de coletar ideias para uma nova versão do sistema. Utilizando técnicas de UX design, o objetivo foi buscar soluções simples e elegantes, baseadas no feedback dos usuários. Os participantes foram divididos em grupos para debater e propor melhorias. Posteriormente, o Prodasen passou a acompanhar todo o processo para implementar as mudanças sugeridas. O sistema Legis, essencial para o processo legislativo digital, atende a mais de 800 usuários e passará ainda por testes de usabilidade antes da implementação final. Essa iniciativa visou criar um sistema tecnicamente eficiente, de fácil navegabilidade e que atenda às necessidades dos usuários.

Nova página das Comissões

A SGM e o Prodasen desenvolveram também o novo Portal das Comissões para tornar o conteúdo legislativo mais acessível e organizado para os usuários. O portal agora apresenta informações em abas, como reuniões, comunicados e documentos, e destaca pontos importantes no topo da página. Além disso, a ferramenta de busca foi aprimorada e o endereço da página foi encurtado para o padrão “senado.leg.br/comissoes”. O projeto envolveu várias equipes e utilizou técnicas de UX design para melhorar a usabilidade. Com a medida, ficou facilitada a navegação e foi possível atender às necessidades dos usuários de forma mais eficiente.

https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/

Inovação no Processo Legislativo do Congresso Nacional

Em 2024, a SLCN destacou-se por implementar diversas inovações que contribuíram para a modernização e eficiência do processo legislativo. Entre as principais iniciativas, destaca-se o desenvolvimento de um Aplicativo de Controle de Oradores. Criado no ambiente Oracle APEX, o sistema foi projetado para otimizar a gestão de eventos e o controle de oradores nas sessões, permitindo uma organização mais eficiente e comunicação mais ágil durante as atividades parlamentares.

Outra medida importante foi a digitalização de 209 vetos e 49 medidas provisórias em tramitação. Essa iniciativa garantiu maior segurança documental e agilidade no acesso às informações, prevenindo perdas de dados e facilitando o acompanhamento das matérias legislativas.

Além disso, foi criado o Portal do Orçamento, um ambiente digital unificado para centralizar todas as informações relacionadas às matérias orçamentárias e de fiscalização. O portal apresenta um layout moderno, acessível e integra conteúdos que antes estavam dispersos, facilitando o acesso de parlamentares e da sociedade às informações financeiras do Congresso.

Essas ações demonstram o comprometimento da SLCN em integrar sistemas, otimizar processos legislativos e reforçar a transparência e a participação pública em suas atividades.

Inovação e Eficiência no Serviço de Pesquisas Legislativas

No início de 2024, o Serviço de Qualidade e Pesquisas Legislativas (Sepel) da Asquali implementou uma nova solução tecnológica em seu processo de trabalho. O Sistema Callista tem como objetivo principal tanto centralizar como organizar as demandas que chegam à Asquali, provenientes de diversos órgãos internos do Senado Federal, como também de fontes externas, como a Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), a Assessoria de Imprensa e outros. Com a automação do processo, as demandas são cadastradas de forma sistemática no programa e, de maneira inteligente, distribuídas aleatoriamente para os servidores da equipe, garantindo uma divisão justa e equilibrada das tarefas. Além disso, uma das funcionalidades mais impactantes do Callista é a sua capacidade de gerar automaticamente as métricas necessárias para a elaboração do plano de gestão da equipe, uma demanda recorrente que antes exigia grande esforço manual e estava sujeita a erros. A introdução desse recurso tornou o trabalho muito mais eficiente, permitindo uma visão clara do desempenho da equipe e facilitando a tomada de decisões estratégicas.

O sistema não apenas trouxe mais organização e agilidade ao trabalho de atendimento nas pesquisas legislativas, mas também refletiu a importância do uso de tecnologias simples, porém eficazes, para melhorar a qualidade do serviço prestado. Essa ferramenta otimizou a gestão do tempo e dos recursos da equipe, criando um ambiente de trabalho mais produtivo e alinhado aos objetivos de qualidade e eficiência exigidos pelo serviço de pesquisas legislativas. Em um contexto de crescente demanda por eficiência no setor público, a implementação dessa modernização representa um avanço significativo na gestão da informação legislativa.



RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

3

Visando à manutenção de uma interação ética e responsável com a sociedade, o Senado Federal, ao cumprir o dever constitucional de publicidade e transparência, garante acesso a informações administrativas e legislativas de forma simples e ágil, bem como oferece aos cidadãos instrumentos de participação no processo parlamentar.

Para sustentar e garantir a contínua disponibilização de informações à sociedade e o célere atendimento às demandas dos cidadãos por informação, o Senado Federal se estruturou organizacionalmente e implantou diversas práticas, que são permanentemente atualizadas e modernizadas. Dentre elas, destaca-se:

- Portal da Transparência, lançado em 2009, sendo um grande marco da atuação do Senado Federal (SF) na disponibilização de informações à sociedade, anos antes da Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamentou dispositivo constitucional sobre a matéria;
- Portal de Dados Abertos do Senado Federal, que vem multiplicando, ano a ano, o conjunto estruturado das informações da Casa que são disponibilizadas em formato legível por máquina;
- "Senado Verifica – Fato ou Fake?", que representa um canal de interação com o cidadão destinado à checagem da veracidade de informações sobre o Senado publicadas em quaisquer meios de comunicação e nas redes sociais, consideradas falsas, incorretas ou que tenham a finalidade de gerar engano ou ânimo contrário à instituição. É uma importante contribuição do Senado à defesa da liberdade de expressão e da democracia, tendo em vista o impacto nocivo da desinformação sobre a sociedade e suas instituições.

O Senado Federal disponibiliza, também, diversos canais de atendimento à população:

- *Ouvidoria*
- *Fale com o Senado*
- *e-Cidadania*

3.1 TRANSPARÊNCIA

A Secretaria de Transparência é formada por três áreas de atuação: a Assessoria de Transparência, responsável pela manutenção do Portal da Transparência do Senado Federal e pelo Portal de Dados Abertos; o Observatório da Mulher Contra a Violência, que atua na análise, consolidação e divulgação de dados, tanto primários como secundários, de violência contra a mulher; e também pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, que realiza pesquisas amostrais sobre os mais diversos temas que impactam, via de regra, as ações legislativas.

3.1.1 ASSESSORIA TÉCNICA DA SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA

A ATSTRANS – Assessoria Técnica da Secretaria de Transparência do Senado Federal – realiza o monitoramento e a atualização das políticas de transparência pública da Casa. Para tanto, realiza trimestralmente auditoria de centenas de conjuntos de dados publicados nos Portais de Transparência e de Dados Abertos do Senado Federal. Em caso de inconsistência, como dados desatualizados, links inoperantes ou linguagem pouco clara, cumpre à ATSTRANS providenciar a retificação das informações junto aos

provedores de conteúdo da Casa. Em 2024, foram avaliados 3.316 conjunto de dados e identificadas 128 inconsistências.

A Assessoria também responde por solicitações relacionadas à Transparência com base na Lei de Acesso à Informação. Em 2024, foram respondidas quatro mensagens que chegaram à Assessoria por meio da Ouvidoria do Senado Federal. Importante destacar que, quanto melhor as informações do site, menor a necessidade de solicitações diretas de informações; assim, as duas atribuições estão interligadas.

O órgão ainda responde pelo Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal. Esse órgão consultivo é composto por membros da sociedade civil e servidores do Senado Federal. A ATSTRANS também representa o Senado nas colaborações com outros órgãos de controle e transparência, como é o caso da participação na *OGP – Open Government Partnership*.

Entre as diversas participações em eventos e workshops em 2024, destaca-se a apresentação no América Aberta, simpósio organizado pela Controladoria-Geral da União, entre outros, que ocorreu em Brasília, de 3 a 6 de dezembro de 2024. Na ocasião, a ATSTRANS apresentou a política de dados abertos da Casa e o Índice Transparência dos Portais Legislativos.

O órgão também promove projetos especiais de transparência como o Curso de Transparência Pública, na plataforma Saberes do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); eventos como hackatons e curso de python. O projeto especial Índice de Transparência dos Portais Legislativos atendeu a três casas legislativas nacionais oferecendo monitoria e suporte na aplicação do índice para a melhoria dos indicadores de transparência das casas.

O quadro a seguir apresenta as principais atividades permanentes da Assessoria Técnica e os indicadores relacionados a essas atividades:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ESFORÇOS REALIZADOS
Monitoramento das publicações do Portal da Transparência do Senado Federal	Monitoramento trimestral de 829 conjuntos de dados publicados nos diversos sites que compõem o Portal
Retificação de inconsistências nas publicações do Portal da Transparência	No monitoramento de 2024, foram identificadas 128 inconsistências
Atendimento de solicitações de cidadãos sobre a Transparência do Senado Federal	Ao longo de 2024, foram respondidas quatro mensagens que chegaram à Assessoria por meio da Ouvidoria do Senado Federal
Monitorias e assessorias para aplicação do Índice de Transparência dos Portais Legislativos	Atendimento às seguintes instituições: . Assembleia Legislativa do Pará . Assembleia Legislativa de Pernambuco . Câmara Municipal de São Paulo

3.2 E-CIDADANIA

O e-Cidadania é um portal criado em 2012 pelo Senado Federal com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação do Senado. Em 2024, o portal foi acessado 30.510.402 vezes por 6.661.006 usuários distintos, segundo o Google Analytics.

Existem quatro ferramentas de participação disponíveis no e-Cidadania, que são: Ideia Legislativa, Evento Interativo, Consulta Pública e Oficina Legislativa.

3.2.1 IDEIA LEGISLATIVA

A ferramenta Ideia Legislativa foi criada em 2012 e regulamentada pela Resolução do Senado nº 19/2015 e pelo art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. As ideias para criação de leis têm o prazo de 4 meses para receber 20 mil apoios e serem encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde são debatidas pelos senadores e recebem parecer.

IDEIAS LEGISLATIVAS - 2024	
Ideias recebidas	*Autores de ideias*
9.466	*5.374*
Apoios a ideias	*Apoiadores*
352.368	*255.060*

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados

IDEIAS LEGISLATIVAS - 2023	
Ideias recebidas	*Autores de ideias*
10.181	*5.502*
Apoios a ideias	*Apoiadores*
475.936	*383.170*

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados

IDEIAS LEGISLATIVAS - 2022	
Ideias recebidas	*Autores de ideias*
9.756	*4.822*
Apoios a ideias	*Apoiadores*
713.894	*524.196*

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

3.2.2 EVENTO INTERATIVO

Desde 2016, todas as audiências públicas e sabatinas de autoridades são interativas. Outros eventos, como palestras, seminários e sessões de debate temático, também têm sido interativos. Qualquer pessoa pode participar dos eventos interativos do Senado, por meio da internet ou por telefone, enviando perguntas e comentários, que serão entregues aos senadores e autoridades presentes.

EVENTO INTERATIVO - 2024		
Eventos *439*	*Participantes* *28.839*	*Perguntas e comentários* *69.260*
Eventos com perguntas lidas ao vivo *308*		*Perguntas e comentários lidos ao vivo* *2.545*

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

EVENTO INTERATIVO - 2023		
Eventos *546*	*Participantes* *18.147*	*Perguntas e comentários* *46.508*
Eventos com perguntas lidas ao vivo *382*		*Perguntas e comentários lidos ao vivo* *2.418*

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

EVENTO INTERATIVO - 2022		
Eventos *294*	*Participantes* *5.739*	*Perguntas e comentários* *17.547*
Eventos com perguntas lidas ao vivo *170*		*Perguntas e comentários lidos ao vivo* *1.128*

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

3.2.3 CONSULTA PÚBLICA

Essa ferramenta de participação popular foi criada em 2013 em cumprimento à Resolução do Senado nº 26/2013. Todas as proposições legislativas podem receber opiniões desde o início até o fim de sua tramitação no Senado.

CONULTA PÚBLICA - 2024	
Votantes *1.150.332*	*Votos registrados* *1.420.383*
Proposições que receberam votos *2.396*	

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

CONSULTA PÚBLICA - 2023	
Votantes *1.105.838*	*Votos registrados* *1.243.649*
Proposições que receberam votos *2.599*	

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

CONSULTA PÚBLICA - 2022	
Votantes *1.239.230*	*Votos registrados* *1.437.377*
Proposições que receberam votos *2.599*	

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

3.2.4 OFICINA LEGISLATIVA

A Oficina Legislativa incentiva os estudantes a pensarem em melhorias para o país ou para a área de conhecimento do seu curso superior por meio de etapas de criação e avaliação de ideias legis-

lativas que podem ser debatidas pelos senadores e transformadas em leis. Planos de aulas estão disponíveis para professores e podem ser usados conforme melhor se encaixarem na rotina educacional. Estudantes também podem ter acesso ao material didático para acompanharem as aulas. Uma declaração é fornecida pelo Senado para o professor que cadastrar turmas e tiver as ideias legislativas apresentadas por seus alunos no Portal e-Cidadania.

OFICINA LEGISLATIVA - 2024			
Turmas que realizaram oficinas			
Turmas que realizaram oficinas 154	Ideias legislativas elaboradas em oficinas 1.042	Estados com turmas cadastradas 23	Turmas cadastradas 391
Estudantes autores de ideias legislativas 935		Municípios com turmas cadastradas 147	Professores cadastrados 263

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

OFICINA LEGISLATIVA - 2023			
Turmas que realizaram oficinas 250	Ideais legislativas elaboradas em oficinas 1.205	Estados com turmas cadastradas 27	Turmas cadastradas 1.253
Estudantes autores de ideias legislativas 1.059		Municípios com turmas cadastradas 392	Professores cadastrados 760

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

OFICINA LEGISLATIVA - 2022			
Turmas que realizaram oficinas 56	Ideais legislativas elaboradas em oficinas 378	Estados com turmas cadastradas 27	Turmas cadastradas 363
Estudantes autores de ideias legislativas 352		Municípios com turmas cadastradas 28	Professores cadastrados 175

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados.

3.3 OUVIDORIA

Regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 5/2005 e implantada pelo Ato da Mesa Senado Federal nº 1 de 16 de junho de 2011, a Ouvidoria do Senado Federal é a ponte entre a sociedade e a Instituição. É competência da Ouvidoria receber, registrar e dar tratamento adequado às sugestões, críticas, elogios, solicitações, reclamações e denúncias, encaminhadas pelo cidadão, sobre as atividades do Senado Federal, especialmente sobre o funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa. O cargo de ouvidor-geral é exercido por um(a) senador(a) indicado(a) pela Presidência do Senado Federal. Em 2024, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) exerceu a função de ouvidor-geral do Senado.

3.3.1 BALANÇO DA OUVIDORIA

Gestão 2023/2024, ouvidor-geral do Senado, senador Plínio Valério (PSDB-AM).

Em 2024, várias organizações manifestaram interesse em compreender e se inspirar no funcionamento do sistema de tramitação de demandas e na eficiência da Ouvidoria do Senado Federal. A Ouvidoria tem estabelecido relações significativas com diversas instituições, dentre elas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A busca pela compreensão do funcionamento do sistema Conecte e o reconhecimento da Ouvidoria como uma referência são indicadores do impacto positivo que o Senado Federal tem causado em diferentes esferas governamentais.

Além disso, a visita dos alunos de Mestrado e Doutorado do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), acompanhados pela professora e diretora-geral do Senado Federal, Ilana Trombka, demonstra a relevância da Ouvidoria do Senado Federal como uma referência em boas práticas e indicadores de qualidade, despertando interesse em compreender e aplicar esses padrões em suas respectivas instâncias.

A Ouvidoria do Senado Federal tem se destacado como um canal fundamental de interlocução entre o Senado e a população, promovendo a transparência, a eficiência, o acesso à informação e o fortalecimento da gestão pública. Além de atender às demandas externas, a Ouvidoria também desempenha um papel estratégico no apoio a órgãos internos do Senado e na cooperação com outras ouvidorias, sejam elas do Legislativo, do Judiciário ou demais órgãos públicos.

A Ouvidoria também estabeleceu um marco importante ao realizar 2.797 ligações para escolas públicas do Brasil, com o objetivo de informar sobre o envio do Kit Senado 200 anos. Ademais, verificamos um total de 100 números em colaboração com a CPI da Braskem, realizando 300 tentativas de contato. Diante disso, a Ouvidoria realizou 3.097 ligações para diversos números do Brasil.

Para fortalecer a gestão pública e promover a transparência nos Legislativos estaduais e municipais, a Ouvidoria também disponibilizou um modelo de ato normativo para a criação de ouvidorias, incentivando a implantação desses órgãos. Qualquer câmara municipal ou assembleia legislativa pode contar com o apoio da Ouvidoria do Senado para auxiliar nesse processo.

É fundamental continuar promovendo essas trocas de conhecimento e experiências, contribuindo para o fortalecimento das instituições públicas. A troca de experiências e a colaboração entre essas instituições podem contribuir para o aprimoramento dos processos legislativos, bem como para o fortalecimento das relações entre os diferentes níveis de governo. Essas iniciativas promovem a transparência, eficiência e aperfeiçoamento constante das práticas institucionais.

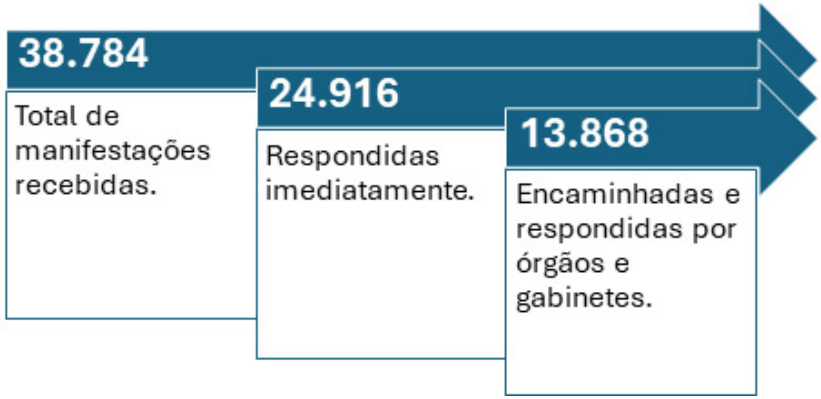
Por fim, a Ouvidoria do Senado Federal também disponibiliza sua prestação de contas de forma transparente e acessível. Para acompanhar as ações, parcerias e resultados obtidos, acesse o link: Prestação de contas — **Portal Institucional do Senado Federal.**

3.3.2 OUVIDORIA EM NÚMEROS

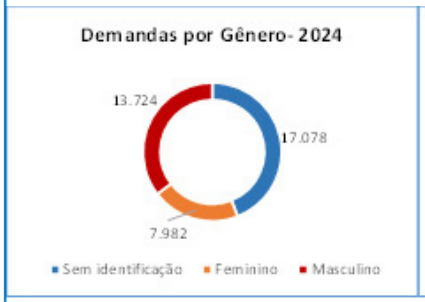
De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram recebidas, por meio do 0800 e dos formulários web da Ouvidoria, um total de 38.784 manifestações de cidadãos de todo o Brasil. Além disso, a Ouvidoria também realizou 3.097 ligações de forma ativa.

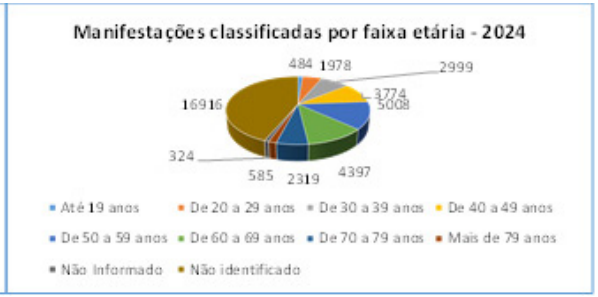


As manifestações/demandas passam por análise de conteúdo após o registro e são respondidas imediatamente pela Ouvidoria ou encaminhadas a um órgão em busca da devida resposta, que, posteriormente, é enviada ao cidadão. Quando o conteúdo é inadequado, como nas demandas ofensivas, incompreensíveis, ou quando as ligações não são concluídas, inviabilizando o tratamento, as demandas são arquivadas.



O perfil dos usuários na Ouvidoria é estimado por meio das informações de gênero, faixa etária e escolaridade. Para os cidadãos que receberam o atendimento no 0800 e não concordaram em efetuar o cadastro, os dados de perfil não são informados.







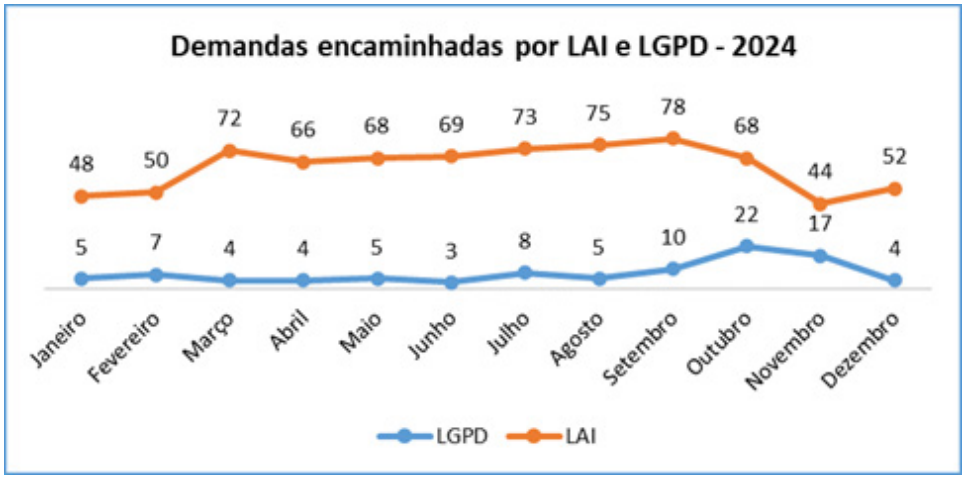
3.3.3 PARCERIAS DA OUVIDORIA

Em 2024, a Ouvidoria registrou, em eventos públicos interativos, 73 comentários e 111 ideias legislativas.

Em 2024, a Ouvidoria recebeu 763 pedidos de informação baseados na Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, e 94 pedidos fundamentados na LGPD, Lei nº 13.709/2018, que foram encaminhados ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), no Senado.

A Ouvidoria do Senado Federal recebeu, em 2024, recebeu um total de 48 demandas relacionadas à parceria com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal (Promul), demonstrando um engajamento nessas importantes iniciativas.





3.4 DATASENADO

O Instituto de Pesquisa DataSenado é o órgão de estudos e pesquisas do Senado Federal. Assessora senadores e comissões permanentes e temporárias no debate dos temas de interesse nacional e no desempenho da atividade fim do Parlamento de legislar e fiscalizar o Poder Executivo. Foi criado em 17 de dezembro de 2004, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 24, de 2004. Os dados levantados pelo DataSenado têm auxiliado parlamentares em suas decisões e contribuído para uma melhor compreensão sobre como pensa a população brasileira.

No período de janeiro a dezembro de 2024, o DataSenado ouviu 54.367 cidadãos por meio de pesquisas de opinião e enquetes. Foram feitas cinco pesquisas nacionais quantitativas telefônicas; um estudo com dados secundários; e nove enquetes entre janeiro e novembro.

Outra atividade que faz parte da rotina do DataSenado é a realização de pesquisas internas para auxiliar a Administração da Casa. Entre junho e setembro, foram feitas cinco pesquisas demandadas por órgãos do Senado.

3.4.1 PESQUISA DATASENADO GRAU DE INSATISFAÇÃO DAS VÍTIMAS COM OS ACORDOS FIRMADOS COM A BRASKEM

A pesquisa objetivou apresentar diagnóstico acerca do nível de satisfação das vítimas com sua vida atual, notadamente no que tange às indenizações recebidas em virtude da realocação de suas residências e/ou comércios. Os resultados auferidos irão subsidiar a Comissão Parlamentar de Inquérito na análise dos fatos e eventos apurados.

Nos dias 22 a 25 de abril de 2024, 1.727 vítimas foram entrevistadas por telefone, de acordo com cadastro fornecido pela CPI da Braskem para a realização da pesquisa. O levantamento mostra o grau de insatisfação geral dos entrevistados com a ação dos poderes públicos e com a assistência prestada pela empresa. Há também um panorama da qualidade de vida e da condição econômica das famílias após o desastre ambiental.

Relatório da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/grau-de-insatisfacao-com-as-indenizacoes-pagas-pela-braskem-atinge-patamar-85

Painel interativo da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=grau-de-insatisfacao-com-as-indenizacoes-pagas-pela-braskem-atinge-patamar-85

3.4.2 PESQUISA SOBRE JORNADA DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA

O Instituto de Pesquisa DataSenado realizou pesquisa de opinião, em parceria com o gabinete da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), para ouvir a opinião dos brasileiros a respeito de carga horária, produtividade e qualidade de vida dos trabalhadores do país.

Entre os dias 27 de março e 3 de abril de 2024, 4.330 cidadãos de 16 anos ou mais foram entrevistados por telefone, selecionados por meio de amostragem aleatória estratificada da população brasileira. É importante observar que, dentro dessa amostra, 2.821 cidadãos exerciam algum tipo de atividade remunerada e 1.509 não. Dentre os que não exerciam atividade remunerada, 673 afirmaram estar procurando trabalho. Ressalta-se ainda que as ligações foram feitas para todas as unidades da Federação.

Relatório da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/sete-a-cada-dez-brasileiros-acreditam-que-o-governo-deveria-incentivar-empresas-a-adotar-a-semana-de-quatro-dias

Painel interativo da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=sete-a-cada-dez-brasileiros-acreditam-que-o-governo-deveria-incentivar-empresas-a-adotar-a-semana-de-quatro-dias

Matérias sobre a Pesquisa:

Rádio Senado:

https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2024/05/23/soraya-thronicke-comenta-ideia-da-semana-de-4-dias-para-o-trabalhador

Congresso em Foco:

https://congressoemfoco.uol.com.br/noticia/7081/datasenado-73-dos-brasileiros-apoiam-semana-de-trabalho-de-quatro-dias/

Carta Capital:

https://www.cartacapital.com.br/economia/maioria-dos-brasileiros--apoia-semana-de-trabalho-de-quatro-dias-aponta-datasenado/

Seu Crédito Digital:

https://seucreditodigital.com.br/semana-de-4-dias-de-trabalho-7-a-cada-10-brasileiros-apoiam/#google_vignette

Clube FM:

https://radioclubedecanoinhas.com.br/maioria-dos-brasileiros-apoia-semana-de-quatro-dias-aponta-datasenado/

Real Time:

https://realtime1.com.br/semana-de-trabalho-com-quatro-dias-e-defendida-por-73-dos-brasileiros/

Gazeta Brasil:

https://gazetabrasil.com.br/economia/2024/05/26/70-dos-brasileiros--estao-a-favor-da-adocao-da-semana-de-trabalho-de-4-dias/#goog_rewarded

Jovem Pan:

https://www.youtube.com/watch?v=WM87uX-1ae8

3.4.3 PESQUISA DATASENADO PANORAMA POLÍTICO 2024

O Instituto de Pesquisa DataSenado realizou a 21ª edição de sua pesquisa nacional, que tem série histórica aplicada desde 2008, tendo entrevistado mais de 55 mil cidadãos ao longo dos anos. Esta edição do Panorama Político, comemorativa dos 20 anos do Instituto DataSenado, representa um marco importante, pois, é a primeira a realizar estimativas também por unidade da Federação, reforçando a representação parlamentar federativa do Senado Federal.

A pesquisa avalia a opinião dos brasileiros para indicar possíveis prioridades para a atuação parlamentar e quantificar percepções em relação à democracia brasileira; ao desempenho do Parlamento; e aos principais temas em debate no país, inclusive aqueles que se inserem no contexto de eleições, como o impacto de notícias falsas, destaque nacional desta edição.

A pesquisa foi realizada entre 5 e 28 de junho, quando foram entrevistados, por telefone, 21.808 cidadãos, em amostra representativa da opinião da população brasileira, ou seja, de quase 170 milhões de pessoas (169.840.184) com 16 anos ou mais.

A pesquisa foi dividida em três eixos temáticos – notícias falsas e democracia, perfil ideológico dos eleitores brasileiros e apostas esportivas, golpes digitais e endividamento.

Painel interativo série histórica:

https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/painel-historico

3.4.4 NOTÍCIAS FALSAS E DEMOCRACIA

Relatório da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/golpes-digitais-atingem-24-dos-brasileiros-aponta-21a-edicao-da-pesquisa-panorama-politico

Relatório Interativo:

https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_aposta_esportiva/2024/interativo.html

3.4.5 POSICIONAMENTO POLÍTICO DO BRASILEIRO

Relatório da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-traca-perfil-ideologico-dos-eleitores-brasileiros

Relatório Interativo:

https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_posicionamento_politico/2024/interativo.html

3.4.6 APOSTAS ESPORTIVAS, GOLPES DIGITAIS E ENDIVIDAMENTO

Relatório da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/golpes-digitais-atingem-24-dos-brasileiros-aponta-21a-edicao-da-pesquisa-panorama-politico

Relatório Interativo:

https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_aposta_esportiva/2024/interativo.html

Matérias sobre a Pesquisa Panorama Político 2024:

UOL:

https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/04/eleicoes-2024-80-dos-brasileiros-temem-impacto-de-noticias-falsas-na-eleicao-diz-datasenado.htm

SBT News:

https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/78-dos-brasileiros-consideram-muito-importante-o-controle-de-fake-news-nas-redes-sociais

CNN Brasil:

https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/gustavo-uribe/politica/para-81-dos-brasileiros-fake-news-podem-impactar-resultado-de-eleicoes/

UOL:

https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/26/datasenado-40-nao-tomam-posicao-politica-direita-prevalece-entre-quem-se-posiciona-com-29.htm

Veja:

https://veja.abril.com.br/coluna/radar/pesquisa-datasenado-revela-principal-posicionamento-politico-do-brasileiro/

Veja:

https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/85-dos-eleitores--de-esquerda-estao-felizes-com-democracia-diz-pesquisa/

Terra:

https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/pesquisa-aponta-estados-mais-de-esquerda-e-de-direita-veja-quais-sao,c320fa4595f1786e1af0f4ad87c76b73ny94fd2u.html?utm_source=clipboard

Terra:

https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/datasenado-40-nao-tomam-posicao-politica-direita-prevalece--entre-quem-se-posiciona-com-29,425d642ad232d430ea2f13529c784920mvoevm6q.html

Correio Braziliense:

https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/09/6951811-30-dos-eleitores-do-df-dizem-ser-de-direita-e-14-de-esquerda.html

Metrópoles:

https://www.metropoles.com/brasil/quadro-politico-no-brasil--29-dizem-ser-de-direita-e-15-de-esquerda

Globo News:

https://g1.globo.com/politica/blog/daniela-lima/post/2024/09/30/um-em-cada-quatro-brasileiros-perdeu-dinheiro-em-golpes-digitais-nos-ultimos-12-meses-diz-pesquisa.ghtml

CNN Brasil:

https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/gustavo-uribe/politica/um--em-cada-quatro-brasileiros-perdeu-dinheiro-com-golpes-online-diz-pesquisa/

3.4.7 PESQUISA SOBRE AS QUEIMADAS NO BRASIL

O Instituto de Pesquisa DataSenado realizou pesquisa de opinião, em parceria com o gabinete da senadora Leila Barros (PDT-DF), presidente da Comissão de Meio Ambiente, para ouvir a opinião dos brasileiros a respeito das queimadas que assolaram o país no ano de 2024.

A pesquisa teve como população-alvo cidadãos de 16 anos ou mais, residentes no Brasil. Os participantes foram selecionados via Amostragem Aleatória Estratificada por unidade da Federação (UF). A amostra total foi composta por 1.220 entrevistas. O questionário foi do tipo estruturado, com questões objetivas.

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas telefônicas assistidas por computador - CATI (Computer-Assisted Telephone Interviewing). Nesse método, o entrevistador segue um roteiro que é disponibilizado em computador e composto por questionário estruturado, com questões objetivas e orientações para a condução da entrevista. Essa estrutura visa eliminar possíveis vieses, bem como maximizar a aderência dos cidadãos contatados à pesquisa.

Os números de telefone usados nas discagens foram selecionados aleatoriamente, respeitando o delineamento amostral a partir de cadastro disponibilizado pela Anatel, onde constam todos os números habilitáveis do país. As quantidades de números fixos e mó-

veis sorteados na amostra foram estabelecidas de forma a garantir que, por UF, a probabilidade de sorteio de qualquer número fosse a mesma, independentemente de se tratar de telefone fixo ou móvel.

Para compor a amostra, foram realizadas ligações telefônicas para todo o país. Atendido o telefone, e após verificar se o(a) entrevistado(a) pertencia à população-alvo, o entrevistador solicitava autorização para realizar a pesquisa.

Relatório da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-sobre-as-queimadas-no-brasil

Painel interativo da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-sobre-as-queimadas-no-brasil

Senado Federal:

https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/10/07/datasenado-59-apontam-motivacao-criminosa-em-queimadas-pelo-pais

3.4.8 PESQUISA INTERNA SOBRE A INTEGRAÇÃO DO E-CIDADANIA AO GOV.BR

O Instituto de Pesquisa DataSenado realizou, em parceria com o e-Cidadania, pesquisa com o objetivo de conhecer a opinião dos usuários do e-Cidadania sobre a integração de seu sistema com a Conta GOV.BR.

O convite para participar foi feito por meio de e-mail. A mensagem continha um hiperlink para que os participantes acessassem o questionário, disponível em um sistema apropriado para aplicação de pesquisas on-line. O questionário ficou disponível de 20 de maio a 2 de junho de 2023. No total, foram enviados 639.493 convites por e-mail, com resposta de 19.309 cidadãos, o que garantiu taxa de resposta de 3,02%.

Os resultados refletem a opinião dos participantes que preencheram o formulário on-line. Os números não representam a opinião da totalidade dos usuários do e-Cidadania. Os valores percentuais foram arredondados de maneira que a soma dos percentuais de alguns gráficos pode ser diferente de 100%, para mais ou para menos.

3.4.9 ENQUETES

PL Nº 4.842 DE 2023

O Instituto DataSenado realizou enquete on-line para avaliar a opinião dos internautas sobre o Projeto de Lei nº 4.842 de 2023, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização, em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos esportivos, para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

De acordo com a enquete, a maioria dos respondentes (80%) é a favor do Projeto de Lei nº 4.842 de 2023, que prevê a instituição de campanha permanente de conscientização, em eventos esportivos com mais de 10 mil espectadores, para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

Maioria é favorável à exibição de campanhas para o fim da violência contra a mulher em arenas esportivas e estádios de futebol:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=maioria-e-favoravel-a-exibicao-de-campanhas-para-o-fim-da-violencia-contra-a-mulher-em-arenas-esportivas-e-estadios-de-futebol

PL Nº 4.809 DE 2023

O Instituto DataSenado realizou enquete on-line para avaliar a opinião dos internautas sobre o Projeto de Lei nº 4.809 de 2023, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para incluir no rol de coberturas obrigatórias insumos e tecnologias aprovados pela Anvisa para tratamento das pessoas com diabetes mellitus tipo 1.

De acordo com a enquete, menos da metade dos respondentes (48%) possuem plano de saúde, mas a maioria (62%) afirma ter diabetes do tipo 1 ou ter alguém da família com essa doença.

Maioria é favorável à obrigatoriedade de os planos de saúde fornecerem medicamentos para tratamento domiciliar do diabetes:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=maioria-e-favoravel-a-obrigatoriedade-de-os-planos-de-saude-fornecerem-medicamentos-para-tratamento-domiciliar-do-diabetes

PL Nº 6.136 DE 2023

Enquete on-line realizada pelo DataSenado mostra amplo apoio dos participantes ao Projeto de Lei nº 6.136 de 2023, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer o compartilhamento da licença-maternidade. Se aprovado, o projeto estabelece que o texto do art. 392 da CLT passaria a possuir a seguinte redação:

"Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo do emprego e do salário, podendo compartilhar até 60 dias do período com seu cônjuge ou companheiro."

Nesse sentido, a enquete avaliou dois pontos principais: a aprovação do aumento da licença-maternidade de 120 para 180 dias e o compartilhamento de até 60 dias com o cônjuge ou companheiro. Nos dois quesitos a aprovação superou 70%, chegando a 76% no caso da ampliação e a 74% no caso do compartilhamento.

Maioria é favorável ao compartilhamento de até 60 dias da licença-maternidade com o cônjuge ou companheiro:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=compartilhamento-da-licenca-maternidade-e-da-licenca-adotante

PL Nº 740 DE 2024

O Instituto DataSenado realizou enquete on-line para avaliar a opinião dos internautas sobre o Projeto de Lei nº 740, de 2024, que "Dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pela confecção, registro ou expedição de diploma e certificado de conclusão de curso por instituição de ensino".

Enquete on-line realizada pelo DataSenado mostra que 92% dos respondentes concordam com o Projeto de Lei nº 740 de 2024, que veda a cobrança de taxa pela confecção, registro ou expedição de diploma e certificado de conclusão de curso por instituição de ensino.

Maioria é favorável à vedação de cobrança para emissão de certificado de conclusão de curso:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=maioria-e-favoravel-a-vedacao-de-cobranca-para-emissao-de-certificado-de-conclusao-de-curso

PL Nº 1474 DE 2024

O Instituto DataSenado realizou enquete on-line para avaliar a opinião dos internautas sobre o Projeto de Lei nº 1.474, de 2024, que "estabelece condições e critérios mínimos para o manejo de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros nos modais aéreos, terrestres e aquaviário, e dá outras providências".

Enquete on-line realizada pelo DataSenado mostra que 94% dos respondentes são favoráveis à criação de uma regulamentação mais rígida para o transporte de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros.

Maioria é a favor de uma regulamentação mais rígida para o transporte de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=maioria-e-a-favor-de-uma-regulamentacao--mais-rigida-para-o-transporte-de-animais-domesticos-por-empresas-de-transporte-coletivo-de-passageiros

CRIAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO QUE VISE REPARAR OS DANOS CAUSADOS PELO USO INDEVIDO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Enquete on-line realizada pelo DataSenado mostra que 93% dos respondentes são favoráveis à criação de uma regulamentação que vise reparar os danos causados pelo uso indevido da inteligência artificial.

Maioria é favorável à regulamentação de reparação de danos contra o uso indevido da inteligência artificial:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacao-datasenado?id=maioria-e-favoravel-a-regulamentacao-de-reparacao-de-danos-contra-o-uso-indevido-da-inteligencia-artificial

CRIAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DA PRÁTICA DE PIPA DESPORTIVA

Enquete on-line realizada pelo DataSenado mostra que 66% dos respondentes são favoráveis à criação de regulamentação da prática de pipa desportiva.

Proibição do uso de cerol em pipas:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=proibicao-do-uso-de-cerol-em-pipas

PROGRAMA NACIONAL DE CONECTIVIDADE DEVERIA SER CUSTEADO EM PARTE PELOS RECURSOS DO FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (FUST)

Enquete on-line realizada pelo DataSenado mostra que 86% dos entrevistados concordam que o Programa Nacional de Conectividade deveria ser custeado em parte pelos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Maioria é favorável à proposta de que o Programa Nacional de conectividade seja custeado pelo FUST:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=maioria-e-favoravel-a-proposta-de-que-o--programa-nacional-de-conectividade-seja-custeado-pelo-fust

REGULAMENTAÇÃO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Enquete on-line realizada pelo DataSenado mostra que 32% dos entrevistados afirmam interagir com algum tipo de inteligência artificial diariamente e 26% algumas vezes por semana.

Maioria é favorável à regulamentação do uso da Inteligência Artificial:

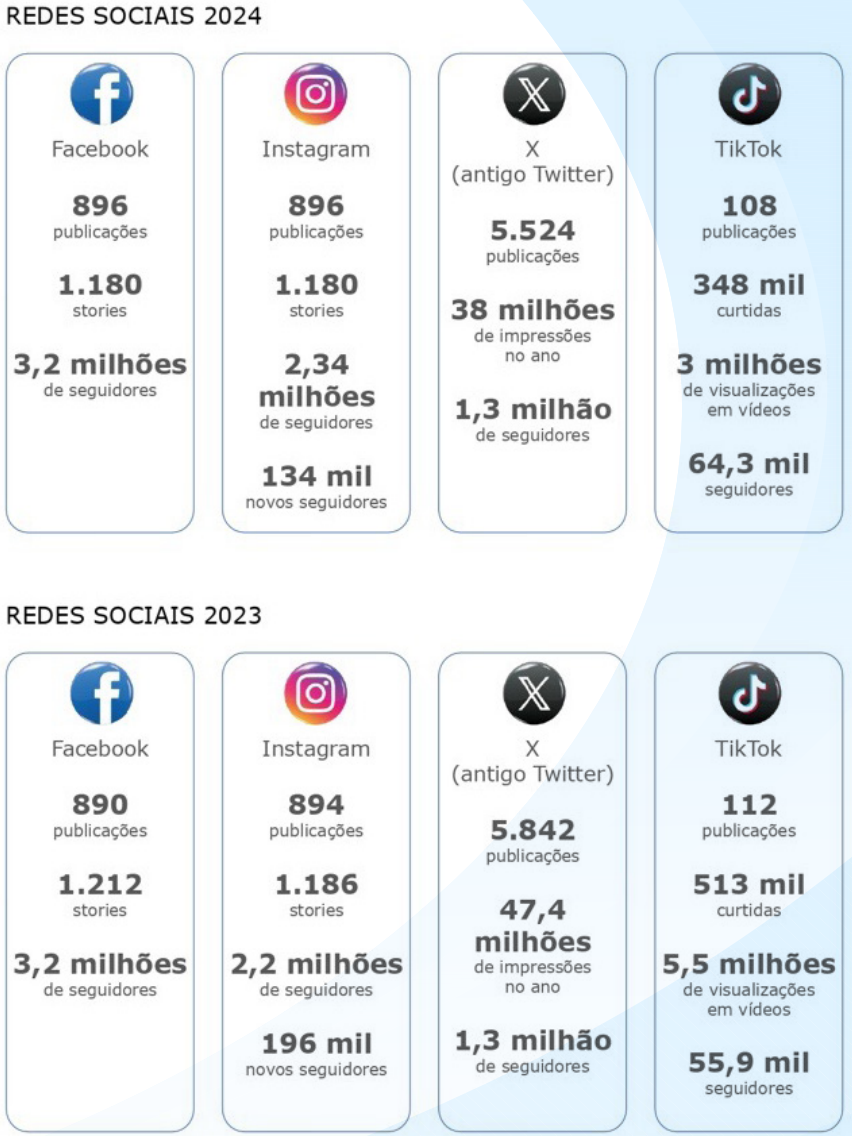
https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=maioria-e-favoravel-a-regulamentacao-do-uso-da-inteligencia-artificial

3.4.10 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Segurança Alimentar Para Povos e Comunidades Tradicionais – CDH:

https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/834/reuniao/13107

3.5 REDES SOCIAIS



3.6 VISITAÇÃO

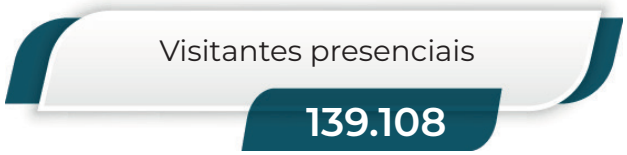
O Programa Visite o Congresso é uma parceria entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados para a realização de visitas institucionais nas duas Casas legislativas.

Em 2024, as visitas regulares aconteceram durante todo o ano, também aos fins de semana, feriados e no recesso parlamentar. O roteiro das visitas segue pelos principais espaços do Palácio do Congresso Nacional, como os Salões Negro, Verde e Azul, além dos Plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

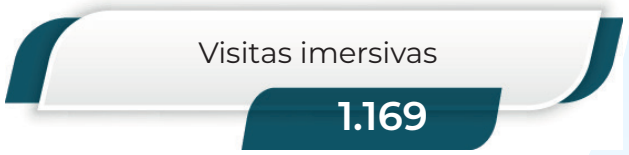
No mês de agosto, a visita virtual foi retomada após um período de suspensão de quase dois anos.

Já em novembro foi lançada a Visita 360, um projeto de experiência imersiva em que visitantes podem assistir a um filme em realidade virtual sobre um tema em destaque no Congresso.

Assim, o Programa de Visitação Institucional tem conseguido aproximar cidadãos e cidadãs da realidade política e institucional do Parlamento brasileiro.



Aumento de 28,7% em relação a 2023







GESTÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

4

O Senado Federal, ao definir o modelo de governança da Casa em seu Regulamento Administrativo (RASF), demonstra seu compromisso com a responsabilidade socioambiental:

> Sistemática pela qual a gestão da Casa é dirigida, monitorada, controlada e incentivada a atuar no interesse da sociedade brasileira, baseada nos princípios constitucionais da administração pública e nos princípios da transparência, responsabilização, equidade e responsabilidade socioambiental, com vistas a garantir, entre outros, o alinhamento das ações organizacionais à estratégia institucional, à eficiência no uso de recursos, à gestão dos riscos corporativos e à avaliação de desempenho organizacional.

Nesse contexto, merece destaque, também, a Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal, que evidencia, entre outros, os seguintes princípios:

- equidade;
- acessibilidade;
- uso racional dos recursos e bens disponíveis no meio ambiente de trabalho;
- responsabilidade socioambiental, no que concerne à decisão de contribuir voluntariamente em prol de um meio ambiente de trabalho mais saudável;
- concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre os meios natural, socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- promoção e sustentabilidade de iniciativas culturais;
- valorização da cidadania;
- promoção do desenvolvimento comunitário.

4.1 EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

4.1.1 EQUIDADE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DO SENADO FEDERAL

O Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal (COPRIG) tem a responsabilidade de planejar, promover e coordenar ações de equidade no âmbito da Administração do Senado Federal.

Suas iniciativas abrangem todos os vínculos funcionais da instituição e incluem parcerias com outros órgãos e entidades, contribuindo para a promoção ativa da diversidade, equidade e inclusão.

Por meio do compartilhamento e da disseminação de informações sobre o tema, ocorre a qualificação do ambiente organizacional, impactando positivamente outras instituições e a sociedade como um todo.

As ações desenvolvidas funcionam como diretrizes para as políticas de equidade de gênero e raça do Senado, orientando os caminhos a serem seguidos para a consolidação de uma cultura institucional inclusiva, livre de assédios, discriminações e qualquer forma de violência no ambiente organizacional.

4.1.1.1 Perfil Funcional do Senado Federal – Indicadores de Gênero e Raça

Os indicadores de Gênero e Raça do Senado Federal tem como objetivo o monitoramento da força de trabalho da instituição, pelo tipo de vínculo, sexo/gênero, cor/raça e etnia e função ocupada. O conteúdo possibilita conhecer melhor a composição do órgão, visando subsidiar a elaboração de diagnóstico e a definição de estratégias que promovam a diversidade, a equidade e a inclusão.

Distribuição da força de trabalho por gênero				
Cargo	Feminino	Masculino	% Feminino	%Masculino
Efetivo	631	1.532	29,00%	71,00%
Comissionado	1.996	1.931	51%	49%
Terceirizado	1.480	2.091	41%	59%
Estagiário	257	154	63%	37%
Jovens Aprendizes	46	43	52%	48%

Dados obtidos em 31/12/2024

Distribuição da força de trabalho por cor/raça e etnia						
Cargo	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
Efetivo	2%	65%	0,28%	28%	4%	0,42%
Comissionado	1%	54%	0,13%	37%	7,03%	0,03%
Terceirizado	4%	29%	0,4%	52%	10%	4%
Estagiário	0,01%	43%	0%	38%	10%	9%
Jovens Aprendizes	1%	26%	1%	53%	16%	3%

Dados obtidos em 31/12/2024

Força de trabalho feminina por vínculo	
Cargo	Percentual
Efetivo	14%
Comissionado	45%
Terceirizado	34%
Estagiário	6%
Jovens Aprendizes	1%
Total	4.410/100%

Dados obtidos em 31/12/2024

Distrituição das(os) servidoras(es) por cor/raça e etnia - Efetiva(os) e Comissionadas(os)		
Raça	Total	Percentual
Branca	3.547	58%
Parda	2.058	34%
Preto	371	6%
Amarelo	93	2%
Indígena	11	0,2%
Não informado	10	0,2%
Total	6.090	100%

Dados obtidos em 31/12/2024

Distribuição servidoras(es) por gênero - Efetivas(os) e Comissionadas(os)				
Cargo	Feminino	Masculino	% Feminino	%Masculino
Servidoras(es)	2.627	3.463	43%	57%

Dados obtidos em 31/12/2024

Servidoras(es) Efetivas(os) por função comissionada e raça/etnia						
Cargo	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
FC-1	2	73	0	38	6	0
FC-2	10	287	1	120	17	0
FC-3	8	281	0	130	11	1
FC-4	0	26	0	6	1	0
FC-5	0	1	0	1	0	0

Figura 12. Dados obtidos em 31/12/2024

Servidoras(es) Efetivas(os) por função comissionada e gênero						
Cargo	Homens com FC	% Masculino	Cargo	Mulheres com FC	% Feminino	Total
FC-1	78	11%	FC-1	41	13%	119
FC-2	285	41%	FC-2	150	47%	435
FC-3	313	45%	FC-3	119	37%	432
FC-4	22	3%	FC-4	11	3%	33
FC-5	1	0%	FC-5	1	0%	2
Total	699	100%		322	100%	1021

Figura 13. Dados obtidos em 31/12/2024

Alta administração (sexo e raça)						
Cargo	Homens com FC-5	% Masculino	Cargo	Mulheres com FC-5	% Feminino	
FC-5	1	50%	FC-5	1	50%	
Cargo	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
FC-5	0	1	0	1	0	0
FC-5	0%	50%	0%	50%	0%	0%

Figura 14. Dados obtidos em 31/12/2024

4.1.1.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS

4.1.1.2.1 Lançamento do 3º Plano de Equidade de Gênero e Raça



O Plano de Equidade de Gênero e Raça (PEGR) é a ferramenta de gestão adotada pelo Senado Federal para orientar as ações voltadas à promoção da igualdade de gênero e raça. A terceira edição do Plano de Equidade de Gênero e Raça para o biênio 2024/2025 foi lançada em março de 2024, durante uma audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Desenvolvido de forma colaborativa, o plano contou com a participação de 21 representantes de 19 setores da Casa, sob a coordenação do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. Composto por 32 objetivos, o PEGR está organizado em cinco eixos temáticos: Comunicação, Educação e Cultura, Cultura Organizacional, Gestão e Saúde, com prazo de execução de 24 meses.

4.1.1.2.2 Política de Equidade

A busca pela equidade, pela valorização da diversidade e pela inclusão faz parte de um movimento mundial para garantir que todos os membros de uma comunidade se sintam reconhecidos, aceitos e capacitados a contribuir plenamente, independentemente de suas características individuais. Aí reside a importância de políticas de equidade, diversidade e inclusão como a estabelecida na presente proposta, com o objetivo de construir culturas organizacionais e governanças corporativas que tenham a valorização da diversidade como princípio e prática cotidiana, inclusive dentro do escopo das pautas ESG.

Em dezembro de 2024 foi instituída a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão do Senado Federal, através do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2024. A elaboração de uma Política dessa natureza para o Senado, que já conta com políticas de sustentabilidade social e acessibilidade, está prevista na meta 4.3 do Plano de Equidade de Gênero e Raça para o biênio 2024-2025, e vem suprir essa demanda, possibilitando que o Senado Federal continue promovendo, de forma pioneira e alinhada com o disposto em tratados internacionais sobre o tema e com as melhores práticas de governança institucional e corporativa, a diversidade, equidade e inclusão na gestão pública, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

4.1.1.2.3 Programa Pai Presente

Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 6, de 2024, entra em vigor no Senado Federal o Programa Pai Presente, que expande benefícios para os servidores fortalecerem vínculos com os filhos. A iniciativa institui a jornada reduzida de seis horas diárias para o servidor, inclusive ocupantes de função de confiança, a partir do nascimento de criança com deficiência. A medida também atende pais monoparentais, ou com mães e mulheres internadas, e vale até o último dia do mês em que a criança completar 6 meses de vida em todos os casos. Dentre os objetivos, o benefício visa promover a integração e manutenção do vínculo afetivo e social entre o pai e a criança, oferecendo a oportunidade e estímulo para

o pleno, natural, seguro e saudável desenvolvimento socioafetivo do recém-nascido.

4.1.1.2.4 Grupo de Trabalho de Afinidade LGBTQIA+



No mês do Orgulho LGBTQIA+, celebrado em junho, o Senado deu um importante passo em direção a tornar o ambiente organizacional da Casa mais acolhedor e inclusivo: publicou a Portaria da Diretoria-Geral nº 2149, de 2024, que instituiu o Grupo de Trabalho de Afinidade LGBTQIA+. Com o papel de debater vivências e organizar demandas, o GT é composto por 30 colaboradores do Senado Federal engajados na pauta. Em uma sociedade diversa, torna-se fundamental promover iniciativas que se proponham a acolher as necessidades de grupos minoritários. Dessa forma, o GT de Afinidade LGBTQIA+, além de ser um espaço de escuta e compartilhamento, funciona como um meio de identificar o que precisa ser melhorado em matéria de respeito e inclusão na cultura organizacional da Casa, garantindo a ideação de políticas internas que contemplem as demandas de pessoas LGBTQIA+.

4.1.1.2.5 Celebração do Dia da África

Um evento organizado pelo Grupo de Trabalho e Afinidade de Raça do Senado Federal (GT de Raça), vinculado ao COPRIG, promoveu uma conexão cultural entre Brasil e Angola para celebrar o Dia Mundial da África, celebrado em 25 de maio. O evento contou com a presença de Otchally, escritora angolana de apenas 16 anos. Além da literatura, o evento contou também com uma exposição de livros de outros autores angolanos e peças da cultura daquele país e uma apresentação sobre a produção cultural de Angola com representante da embaixada do país.

4.1.1.2.6 Senado contrata mulheres trans como copeiras e celebra Dia do Orgulho LGBTQIA+



Marcando o mês de junho, celebrado como o Mês do Orgulho LGBTQIA+, o Senado Federal reconheceu a importância da contratação de pessoas trans para a Casa. Nesse último ano, o quadro de funcionários ficou mais diverso com a contratação de três mulheres trans como copeiras: Andy Amazonas, Scarlety Pereira e Maria Luiza Cardoso. A contratação de pessoas trans é uma iniciativa de notável importância, dadas as condições de violência e desemprego que essa população enfrenta. O Brasil se encontra como o país que mais assassina pessoas trans pelo 15º ano consecutivo, segundo o 7º Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra). Por isso, trazer diversidade para a equipe de colaboradores é fundamental para tornar o Senado Federal um ambiente mais justo e igualitário. Trata-se de uma forma de conectar a organização à sociedade, lançando luz para as pro-

blemáticas que a envolvem e se tornando agente de transformação social.

4.1.1.2.7 Senado adota selo de combate à discriminação racial



Como forma de ressaltar o compromisso do Senado Federal no combate ao racismo e à discriminação racial, durante o Mês da Consciência Negra foi firmado um acordo de cooperação com o Instituto Maria Preta para oficializar a adoção do selo "Racismo, aqui não!". O objetivo do selo é inibir práticas racistas nos espaços que o adotam. A iniciativa já foi aderida em diversos locais, entre eles ambientes de trabalho, educação e lazer, espalhados ao redor do Brasil e do mundo. O selo será utilizado em campanhas e ações que envolvam diversidade, equidade, inclusão e combate ao racismo. Sua principal finalidade é, ocupando um espaço onde fique visível, deixar evidente a não aceitação de quaisquer práticas discriminatórias na instituição, inibindo o racismo e o preconceito e reafirmando o comprometimento do Senado Federal na luta pela justiça e pela equidade.

4.1.1.2.8 Campanha Permanente Contra o Assédio Moral e Sexual no Senado Federal

Iniciada em 2018, com o Ato do 1º Secretário nº 8, de 2018, que estabelece a forma para instrução preliminar de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal, hoje está em sua 4ª fase, contando com uma diversidade de materiais e conteúdo para abordagem do tema: Cartilha sobre Assédio Moral e Sexual, Guia para gestoras e gestores do Senado Federal, Curso sobre Assédio Moral e Sexual no Trabalho e cartaz informativo. Mais de 200 kits com o material informativo foram entregues para pessoas gestoras da instituição. Em 2025, novos kits serão entregues, incluindo pessoas supervisoras de estágio. Além disso, foram realizadas palestras com estagiárias(os), jovens aprendizes e setores que solicitaram treinamento sobre o tema.



4.1.1.2.9 Rodas de leitura



A leitura e debate de livros que versam sobre diversidade, equidade e inclusão é incentivada ao longo de todo o ano, reservando-se o mês de novembro para a realização de uma edição que apresente gênero e raça de forma interseccional. No evento, é feita a leitura de um dos capítulos do livro e, em seguida, é aberta a discussão. Em 2024, o livro escolhido foi *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo, o qual aborda a violência contra a mulher em suas diversas faces. Cada capítulo é intitulado por um nome próprio feminino, referente à personagem mulher que passou pela história nele contida. O escolhido para leitura

narra a história de Shirley Paixão, uma moça que sofre violência doméstica, com mediação realizada pela colaboradora Antonia Ladyjane.

4.1.1.2.10 Programa de visitação do Senado incorpora filme em realidade virtual



Em 19 de novembro de 2024, como parte da comemoração dos 200 anos do Senado Federal e da celebração ao Dia da Consciência Negra, foi promovida a ação de lançamento do curta-metragem sobre Abdias do Nascimento, o primeiro senador a se autodeclarar negro no Parlamento brasileiro. *O Sonho de Abdias* acompanha uma conversa entre o parlamentar e a estudante Janaína sobre a esperança e o sonho de um Senado Federal com uma maior representatividade negra. O filme foi pensado para ser executado em realidade virtual e implementado no Programa de Visitação ao Palácio do Congresso Nacional. A primeira exibição, com duração de sete minutos, foi feita com a participação do senador Paulo Paim (PT-RS) e de jornalistas negras(os) convidadas(os) das principais emissoras.

4.1.1.2.11 Efemérides

Ações do Março Mulheres



Durante o mês de março, em celebração ao Dia Internacional das Mulheres, foram promovidas diversas ações voltadas à reflexão sobre os direitos das mulheres e as assimetrias sociais de gênero e raça. Entre as atividades realizadas, destaca-se a Campanha Tudo para Elas, oficinas e audiências públicas temáticas, além de uma parceria com a Carreta do SESC para a realização de exames preventivos, como papanicolau e mamografia. Rodas de conversa e palestras também foram organizadas ao longo do mês, compondo as iniciativas do Março Mulheres.

Grande parte das ações foi direcionada às servidoras de todos os vínculos do Senado, reafirmando o compromisso institucional com o bem-estar e a valorização no ambiente de trabalho. Contudo, ações voltadas à sociedade também foram realizadas, incluindo a doação de itens de higiene pessoal e beleza para mulheres em situação de vulnerabilidade que vivem em casas abrigo.

A campanha evidenciou não apenas a importância da luta pelos direitos das mulheres, mas também o papel central da educação, do cuidado e da coletividade na construção de um ambiente funcional mais inclusivo e equitativo.

Ações dos 21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Meninas e Mulheres



O Senado iniciou, no dia 20 de novembro, as ações de conscientização alusivas aos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Meninas e Mulheres, em uma data simbólica: o Dia da Consciência Negra. A escolha ressalta a vulnerabilidade das mulheres negras, que enfrentam a dupla discriminação de gênero e raça. As atividades programadas incluíram a publicação de artigos, palestras educativas, rodas de leitura e o lançamento de obras bibliográficas.

Pela primeira vez celebrado como feriado nacional, o Dia da Consciência Negra foi marcado por uma Sessão Especial no Senado, destacando a importância da luta contra o racismo e do resgate histórico pela abolição da escravatura.

Entre as atividades realizadas durante os 21 Dias de Ativismo, destacam-se:

- *Lançamento da Bibliografia sobre inteligência artificial e discriminação de gênero e raça;*
- *Lançamento da obra Senadoras: dados biográficos (1979-2024);*
- *Lançamento do vol. 11 da Coleção Escritoras do Brasil: As aventuras de Diófanes, de Thereza Margarida da Silva e Orta;*
- *3º Seminário Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão;*
- *A palestra IA Generativa: Possibilidades e Desafios, ministrada por Heloísa Rodrigues da Rocha.*

O encerramento das atividades contou com o II Seminário Expressões e Vivências Negras, realizado em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Sindilegis. O evento reuniu nomes de destaque como a escritora e dramaturga Cristiane Sobral, a ilustradora Vanessa Ferreira (Preta Ilustra), a especialista em crimes de gênero Fayda Belo e o artista visual Sanagê Cardoso. Durante o seminário, Fayda ministrou uma palestra sobre o combate ao racismo, e foi lançado o livro *Como Não Ser um Racista (Mesmo que Você Jure que Não É!)*.

As ações reafirmaram o compromisso do Senado com a promoção da igualdade e o combate às discriminações estruturais de gênero e raça, incentivando o debate e a educação como ferramentas para transformação social.

4.1.1.2.12 Palestras, Oficinas e Capacitações

Inclusão de Mulheres e Meninas na Ciência



O Coprig e a Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen receberam jovens aprendizes para falar sobre o tema "Mulher, Ciência e Tecnologia". O encontro aconteceu para celebrar o Dia das Mulheres e Meninas na Ciência, comemorado em 11 de fevereiro, e contou com palestras do diretor do Prodasen, Gleison Carneiro, da servidora do Prodasen Patrícia Araújo e da palestrante e astronauta, Karen Reis.

Liderança para Mulheres Negras



Um grupo formado por 14 servidoras do Senado e 3 servidoras de órgãos que integram a Rede Equidade (CNJ, TJ-DFT e Secretaria de Educação do DF) concluiu a formação no primeiro curso de Liderança para Mulheres Negras do Senado Federal. A formação teve 30 horas de duração, com palestras e oficinas. A iniciativa, inédita na Casa, ressalta a importância de ter um espaço seguro para discutir e refletir como o machismo e o racismo atravessam este grupo, oferecendo letramento racial e de gênero, e construindo uma rede de contatos, ou aquilombamento, dedicado à formação da liderança de mulheres negras. O grupo discutiu temas como inserção da mulher negra no mercado de trabalho; racismo estrutural; ancestralidade; letramento racial; colorismo; exemplos de lideranças negras femininas e os diversos aspectos de liderança, orientado pela servidora Edna Carvalho, com 26 anos de serviço público e experiência em cargos de gestão. Combinando aulas teóricas e atividades práticas com palestras de servidoras públicas e lideranças negras da sociedade civil, que apresentaram as próprias experiências, incluindo a promotora de justiça da Bahia Lívia Santanna Vaz, a jornalista Ester Monteiro, a pesquisadora e professora voluntária do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília Renata Melo, a psicóloga e servidora do TDJFT Kátia de Lima e a ex-diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) Vilma Pinto.

Liderança Feminina



O Curso de Liderança Feminina concluiu sua quinta turma, sob mentoria da servidora Claudia Nogueira, e contou com a participação de 14 mulheres ocupantes de chefia. Durante os 10

encontros, as servidoras puderam aprender mais a respeito das habilidades envolvidas nos cargos de liderança, além de compartilhar experiências e discutir a pauta de gênero no âmbito profissional, tratando sobre desigualdades e discriminações.

Oficina Legislativa sobre Violência Doméstica



Em parceria com a Coordenação de Apoio ao Programa e-Cidadania (Copec), foi realizada uma oficina legislativa sobre violência doméstica exclusiva para mulheres. Tais oficinas, estabelecidas em 2020, já resultaram em mais de 2 mil ideias legislativas cadastradas no portal. A oficina faz parte do Plano de Equidade 2024/2025 e está relacionada ao Agosto Lilás, campanha destinada à conscientização para o fim da violência contra a mulher, e aos 18 anos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.430, de 2006). A iniciativa abre espaço para troca de vivências e pretende estimular as participantes a refletirem sobre a situação da violência doméstica no Brasil, a atual legislação referente ao tema, bem como entenderem as ações e os mecanismos que podem ser acionados nesses casos. Além disso, as participantes apresentaram ideias que podem se transformar em projetos e, se aprovados, em leis. As Oficinas Legislativas são um projeto do Portal e-Cidadania para aproximar cidadãos do processo legislativo brasileiro. As ideias elaboradas são cadastradas no portal e ficam disponíveis para votação pública durante quatro meses. Se alcançarem 20 mil apoios virtuais nesse período, serão analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). Mas, mesmo que não alcancem o número mínimo de apoios, as ideias poderão ser adotadas por uma senadora ou um senador e se tornarem projeto de lei.

Programa de Formação Gerencial 3.0 (PFG)

FORMAÇÃO GERENCIAL Programa 3.0

Em 2024, o Programa de Formação Gerencial (PFG) do Senado Federal, uma iniciativa destinada a capacitar servidoras(es) e desenvolver competências em gestão e liderança alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição, lançou sua nova versão. Como parte dessa atualização, foi ministrada a palestra "Liderança Inclusiva no Senado". Além disso, realizou-se uma Roda de Conversa com as(os) facilitadoras(es) das disciplinas do programa para compartilhar diretrizes do PFG 3.0. O objetivo foi sensibilizar sobre a importância de integrar o tema de cada área no desenho instrucional do programa, abordar os principais desafios gerenciais identificados

pela instituição, destacar as disciplinas mais adequadas para incluir essa temática e sugerir exemplos de atividades práticas para o PFG. Complementando essas iniciativas, foram produzidos vídeos em formato de pílulas sobre temas como diversidade, equidade e inclusão, ampliando a discussão e engajamento sobre esses assuntos fundamentais.

Letramento Racial é Tema de Palestra com Vigilantes e Recepcionistas



Fruto de uma parceria entre o Coprig e a Secretaria de Polícia do Senado (Spol), o curso de letramento racial para vigilantes e recepcionistas teve início no mês de novembro. O curso foi ministrado com o apoio da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus-DF) e a primeira turma foi integrada por 30 participantes. Novas turmas serão realizadas em 2025, incluindo o tema LGBTQIA+. A importância do letramento racial para esses colaboradores consiste em evitar que vieses inconscientes surjam e determinem o tratamento ao público com o qual esses profissionais têm contato diário. Vieses inconscientes são pressupostos relacionados a estereótipos incorporados ao longo da vida, capazes de desencadear preconceitos de raça, gênero, classe, orientação sexual, entre outros. Dessa forma, entendê-los e combatê-los é essencial para promover um ambiente de trabalho mais justo e respeitoso.

Feira do Livro



Em 2024, o Senado marcou presença com estandes interativos nas principais feiras do livro do país. Na 27ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, realizada na capital paulista, e na 70ª Feira do Livro de Porto Alegre, foram destacadas as iniciativas institucionais voltadas à promoção da equidade.

Entre os projetos apresentados, ganharam destaque o Racismo em Pauta e o Programa de Liderança para Mulheres Negras, ambos exemplares no enfrentamento das desigualdades estruturais. Além disso, os eventos contaram com painéis sobre a Coleção Escritoras do Brasil, sob o título Escrita Feminina: Equidade Literária como Política Editorial, que reforçaram o compromisso do Senado em dar visibilidade a autoras brasileiras historicamente silenciadas. A participação nas feiras consolidou o papel do Senado como promotor de diversidade, equidade e inclusão por meio de ações educativas e culturais.

Palestra "IA Generativa: Possibilidades e Desafios"



Em parceria com o Tribunal de Contas da União, foi promovida palestra sobre IA generativa nos 21 Dias de Ativismo, com mediação de Heloísa Rodrigues da Rocha – pesquisadora do núcleo de IA e Discriminação, projeto IA e Raça da Associação Lawgorithm. A palestrante deu exemplos de vieses de IA e respondeu a perguntas sobre possibilidades e desafios com IA generativa.

4.1.1.2.13 Publicações

As Aventuras de Diófanes



A obra *As Aventuras de Diófanes*, de Thereza Margarida da Silva e Orta, romance português publicado inicialmente em 1752, foi o décimo primeiro volume lançado da Coleção Escritoras do Brasil, que busca dar visibilidade a autoras brasileiras historicamente silenciadas. Por meio de aventuras e desafios enfrentados pelas personagens principais, uma família real da Grécia Antiga, a autora discute no livro questões como absolutismo, participação feminina na política e abolição da escravatura. Todas as obras da coleção foram escritas por mulheres que, apesar da importância literária e do significado inovador de seus trabalhos e do papel exercido em sua época, foram negligenciadas e sub-representadas, alcançando pouco espaço de divulgação. Todos os livros estão em domínio público e são selecionados como iniciativa para promover maior engajamento e memória em torno de autoras mulheres.

Cartilha da Vereadora para Parlamentares Municipais



Elaborada pelo programa Interlegis do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em parceria com o Coprig e diferentes setores da Casa, traz orientações para as atuais e futuras parlamentares municipais, incentiva a equidade de gênero nas câmaras municipais e deve servir de base para futuras vereadoras e aquelas recém-eleitas. A publicação foi distribuída em municípios e está disponível na versão digital.

Guia Eleitoral para Candidaturas Femininas e Negras



No dia 25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra –, foi realizada uma sessão plenária especial para celebrar a data e oportunizar a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Senado Federal e o Ministério da Igualdade Racial, bem como para lançar o Guia Eleitoral para Candidaturas Femininas e Negras, em parceria também com o Ministério das Mulheres. A obra também traz informações pertinentes sobre a violência política e a violência política de gênero, ambas incluídas na legislação em 2021 a partir da aprovação das Leis nº 14.197 e 14.192.

Como Não Ser Racista (Mesmo que você jure que não é!)



Fruto da parceria entre o Sindilegis, o Senado Federal e o TCU, é uma obra com autoria de Cristiane Sobral, desmontando noções superficiais de "não ser racista" e desafiando o leitor a reconhecer seu papel no enfrentamento das desigualdades raciais. O livro conta com ilustrações de Vanessa Ferreira, prefácio de Toni Garrido e apresentações de nomes relevantes como: Fayda Belo: advogada especialista em crimes de gênero, direito antidiscriminatório e feminicídios; Alison Souza: presidente do Sindilegis; Ilana Trombka: diretora-geral do Senado Federal; e Márcio Albuquerque: secretário-geral de Administração do TCU.

Artigos do Racismo em Pauta/E-book Racismo em Pauta

O projeto Racismo em Pauta, iniciado em 2019, tem como objetivo promover o enfrentamento ao racismo por meio de diversas iniciativas. Entre elas, destacam-se a divulgação de entrevistas com colaboradores negros atuantes no Senado, a publicação de conteúdos relacionados às efemérides sobre questões raciais, a produção de materiais para mídias sociais destinados a combater o uso de expressões racistas e a criação de uma série de artigos na intranet com o mesmo nome do projeto. Esses artigos deram origem ao e-book *Racismo em Pauta,* que já conta com dois volumes: o primeiro, lançado em 2022 , reúne textos publicados entre 2019 e 2021, enquanto o segundo, lançado em 2024 , reúne os artigos publicados em 2022 e 2023. No mesmo ano, foram publicados 16 novos artigos na intranet, abordando temas variados sempre com o enfoque de combate ao racismo, promoção da igualdade racial e difusão de práticas antirracistas. O projeto reafirma o compromisso do Senado com a importância de debater, educar e promover a igualdade racial como um passo essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.



4.1.1.2.14 Parcerias

Papos que Transformam



Papos que Transformam foi idealizado para falar sobre temas urgentes à sociedade contemporânea. O evento é fruto da parceria entre o TCU e o Senado, com o apoio do Sindilegis. Foram realizadas edições em 2024, com os temas: Bem-estar aos 50+, conectando redes sociais, saúde mental e diversidade, Combate ao capacitismo: desconstruindo barreiras e expressões e vivências negras em movimento.

Conquista do Prêmio Lusófonos

Durante o mês de março, foi realizada uma ação em parceria com os comitês de equidade do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU) em parceria com o Sindilegis. Fez parte dessa campanha a produção de um vídeo com o depoimento de 22 mulheres, colaboradoras das Casas de diferentes perfis físicos e cargos, as quais emprestam suas vozes para contar relatos de violência e discriminação sofridos no ambiente de trabalho. Os vídeos foram disponibilizados em totens instalados no Senado e no TCU. As histórias não são pessoais, mas poderiam ser. A campanha rendeu um prêmio internacional: o Prêmio Lusófonos da Criatividade, na categoria Sustentabilidade – Gênero e Diversidade.



4.1.1.2.15 Participação em Eventos e *benchmarking*

O Senado Federal é uma instituição de vanguarda na promoção da diversidade, equidade e inclusão, com mais de uma década de iniciativas e ações voltadas para essa temática. Esse histórico consolidado faz com que seja constantemente procurado por outras instituições interessadas em conhecer e adotar suas boas práticas.

Além de realizar dezenas de reuniões de *benchmarking* anualmente, o Senado participa ativamente de eventos e palestras

para compartilhar suas experiências e avanços na área, destacando-se em diversas ocasiões como referência no assunto. A seguir, são apresentadas algumas dessas iniciativas de destaque

14° Encontro de Coordenadores e Representantes Estaduais do Sindilegis (XIV Encore)



O Senado Federal participou do 14° Encontro de Coordenadores e Representantes Estaduais do Sindilegis (XIV Encore) conduzindo o painel que discutiu sobre a discriminação no ambiente de trabalho e apresentou o histórico do Senado de ações pela promoção da equidade.

Semana de Inovação da Enap

Com o objetivo de promover a reflexão e o debate sobre questões essenciais para a humanidade, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) realiza anualmente a Semana de Inovação, um evento em que agentes públicos podem participar de palestras, oficinas e mesas redondas. Em 2024, o tema escolhido foi As Novas Formas de Cuidar, e o Senado Federal esteve presente com a realização da oficina Novas Possibilidades de Políticas Institucionais para Promoção da Equidade de Gênero e Raça nas Tarefas de Cuidado, em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), integrantes da Rede Equidade. A oficina promoveu uma reflexão sobre como gênero e raça atravessam as tarefas de cuidado, discutindo especialmente a sobrecarga desse trabalho para as mulheres, os efeitos da LGBTfobia nas relações interpessoais da população LGBTQIA+ e o impacto do racismo na vida profissional de pessoas negras. O principal objetivo foi prototipar soluções que pudessem originar políticas institucionais de apoio a esses grupos, fortalecendo o compromisso com a equidade e a inclusão nas instituições públicas. .

Encontro do Grupo Interlegis de Tecnologia – 14° Engitec – Legislativo Inteligente

Durante o 14° Encontro do Grupo Interlegis de Tecnologia – Legislativo Inteligente, foi realizada a oficina O Legislativo Inteligente é Diverso, que abordou questões como o racismo algorítmico e o impacto dos vieses inconscientes na produção de soluções tecnológicas. O evento, centrado na temática Legislativo Inteligente, teve como objetivo explorar maneiras inovadoras de promover a transparência, fortalecer a participação cidadã e modernizar os processos legislativos. Essas discussões visaram não apenas aprimorar a governança, mas também qualificar os serviços públicos, incorporando práticas mais inclusivas e eficazes na administração legislativa.

VIII Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas

Organizado pelo Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídica - GIDJ Brasil, o Senado Federal participou da mesa-redonda promovendo a Diversidade e a Inclusão no Âmbito Jurídico em Consonância com a Agenda 2030. Esse evento, que teve como tema central Informação Jurídica, Sociedade e Cidadania, foi uma oportunidade para discutir temas fundamentais para a modernização e inclusão no setor jurídico. A mesa-redonda abordou a relevância da diversidade e da inclusão no contexto jurídico, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. O Senado contribuiu com suas iniciativas voltadas à promoção da equidade de gênero, raça e acessibilidade no setor público, apresentando experiências institucionais que reforçam a governança inclusiva e a cidadania ativa. Além disso, discutiu tópicos sobre as tendências em documentação e informação jurídicas, os desafios enfrentados por profissionais da área no contexto do mercado de trabalho e o papel crescente da inteligência artificial (IA) na gestão de informações jurídicas.

4.1.1.2.16 Grupo de Trabalho

Grupo de trabalho para propor a inclusão contratual de políticas voltadas à diversidade e ao combate ao assédio moral e sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho

O Grupo de Trabalho foi designado por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 3.006, de 2024, com o objetivo de dar cumprimento ao Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal (PEGR), biênio 2024-2025, especificamente da meta 4.5.4. Propor a inclusão contratual de políticas voltadas à diversidade e ao combate ao assédio no contexto laboral, considerando as novas disposições da legislação, incluindo a Lei nº 14.457/2022 e os Decretos nº 11.430/2023 e 12.174/2024. Busca-se garantir um ambiente de trabalho inclusivo, seguro e respeitoso, consolidando o papel do Senado Federal como modelo em responsabilidade social. Realizado entre agosto e dezembro de 2024, o GT encaminhou propostas de medidas para a implementação de políticas voltadas à diversidade e ao combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, com ênfase na inclusão contratual dessas diretrizes através de ferramentas como o Índice de Medição de Resultado (IMR), com componentes sociais específicos, como o "IMR Social", para avaliar o impacto das ações de responsabilidade social das empresas contratadas. Estas iniciativas refletem o compromisso do Senado Federal com a construção de um ambiente laboral inclusivo, ético e seguro, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, igualdade e eficiência administrativa. A implementação dessas medidas fortalecerá a cultura organizacional da Casa, contribuindo para a excelência na prestação de serviços e para o bem-estar de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

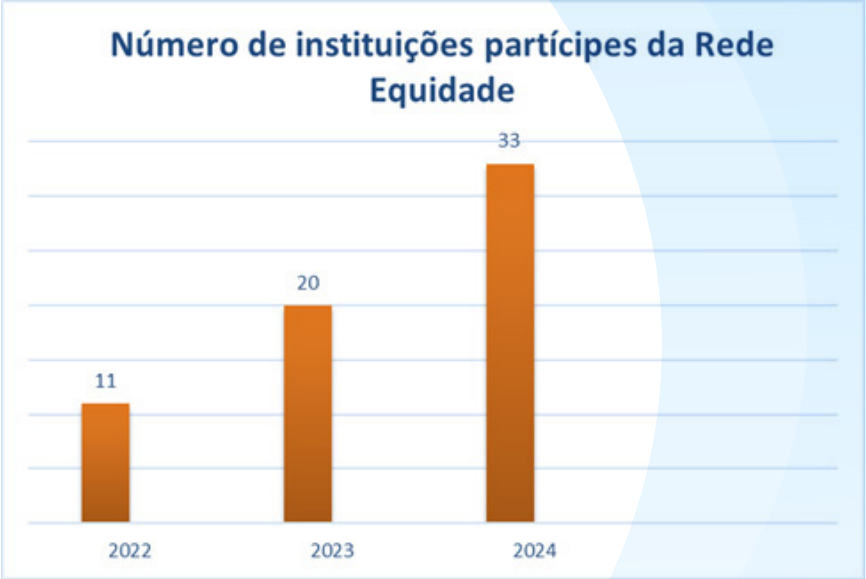
4.1.2 REDE EQUIDADE

A Rede Equidade foi criada a partir de um esforço colaborativo para a promoção da inclusão da diversidade e equidade, com vistas à implementação de ações com foco em gênero e raça, compartilhamento de boas práticas e troca de experiências, mediante Acordo de Cooperação Técnica nº 2021/235, de iniciativa do Senado Federal, o qual obteve a acolhida inicial de 11 instituições públicas. Em 31/12/2024, contava em sua composição com 31 instituições públicas e 2 instituições da sociedade civil

A Rede tem por missão promover a Diversidade, Equidade e Inclusão na gestão pública, com abordagem interseccional e transversal, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. A integridade, a cooperação institucional, o diálogo, a confiança, a sustentabilidade e a justiça social são os valores que compõem a Rede e impulsionam as conexões na administração pública..

4.1.2.1 Composição

A Rede Equidade tem expandido sua atuação a partir das novas adesões. Nos seus três primeiros anos de funcionamento, passou de 11 instituições partícipes para 33, em conformidade com o seu Plano de Ação, que prevê a sua expansão e atuação nacional.



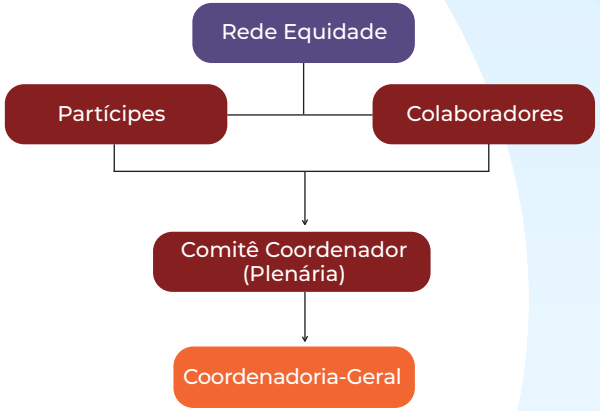
Composição em 31/12/2024

1. Advocacia-Geral da União – AGU
2. Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS
3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
4. Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
5. Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL
6. Câmara dos Deputados – CD
7. Comissão de Valores Mobiliários – CVM
8. Conselho da Justiça Federal – CJF
9. Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI

10. Conselho Nacional de Justiça – CNJ
11. Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
12. Controladoria-Geral da União – CGU
13. Defensoria Pública da União – DPU
14. Empresa Brasil de Comunicação – EBC
15. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
16. Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
17. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
18. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
19. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
20. Ministério da Defesa – MD
21. Ministério das Comunicações – MCom
22. Ministério de Minas e Energia – MME
23. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS
24. Ministério Público do Trabalho – MPT
25. Senado Federal – SF
26. Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM
27. Superior Tribunal de Justiça – STJ
28. Tribunal de Contas da União – TCU
29. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT
30. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – TRT13
31. Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO
32. Tribunal Superior Eleitoral – TSE
33. Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

4.1.2.2 Funcionamento

A Rede Equidade é formada pelo Comitê Coordenador (Plenária), Coordenadoria-Geral e Grupos de Trabalho para a execução de seu Plano de Ação, o qual é elaborado e executado bianualmente.



4.1.2.3 Plenária da Rede

O Comitê Coordenador constitui a plenária da Rede, uma instância deliberativa formada pelas(os) representantes titulares do acordo de cooperação técnica, indicadas(os) em suas respectivas instituições, e, em suas ausências, pelas(os) suplentes. No ano de 2024, a Rede realizou uma reunião mensal, de fevereiro a junho e de agosto a novembro, conforme Regulamento, sendo duas em março para finalização do Plano de Ação, totalizando dez reuniões ordinárias, na modalidade virtual, e uma reunião presencial, em dezembro, para a realização da 1ª Assembleia Geral da Rede Equidade.



8ª Reunião do Comitê Coordenador da Rede Equidade em 9 de setembro de 2024

A participação das instituições no funcionamento da Rede se dá de forma equânime, nas matérias definidas pelo Regulamento. De modo geral, a pauta de trabalho da Rede passa previamente pela plenária, para discussão e aprovação, sendo um voto por instituição e, após, é distribuída para execução nos Grupos de Trabalho e Coordenadoria.

4.1.2.4 Coordenadoria-Geral

A Coordenadoria-Geral é instância administrativa da Rede, com atribuições definidas em Regulamento. O Senado Federal exerce a coordenação-geral desde o seu lançamento, e, para essa atividade, conta com equipe própria e específica para os trabalhos da Rede. A atuação da coordenadoria confere apoio e impulso às atividades da Rede, em especial na formalização dos termos de adesão, cerimônias de assinatura, recepção de novas(os) representantes, apresentação da Rede a instituições externas, organização e condução das reuniões ordinárias, assembleia, monitoramento do Plano de Ação, participação em Grupos de Trabalho de execução do Plano de Ação, elaboração de relatórios e publicações, atualização do site da Rede Equidade, entre outras atividades. Entre encontros e reuniões foram realizadas 65 reuniões.

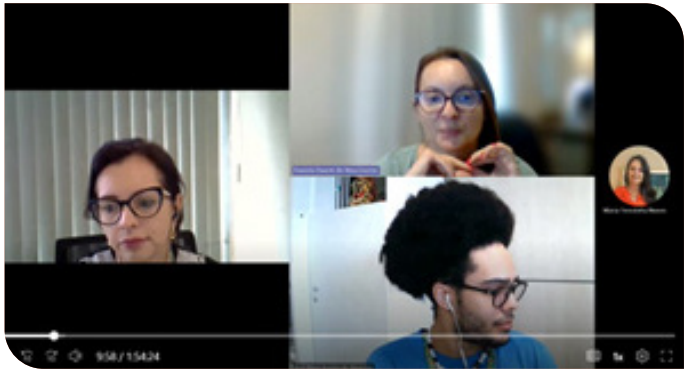


Composição da Equipe Rede Equidade do Senado Federal: da esquerda para a direita: Tauany Kelly da Silva, Lui Oliveira, Ayô Almeida, Maria Terezinha Nunes e Jane Cecília Rodrigues.

4.1.2.5 Grupos De Trabalho

Após a aprovação de cada Plano de Ação, são formados Grupos de Trabalhos (GT), com vistas à instrumentalização de sua execução. De modo geral, são distribuídas duas ou três ações por GT, com diversas instituições colaborando para o alcance do resultado esperado. Conforme consta do Regulamento, cada instituição deve participar em pelo menos um GT do Plano de Ação.

No ano de 2024 foram formados oito GTs para a execução de 19 Resultados-Chave do Plano de Ação, biênio 2024-2026.



Reunião Grupo de Trabalho GT3-B, em 5/12/24, sobre a publicação de boas práticas da Rede.

Demonstrativo de reuniões no ano de 2024

Assembleia-Geral	01
Coordenadoria-Geral	10
Grupos de Trabalho	13
Plenária	10
Outras	31

4.12.6 PLANO DE AÇÃO

A Rede estrutura suas atividades em Planos de Ação, bianuais. O primeiro iniciou em março de 2022 até março de 2024, representando essa data o fechamento do primeiro ciclo de trabalho e início do próximo, referente ao período de março de 2024 a março de 2026.

O primeiro Plano contou com 21 ações e obteve o percentual de 90,5% de execução. Entre as ações executadas, destacam-se:

- *a aprovação do Regulamento e do Plano de Comunicação;*
- *a criação de um seminário anual de Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão, a ser realizado em dezembro;*
- *a previsão de oferta de vagas para as(os) representantes da Rede em cursos promovidos pelos partícipes;*
- *a criação do site da Rede Equidade;*
- *a criação e divulgação do calendário da diversidade;*
- *a criação do Modelo IDE – Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade, uma ferramenta disponibilizada, no portal da Rede, a todas as instituições do serviço público para uma avaliação de suas ações na temática de IDE.*

O segundo Plano de Ação, para o biênio 2024-2026, foi construído com base na metodologia OKR, a partir de uma avaliação do primeiro plano, análise de continuidade e inclusão de ações inovadoras. Essa segunda edição contou com uma participação maior das(os) representantes, nas oficinas, nas discussões e votação na plenária, resultando em um plano mais participativo e democrático. Foram definidos 19 resultados-chave a serem alcançados em dois anos de execução.

Destacamos abaixo alguns resultados-chave buscados pela Rede ao final da execução do Plano:

- *Desenvolver sistemática de monitoramento de políticas públicas, normativos e iniciativas relevantes para a Rede no setor público, na iniciativa privada, no terceiro setor em organismos multilaterais (ONU);*
- *Mapear em dez instituições da administração pública a utilização do Modelo IDE para o autodiagnóstico, levantando pontos de aperfeiçoamento;*
- *Ofertar duas oficinas de aplicação do Modelo IDE, uma em 2024 e uma em 2025;*
- *Ofertar duas ações de capacitação na temática de Inclusão, Diversidade e Equidade para servidores públicos;*
- *Criar e publicar um Manual de Boas Práticas da Rede Equidade;*
- *Publicar o Dicionário de Termos da Rede Equidade, com referenciais teóricos e práticos;*
- *Garantir a diversidade da composição dos painelistas em todos os eventos promovidos pela Rede, com o mínimo de 25% de pessoas negras/indígenas e 50% de mulheres, entre outros;*
- *Ampliar em cinco o número de instituições integrantes da Rede.*





Acesse os documentos acima pelo QR CODE

4.1.2.7 Capacitação

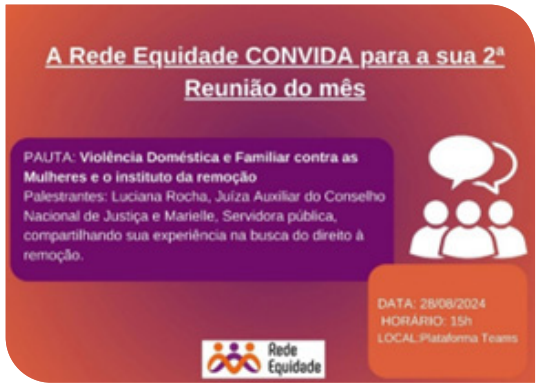
A capacitação de seus integrantes, das(os) demais servidoras(es) e público externo na temática da inclusão da diversidade e equidade é tema central da Rede Equidade, integrando os seus dois primeiros planos de ação. No ano de 2024, destacamos as seguintes:

Capacitação nas reuniões gerais

A Rede Equidade realiza reuniões de capacitação de temas voltados à diversidade, equidade e inclusão para as(os) representantes das instituições partícipes, com a presença de especialistas nos temas. No ano de 2024, foram realizadas as seguintes:

15/5/2024 – Um olhar interseccional no coletivo de pessoas com deficiência, por Nayara Falcão, e apresentação da Rede de Acessibilidade, por Francis Botelho.

11/9/2024 – Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres e o instituto da remoção. Palestrantes: Luciana Rocha –, juíza auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, e Marielle –, servidora pública, compartilhando sua experiência na busca do direito à remoção.





4.1.2.7.2 Capacitação mediante realização de palestras, jornada da inovação e seminários



Para a formação da plenária, demais servidoras(es) e público externo, na temática da inclusão da Diversidade e Equidade (IDE), a Rede Equidade promove e participa de diversos eventos em 2024.



Encontro com representantes das novas adesões, e a presença das especialistas Letícia de Oliveira e Cristiane Sobral. Apresentaram as suas instituições as senhoras Betânia Lemos, presidente da Enap, Charlene da Silva Borges, defensora pública federal da DPU, e os senhores Renato Cader, representando a ANS, e Bernardo Augusto Bronstein, representando a CVM;

Oficina e palestra na Semana da Inovação ENAP 2024;

Palestra: A interseccionalidade de gênero e raça no trabalho do cuidado – Raquel Leite da Silva Santana – 25/10/2024;

Oficina: Novas possibilidades de políticas institucionais para promoção da equidade de gênero e raça nas tarefas, com representantes do Senado Federal, Ministério de Minas e Energia e Empresa Brasil de Comunicação.



Em 1º/10/2024 a Rede Equidade participou do XX Encontro Nacional do Controle Interno do Conaci. O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), órgão que congrega 69 controladorias brasileiras, incluindo a Controladoria-Geral da União (CGU), tem o objetivo de discutir as melhores práticas e estratégias para promover uma gestão pública eficiente e transparente.

Incentivo à capacitação, mediante divulgação de eventos promovidos pelas instituições partícipes, no portal da Rede Equidade

6/3/2024

O Protagonismo Feminino e seus Desafios é o tema do debate promovido pelo MP juntamente ao TCU no Dia Internacional das Mulheres (8/3). O evento será realizado no TCU e é aberto ao público, mas antes os interessados deverão realizar sua inscrição no link dessa notícia.



No dia 30 de agosto às 10h, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome desenvolve roda de conversa on-line para celebrar o Agosto Lilás, mês de campanha que explica à população como identificar e reagir a casos de violência. Pode ser acessado pelo canal oficial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome no YouTube.



10/10/2024

Em celebração ao Dia Internacional e ao Dia Nacional das Pessoas Idosas, a universidade apresenta na *live* suas ações, programas e projetos desenvolvidos para esse público específico. Acesse por meio do canal da PROCADI no YouTube.



Intercâmbio de vagas entre as instituições partícipes

Integra o Plano de Ação da Rede a meta de oferta de vagas de cursos, palestras ou seminários entre as instituições no tema IDE visando à capacitação de seus integrantes. Nesse sentido, já ofertaram vagas: CNJ, TCU, SF, MME, TJDFT, entre outros.

4.1.2.8 Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE)

A Rede Equidade tem divulgado o Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade por meio de oficinas e apresentações a instituições interessadas. O Modelo IDE é fruto do primeiro Plano de Ação da Rede, construído pelo GT-1/2022, coordenado por Andreia Siqueira, representante do TJDFT.

Em 28/11/2024, Andreia Siqueira, representante do TJDFT, e Maria Terezinha Nunes, representante do Senado Federal, promoveram uma oficina para aplicação do Modelo IDE no XXIX Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD).

Em setembro de 2024, aconteceu o XX Encontro Nacional de Controle Interno da Conaci, evento em que foi apresentado o resultado da aplicação do Modelo IDE nas controladorias afiliadas desse Conselho. O Conaci é um órgão que congrega 69 controladorias brasileiras, incluindo a Controladoria-Geral da União (CGU), e tem o objetivo de discutir as melhores práticas e estratégias para promover uma gestão pública eficiente e transparente. O estudo foi amplo e será objeto de publicação.

O atual Plano de Ação da Rede busca estimular a que os partícipes apliquem o Modelo IDE para avaliação de suas ações internas no tema IDE.



4.1.2.9 Articulação com outras instituições para a promoção da equidade

Representando a Rede Equidade, a coordenadora participou da construção de uma petição endereçada à Procuradoria da Fazenda Nacional, com posterior encaminhamento à Advocacia-Geral da União, pela qual se busca uniformização de entendimento quanto ao instituto da remoção às servidoras públicas em situação de violência doméstica e familiar.





Curadoria realizada pela Coordenação da Rede Equidade para a Plataforma INCLUA do IPEA. Nessa oportunidade, foram compartilhadas boas práticas da Rede (Modelo IDE) e de suas instituições.

4.1.2.10 Novas Adesões

A Rede Equidade tem por objetivo a expansão, as trocas de experiências e o compartilhamento das práticas de Inclusão da Diversidade e Equidade no serviço público. Assim, são bem-vindas as novas adesões para o trabalho conjunto nessa temática. Em 2024, 33 instituições passaram a integrar a Rede Equidade, a exemplo do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, cuja assinatura foi realizada em 12 de novembro de 2024.



Adesão do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com a presença do Sr. ministro Antonio Waldez Góes da Silva.

4.1.2.4.11 3º Seminário de Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão

Desde a primeira edição do Plano de Ação, em 2022, a Plenária da Rede elegeu o Seminário de Direitos Humanos na Gestão Pública como integrante de seu calendário anual, a ser realizado no mês de dezembro, por ocasião do Dia Internacional de Direitos Humanos.

Em 2024, aconteceu a 3ª edição do Seminário em 2 de dezembro, no Auditório Interlegis, formato presencial, com gravação pelo YouTube da TV Senado e Interlegis. O tema central foi Justiça Climática e Justiça Racial, buscando refletir o quanto esses dois temas estão entrelaçados e precisam ser trabalhados conjuntamente para a redução das desigualdades étnico-raciais.

A Mesa de Abertura contou com a presença de 15 autoridades das instituições partícipes. Na sequência, foi proferida uma palestra magna sobre Racismo Ambiental, por Marina Marçal, seguindo três painéis, um caso prático sobre o Programa Federal de Ações Afirmativas e uma fala final sobre perspectivas para o futuro.



Seminário da Rede Equidade sobre Direitos Humanos na Gestão Pública

A Rede Equidade promove o 3º Seminário Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão...







1º Painel – Sociedade Civil, Justiça Climática e Racismo Ambiental



2º Painel – Equidade Racial: Desafios e Soluções



3º Painel – Caminhos possíveis para a inclusão racial



Encerramento – Pessoas e meio ambiente: Conexão e perspectivas para o futuro.

Caso prático – Inclusão racial na Administração Pública: a implementação do Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA)



4.1.2.12 1ª Assembleia-Geral da Rede Equidade

O Regulamento da Rede Equidade, publicado em 9 de agosto de 2022 e modificado em 15 de maio de 2024, prevê a reunião presencial dos representantes da Rede em Assembleia-Geral para análise das atividades e perspectivas para o futuro. No ano de 2024, a 1ª Assembleia-Geral da Rede ocorreu em 3 de dezembro, no Ministério de Minas e Energia, e contou com a presença de diversos representantes.



4.2 OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA

O Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal (OMV) foi criado em março de 2016, por meio da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2016, como resultado de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher, ocorrida em 2013. O OMV se organiza como uma uma assessoria técnica da Secretaria da Transparência do Senado Federal, vinculada diretamente à estrutura e aos trabalhos do Instituto de Pesquisa DataSenado.

Desde sua criação, o Observatório tem apoiado e subsidiado o trabalho dos senadores e senadoras, especialmente da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e da Bancada Feminina do Senado Federal.

Os principais produtos do OMV são a: Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher e o Mapa Nacional da Violência de Gênero.

A importância do OMV transcende o assessoramento e suporte à atuação do Poder Legislativo, alcançando também os demais Poderes da República. Nesse contexto, destaca-se o convite feito ao OMV para participar da cerimônia de sanção do Plano de Metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher. O convite ocorreu devido ao uso do Mapa Nacional da Violência de Gênero como ferramenta de dados sobre a violência contra a mulher. A cerimônia foi realizada no Palácio do Planalto em 17 de junho de 2024.



Destaques





FOLHA DE S.PAULO

Metade das mulheres diz que já sofreu violência doméstica no Brasil

18% só se identificam como vítimas após serem apresentadas a situações específicas, aponta Mapa Nacional da Violência de Gênero divulgado na ONU

exame.

Metade das brasileiras já sofreu violência doméstica, mas 18% não se identificam como vítimas

Observatório da Mulher Contra a Violência, DataSenado, Instituto Avon e Gênero e Número divulgam dados inéditos de violência contra a mulher em evento do Pacto Global da ONU - Rede Brasil, em Nova York

marie claire

8 em cada 10 mulheres não conhece bem a Lei Maria da Penha, aponta estudo

Apenas 20% das 21.787 mulheres entrevistadas pelo Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV) e o Instituto DataSenado afirmaram se sentir bem informadas sobre medida

Valor

Dinheiro e igualdade de gênero têm de estar na mesma frase, dizem executivas

Em evento em Nova York organizado pelo Pacto Global da ONU no Brasil, CEOs, especialistas e executivas discorrem sobre ações para promover pautas femininas

meio&mensagem

Apenas 20% das mulheres conhecem bem a Lei Maria da Penha

Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher aponta que apenas duas em cada dez brasileiras se sentem bem informadas sobre a legislação

Valor

Mulheres têm dificuldade de se reconhecer como vítimas de violência doméstica

Dados recentes do Mapa Nacional da Violência de Gênero, mostra que metade das mulheres já sofreram algum tipo de violência em casa e incidência é maior nos Estados da região Norte

Destaques

O TEMPO

Maria da Penha. Apenas 20% dizem saber que direitos são garantidos

Maioria das brasileiras desconhece lei protetiva

Porém, denúncia de violência foi 23% maior em 2023 no Ligue 180



Ligue 180. Mulheres fizeram 1.539 chamadas por dia em 2023

Saiba mais sobre a legislação

- A Lei Maria da Penha (11.340/2006) tornou mais rigorosas as penas contra crimes de violência doméstica, familiar e em qualquer relação íntima contra a mulher, prevendo a prisão do suspeito de flagrante ou sua substituição de pena por doação de cesta básica ou multas. A violência doméstica passa a ser um agravante para aumentar a pena.
- A violência contra a mulher, incluindo a transexual, caracteriza-se por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
- Em 2019, a Lei 13.827 inclui medida protetiva de urgência que permite o afastamento do agressor do local de convivência com a ofendida mesmo antes de autorização judicial.
- Em 2023, foi sancionada nova mudança, permitindo que medidas protetivas de urgência sejam concedidas no momento da denúncia à polícia caso haja risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral.

BALANÇO. No ano passado, a Central de Atendimento à Mulher no Ligue 180 recebeu 568,6 mil ligações, uma média de 1.558 chamadas por dia. Segundo o Ministério das Mulheres, a maioria foi no Sudeste (288 mil), seguido pelo Nordeste (137 mil). O Norte e o Centro-Oeste totalizaram pouco mais de 40 mil, e o Sul, 57 mil. O volume de denúncias de violências contra mulheres em 2023 foi 23% maior que no ano anterior, passando de 537,8 para 714,6 mil. (Agência Brasil)

Jornal do Commerce

DIREITOS

Para especialistas, a pesquisa mostra que é preciso mais discussão sobre a lei para que mais vítimas tenham conhecimento de seus direitos

Somente 20% das mulheres conhecem bem a Lei Maria da Penha



Pesquisa ouviu 21.787 mulheres a partir dos 16 anos, entre agosto e setembro de 2023

agênciaBrasil

Somente 20% das mulheres brasileiras conhecem bem a Lei Maria da Penha

É o que mostra Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher

terra

Somente 20% das mulheres brasileiras conhecem bem a Lei Maria da Penha

É o que mostra Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher

ISTOÉ Dinheiro

Somente 20% das mulheres brasileiras conhecem bem a Lei Maria da Penha

GALILEU

Somente 20% das mulheres brasileiras conhecem bem a Lei Maria da Penha

Dado faz parte da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV) e o Instituto DataSenado

4.2.1 PESQUISA NACIONAL DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em 2024, a pesquisa foi realizada com uma amostra ampliada, que contou com 21.787 mulheres entrevistadas, permitindo, pela primeira vez, análises em nível estadual. Foram produzidos 27 relatórios (um para cada UF), sendo possível criar o Comparativo Nacional de Violência contra a Mulher, ranqueando o nível de violência em cada unidade da Federação.

O aumento da amostra, também, trouxe entrevistas de mulheres trans e travestis. Foram entrevistadas 21 mulheres brasileiras trans e travestis e criado o relatório específico sobre a violência doméstica contra a mulher trans e travesti, um estudo de caráter exploratório, mas também inédito no Brasil.

O lançamento dos dados estaduais da pesquisa foi realizado em Audiência Pública na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Lançamento dos dados estaduais em audiência pública:

https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/1774/reuniao/12309

Relatórios estaduais:

https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domestica/2024/interativo.html

Painel Interativo da Pesquisa:

https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/?pesquisa=violencia_domestica_familiar

Estudo Preliminar de Violência contra as Mulheres Trans e Travestis:

https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_trans/2024/interativo.html

Matérias sobre a Pesquisa:

Jornal Nacional: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/03/05/levantamento-mostra-que-e-preciso-dar-mais-visibilidade-aos-direitos-das-mulheres.ghtml

Jornalismo TV Cultura: https://www.youtube.com/watch?v=boFM-Josb_7A

Para aprofundar ainda mais na análise do problema social da violência doméstica, nesse trabalho foi realizado um recorte racial, possibilitando a apresentação de resultados na população feminina negra. Busca-se, assim, compreender as desigualdades estruturais, vulnerabilidades diferenciadas e contextos culturais que afetam as experiências das mulheres e diferentes grupos raciais.

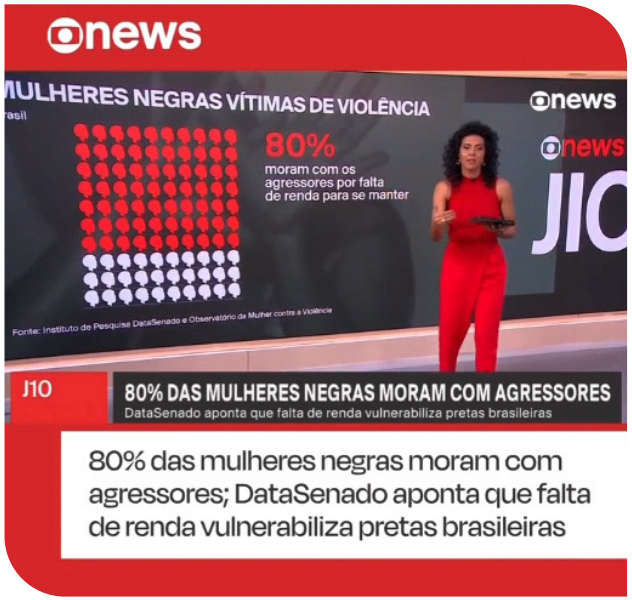
Relatório da Pesquisa:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-datasenado-detalha-a-violencia-domestica-contra-mulheres-negras-desigualdades-e-desafios

Em 20 de novembro de 2024, em alusão ao Dia da Consciência Negra, foram divulgados também, os resultados da Pesquisa Nacional por recorte racial, sendo possível analisar os dados da violência contra a mulher negra. Os dados foram amplamente divulgados pela imprensa nacional.

Matérias sobre a Pesquisa:

J10 da Globo News – 20/11/2024: https://www.instagram.com/p/DClGDZzMph9/





CNN

https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulheres-negras-com-pouca-renda-convivem-com-agressores-diz-pesquisa/

Metrópoles

https://www.metropoles.com/brasil/maioria-das-mulheres-negras-vitimas-de-violencia-convive-com-agressor

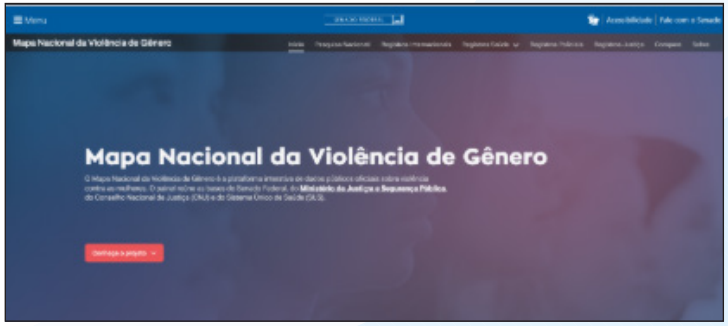
Correio Braziliense

https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/11/amp/6992794-sem-autonomia-financeira-85-das-mulheres-negras-que-sofrem-violencia-domestica-convivem-com-seus-agressores.html

4.2.2 Mapa Nacional da Violência de Gênero

O Mapa Nacional da Violência de Gênero é uma plataforma interativa de dados, lançada em novembro de 2023 em parceria com o Instituto Natura/Avon e a organização de jornalismo de dados Gênero e Número.

Desde seu lançamento, o Mapa teve mais de 50 mil acessos.



Em termos de divulgação pela imprensa, o Mapa já conta com mais de mil publicações, incluindo os principais veículos de comunicação nacional (de maior audiência e alcance) com um público potencial alcançado de 146 milhões de pessoas.

Matéria do Jornal Nacional do dia 5/3/2024: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/03/05/levantamento-mostra-que-e-preciso-dar-mais-visibilidade-aos-direitos-das-mulheres.ghtml



A plataforma foi apresentada no Fantástico: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/11/19/endereco-sigiloso-contato-com-o-mundo-externo-monitorado-veja-como-funciona-casa-que-abriga-mulheres-vitimas-de-violencia-no-rio.ghtml



Fantástico teve acesso com exclusividade a dados inéditos do Mapa Nacional da violência de gênero:. — Foto: TV Globo/Reprodução

A principal característica da plataforma é a centralização de informações oficiais em nível nacional sobre a violência de gênero, como, por exemplo, os dados das bases do Senado Federal, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2024, o foco foi a atualização das bases de dados, o estabelecimento de novas parcerias para ampliar o volume de dados disponíveis e a divulgação da ferramenta.

''Registros Internacionais'' na Nova Base de Dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero

Para expandir ainda mais o Mapa, em novembro, dentro das ações dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, foi lançada uma nova seção, denominada ''Registros Internacionais'',

com dados inéditos sobre a violência contra brasileiras fora do país, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Esta iniciativa busca fornecer informações até então inacessíveis à sociedade e ao Parlamento, oferecendo um diagnóstico mais completo da violência de gênero vivida por cidadãs brasileiras ao redor do mundo.

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) realizou, em novembro de 2024, uma Audiência Pública para ''Debater a situação de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior'': https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/1774/reuniao/13158.





RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

Em março de 2024, o Senado Federal foi convidado a apresentar o Mapa Nacional da Violência de Gênero como exemplo de boas práticas e parceria público-privada na 68ª Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW) –, em Nova York –, o maior evento global de direitos das mulheres.

Folha de São Paulo

https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/03/metade-das-mulheres-diz-que-ja-sofreu-violencia-domestica-no-brasil-diz-pesquisa.shtml

Agência Senado

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/03/07/mapa-nacional-da-violencia-de-genero-sera-apresentado-na-onu

Instituto Avon

https://institutoavon.org.br/mapa-da-violencia-de-genero-primeira-atualizacao-traz-dados-ineditos/

No Qlik Connect 2024, conferência anual realizada pela Qlik — líder global em integração de dados, analytics e business intelligence —, cuja tecnologia é utilizada na plataforma, o Mapa, concorrendo com projetos de diversos países, conquistou o prêmio Global Transformation na categoria Global Impact, tornando-se o primeiro projeto brasileiro a receber essa distinção. Além disso, o Mapa foi destacado como *case* nacional da Qlik, durante o evento Gartner em São Paulo.

Web page with video link:

https://www.qlik.com/us/solutions/customers/customer-stories/federal-senate-of-brazil

Link to full story:

https://www.qlik.com/us/resource-library/federal-senate-of-brazil--customer-story

A partir da premiação e da consequente divulgação, o Mapa tem sido citado por fontes importantes da área como exemplo de projeto que alia tecnologia, transparência e controle social, além do exemplo de plataforma comprometida com a agenda de letramento e cultura de dados.

Encerrando 2024, o Mapa foi finalista do troféu Rastilho 2024 e o grande vencedor do prêmio Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados:

Este é um prêmio de destaque na América Latina, organizado pela Escola de Dados em parceria com a Abraji e Transparência Brasil, e reconhece o melhor do jornalismo de dados. Concorremos com a Folha e Piauí.

https://premio.jornalismodedados.org/edicoes/2024/

A premiação foi marcada por grande reconhecimento do júri. O Mapa 'foi destacado pelo júri, por sua impecável documentação, importante incidência de narrativa e grande colaboração com o setor público, sociedade civil e imprensa''.

https://www.instagram.com/p/DDN4Q_pMCs4/

O Troféu Rastilho 2024, um dos maiores reconhecimentos do Brasil na área de divulgação de dados, valoriza iniciativas que trazem informações cruciais ao público, promovendo o acesso e a análise de dados essenciais sobre temas de interesse coletivo. Concorremos ao grand prix brasileiro de desaprisionamento de dados. Não vencemos, mas ser finalista com certeza foi algo muito importante para a trajetória do Mapa.

https://livre.jor.br/premio-mosca-2024-quatro-projetos-sao-finalistas-do-trofeu-rastilho/

4.2.3 PARCERIAS COM ACORDOS DE COOPERAÇÃO ASSINADOS

Observatório de Teresina – Acordo de Cooperação

Objetivo: estimular e promover o intercâmbio e desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas sobre temas de interesse mútuo.

AC 146/2024 - https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/download/366797

Instituto Avon e Gênero e Número – Acordo de Cooperação

Objetivo: Estabelecer parceria entre o SENADO FEDERAL, o Instituto Avon - IA - e a Associação Gênero e Número - GN - visando à elaboração de uma plataforma de dados inédita sobre a Violência de Gênero, que consolide os dados públicos do sistema de justiça, segurança pública, saúde, assistência social e outros, incluindo a criação, pelo Senado Federal com o apoio das instituições cooperadas, de um índice de transparência de dados de Violência Contra a Mulher para estimular a organização, transparência e monitoramento de dados nos estados federativos, durante o período de 36 (trinta e seis) meses consecutivos.

AC 02/2023 - https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/download/364357

Instituto Patrícia Galvão – Acordo de Cooperação

Objetivo: Estabelecer parceria entre o SENADO FEDERAL e o Instituto Patrícia Galvão visando estimular e promover o intercâmbio, desenvolvimento e a divulgação de projetos, estudos e pesquisas sobre temas de interesse mútuo, relacionados às atribuições do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, em atenção ao disposto nas Resoluções nº 44, de 2013, e nº 06, de 2016, do Senado Federal, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.

AC 46/2023 - https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/download/368242

Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) – Acordo de Cooperação

Objetivo: Cooperação técnico-científica e o intercâmbio de dados, de pesquisas de opinião pública, produtos tecnológicos, conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre as instituições.

AC 70/2024 - https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/download/368910

Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) - Protocolo de Intenções

Objetivo: Protocolo de Intenções entre o Senado Federal e o Ministério da Justiça e da Segurança Pública que tem como objeto geral o estabelecimento de cooperação institucional para promoção de ações de transparência pública que proporcionem, por meio de dados qualificados, informação necessária para criação, gestão e avaliação de políticas públicas de combate à violência no Brasil.

PI 1/2023 - https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/download/350598

4.2.4 PROJETOS E INICIATIVAS

Feminicídio Zero

O OMV assinou a carta-compromisso da Articulação Nacional pelo Feminicídio Zero iniciada pelo Ministério das Mulheres.

Institucionalização do Mapa Nacional da Violência de Gênero
Objetivo: A institucionalização é essencial para assegurar que as necessidades do Mapa sejam atendidas de forma contínua pela instituição Senado. Para isso, é necessário buscar apoio e formalizar o compromisso da Casa com a continuidade do projeto.

Registro do nome ''Mapa Nacional da Violência de Gênero'' - pedido de parecer feito à Advocacia do Senado Federal
Objetivo: Garantir o uso exclusivo do nome escolhido, considerando a repercussão na imprensa, o reconhecimento público e as premiações.

Lançamento do livro ''Precisamos falar de consentimento: uma conversa descomplicada sobre violência sexual além do sim e do não''
Livro de considerável importância para a pauta da violência contra a mulher, traz um importante debate acerca do consentimento e da violência sexual.

Apoio no lançamento do livro ''Senadoras: dados biográficos''
Apoio na divulgação e planejamento do evento. O livro retrata a vida política de todas as senadoras que passaram pelo Senado Federal desde 1979.

20 anos do Instituto DataSenado
Desenvolvimento de ações para as comemorações dos 20 anos do DataSenado.

Atualização do site do OMV
O site do OMV, em 2024, passou por diversas atualizações de aprimoramento.

Foram incluídos novos projetos:

- Pesquisa Nacional – dados estaduais e recorte racial;
- Mapa - Registros Internacionais;
- Premiação da Qlik Connect.

Destaques: todas as audiências públicas realizadas para divulgar novos produtos

Temas: link para a Cartilha da Vereadora e livro ''Histórias de amor tóxico''.

Gestão das redes sociais do OMV
As redes sociais Instagram, Linkedin e WhatsApp do OMV foram ativadas em 2024 para melhor divulgação e conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo OMV.

INSTAGRAM: funciona como o principal canal de engajamento e repercussão dos projetos do Observatório; por lá o principal público interessado é alcançado. A rede é usada para divulgação de efemérides, atualizações da Pesquisa Nacional, Mapa, para divulgação de eventos, entre outros, sempre respeitando a abordagem institucional.

LINKEDIN: usado para divulgação de visitas e eventos, público mais restrito.

https://www.linkedin.com/company/omvsenado/about/?viewAsMember=true

WHATSAPP: usado para envio de convites e eventos.

4.2.5 EVENTOS

Sessão Solene sobre os Desdobramentos da Frente Parlamentar de Combate ao Feminicídio

Integração de políticas afirmativas da Câmara Legislativa do Distrito Federal, presidida pela deputada distrital Doutora Jane (MDB-DF)

Audiência Pública

Audiência Pública da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM), para debater sobre ferramentas de combate à violência política de gênero, considerando o papel dos diferentes órgãos em um diálogo interinstitucional.

O OMV foi convidado a participar da audiência para apresentar os dados da Pesquisa Mulheres na Política, de 2022, realizada pelo DataSenado em conjunto com o OMV.

https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/1774/reuniao/12935

Convite para palestrar no FONAVID

O Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar ocorreu de 2 a 6 de dezembro de 2024, de forma exclusivamente presencial, em Salvador, estado da Bahia, tendo como tema "Acesso à justiça para mulheres em situação de violência: desafios à luz dos direitos humanos das mulheres".

O FONAVID reúne juízas e juízes de todo o país, engajadas(os) na temática do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Alinhado com a Resolução CNJ nº 54/2018, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o Fórum busca promover políticas públicas de enfrentamento à violência, nos termos das disposições constantes na Lei Maria da Penha. Faz parte da Rede de Enfrentamento, com articulações com instituições, organizações e poderes constituídos, nos moldes das disposições constantes nos arts. 8º e 9º da referida lei e de obrigações internacionais assumidas pelo Estado brasileiro.

O Mapa foi apresentado na mesa: Indicadores de violência – a importância dos dados na formulação das políticas públicas de enfrentamento à violência – O Mapa Nacional da Violência de Gênero. No entanto, não foi possível a participação do OMV por problemas de ordem administrativa.

Webinar Dataviz na prática: a construção do Mapa Nacional da Violência de Gênero

Webinar para apresentar a construção do Mapa Nacional, com o seguinte conteúdo:

- *o que é possível fazer visualmente utilizando a mesma tecnologia do Mapa*
- *entender decisões de visualizações de dados (dataviz) através de um case real*
- *entender os desafios para construir um portal de dados público de sucesso.*

https://landing.clusterdesign.io/dataviz-na-pratica-mapa-violencia-11-dez

Visitas Recebidas e Realizadas

Silvia Rebeca Saboia Quezado – pesquisadora (FUNCAP) no Insight Data Science Lab da Universidade Federal do Ceará (UFC). Autora do livro: *Feminicídio: Mapeamento, Prevenção e Tecnologia.*

Objetivo: apresentar o projeto do novo livro que trará os dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero e da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado/OMV).

Embaixadora da Igualdade de Gênero na Austrália Stephanie Copus Campbell

Objetivo: o OMV foi convidado para uma reunião na Embaixada da Austrália. O convite foi em reconhecimento ao trabalho que o OMV vem desenvolvendo na busca por dados de qualidade, norteadores de políticas públicas. O encontro teve como objetivo a troca de experiências de boas práticas entre Brasil e Austrália, compartilhamento de ideias e sondagens de possíveis parcerias.

Secretária de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas, Maria José da Silva, e a Secretária Executiva, Dilma Pinheiro.

Objetivo: compartilhar ideias e projetos. Foram apresentados os principais produtos do OMV – (Mapa Nacional e Pesquisa Nacional), possibilidade de parceria entre a Secretaria e o OMV para somar esforços no enfrentamento à violência de gênero.

Corregedor Nacional e Conselheiro Nacional do Ministério Público Militar, Marcelo Witzel, e equipe.

Objetivo: conhecer os trabalhos do OMV e possibilidades de parcerias.

Izabel Belloc – Especialista da agência francesa de cooperação internacional Expertise France Goup AFD, lidera um estudo no Brasil, no âmbito do Programa FAPS plurinacional – Programa de apoio à autonomia das mulheres e a luta contra a violência de gênero na América Latina.

Objetivo: conhecer os estudos e pesquisas do DataSenado e OMV no tema da violência política de gênero. Foi apresentada a Pesquisa Mulheres na Política, de 2022, e o painel interativo da pesquisa desenvolvido pelo DataSenado.

4.3 ACESSIBILIDADE

A Constituição Federal de 1988 estabelece que todos são iguais perante a lei. No entanto, é preciso que condições de acessibilidade sejam asseguradas para garantir uma participação social mais justa das pessoas com deficiência. O Senado atua nessa área desde o ano de 2005, quando foi criado o Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. Em 2013, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2013, foi instituída a Política de Acessibilidade, que detalhou princípios, diretrizes e objetivos para garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal. Desde o ano de 2016, o Senado utiliza o Plano de Acessibilidade como ferramenta de gestão para planejar e monitorar as ações de promoção de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. O Plano de Acessibilidade foi construído, de forma colaborativa, entre representantes de unidades do Senado e dos servidores com deficiência, que compõem o Grupo de Trabalho (GT) de Acessibilidade.

4.3.1 PLANO DE ACESSIBILIDADE DO SENADO FEDERAL

O Plano de Acessibilidade é o instrumento de gestão de acessibilidade no Senado Federal, com a materialização das ações realizadas pelos diversos setores da Casa a fim de promover acessibilidade, inclusão e participação social plena e efetiva de pessoas com deficiência.

O objetivo do Plano é permitir o monitoramento das ações de acessibilidade com reuniões setoriais do Grupo de Trabalho e constante acompanhamento das unidades envolvidas.

A quinta versão do Plano de Acessibilidade para o biênio 2024/2025 foi construída por meio de reuniões do GT. Foi lançada em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em dezembro de 2023, e aprovada pelo Ato da Diretoria-Geral nº 32/2024.

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/644779/Plano_acessibilidade_2024_2025.pdf?sequence=1&isAllowed=y



4.3.2 ACESSIBILIDADE – GESTÃO DE PESSOAS

A Acessibilidade do Senado Federal monitora semestralmente o quantitativo de parlamentares, servidores (efetivos e comissionados), estagiários, jovens aprendizes e terceirizados com deficiência.

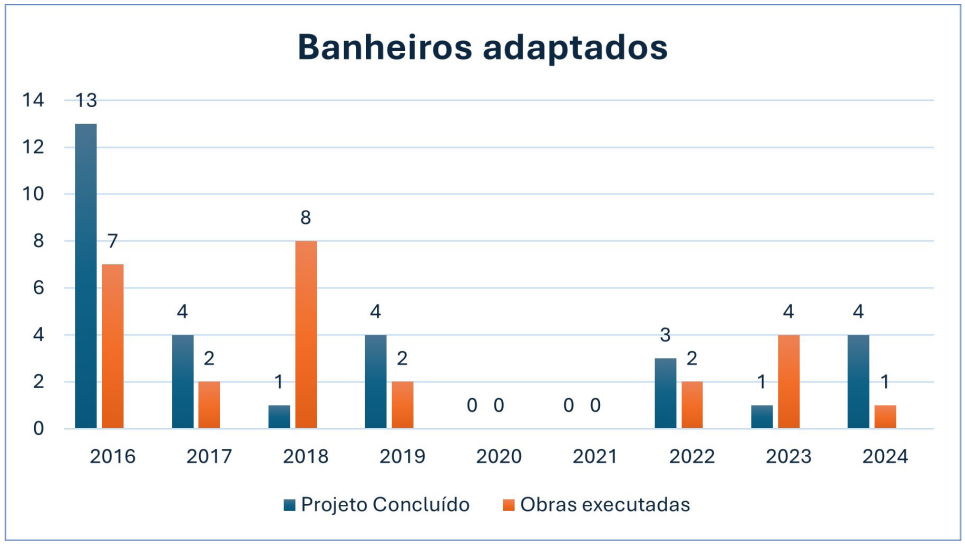
Acessibilidade – Quadro Resumo

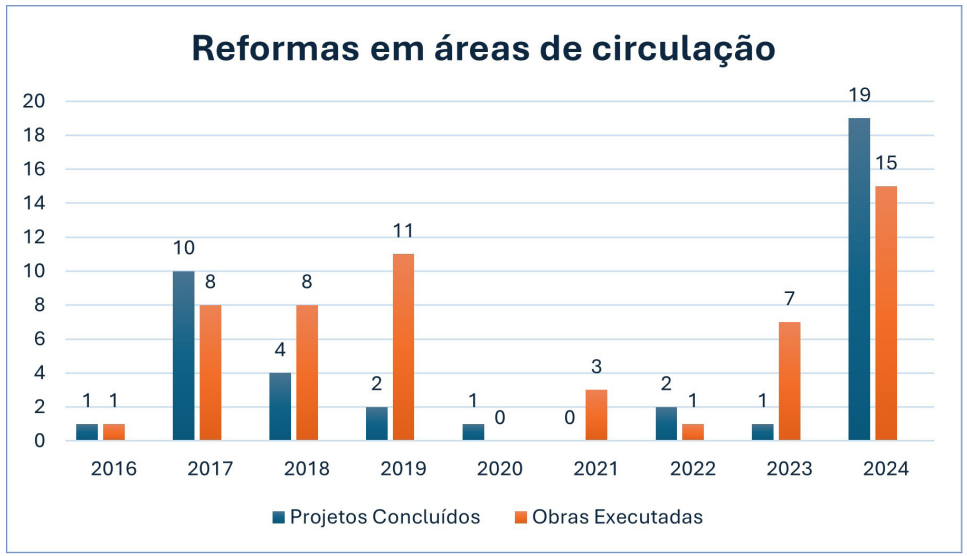
Tipo de vínculo	Total	PCDs	Porcentagem
Servidores Efetivos	2162	89	4,12%
Servidores Comissionados	3926	45	1,15%
Terceirizados	3207	91	2,84%
Jovem Aprendiz	85	8	9,41%
Estagiários	412	11	2,67%
Total	9792	244	2,49%

Dados de novembro 2024.

4.3.3 OBRAS E REFORMAS

O quantitativo de obras executadas, referentes às reformas realizadas em banheiros, calçadas, construção de rampas, entre outras ações para a viabilização de acessibilidade arquitetônica e urbanística, apresentou um aumento com o retorno do trabalho presencial, concluindo projetos realizados anteriormente.





Dados de novembro 2024.

4.3.4 RESERVA DE VAGAS NOS ESTACIONAMENTOS

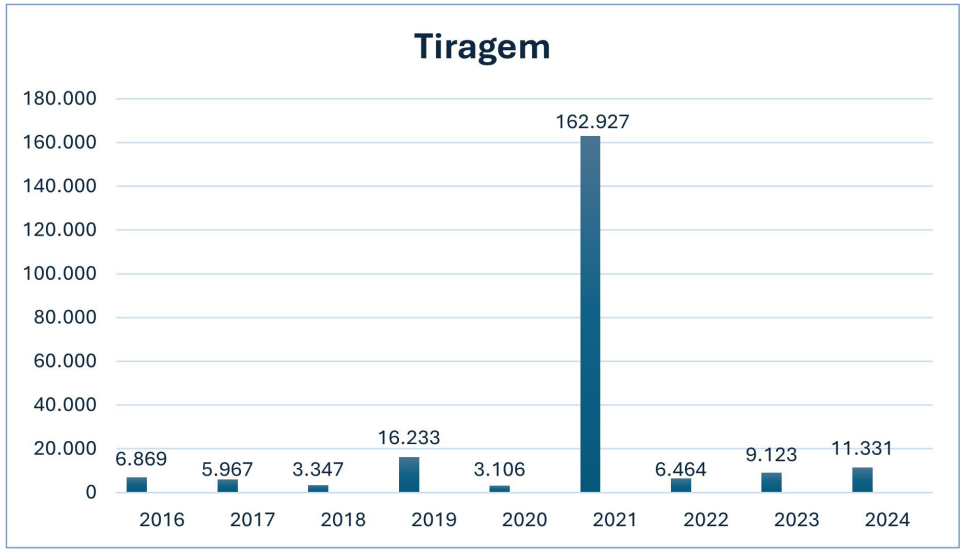
Em todos os estacionamentos do Senado Federal, há reserva de vagas para pessoas com deficiência e pessoas idosas.



Dados de novembro 2024.

4.3.5 IMPRESSÕES EM BRAILLE

O gráfico a seguir apresenta o monitoramento do Serviço de Impressão em Braille (SEIB), vinculado à Secretaria de Publicações e Editorações (SEGRAF), que produz materiais como livros, *folders* e cartões de visita em Braille.



Dados de janeiro a dezembro de 2024.

4.3.6 RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

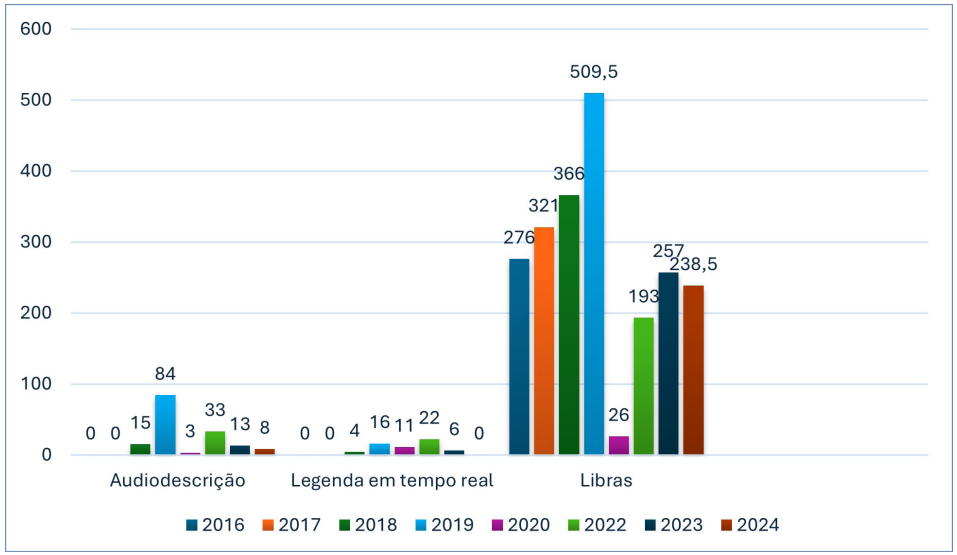
A tabela abaixo mostra os dados do monitoramento dos contratos que o Senado Federal possui na área de recursos de acessibilidade: Língua Brasileira de Sinais (Libras), Legenda em tempo real e Audiodescrição para eventos. Os serviços são prestados sob demanda.

Objeto	Contrato	Empresa	Vigência
Audiodescrição	CT 62/2021	OCOTEA FILME LTDA. 18.146.683/0001-55	27/6/2021 a 26/6/2025
Legenda em tempo real	CT 37/2021	MAV COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL SEM BARREIRAS LTDA. 10.615.689/0001-12	27/4/2021 a 26/4/2025
Libras – Eventos	CT 114/2022	RANGEL PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS LTDA. 39.826.205/0001-66	18/8/2022 a 17/8/2025
Libras – TV Senado	CT 9/2022	MAXVÍDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. 03.517.258/0001-58	13/9/2022 a 12/9/2025

4.3.7 AUDIODESCRIÇÃO, LEGENDA EM TEMPO REAL E LIBRAS

Os serviços de Audiodescrição, Legenda em tempo real e Interpretação em Libras são prestados por meio de contrato, cuja gestão é realizada pelo NGCIC e a fiscalização pela Coordenação de Gestão de Eventos.

O cômputo dos dados do ano de 2021 foram prejudicados pelo contexto da pandemia de covid-19.



Dados de janeiro a dezembro de 2024.

4.3.8 EMPRÉSTIMO DE EQUIPAMENTOS E ATENDIMENTOS DE ACESSIBILIDADE

A equipe de atendimento de Acessibilidade Assistida realiza empréstimos de cadeiras de rodas manuais e triciclos motorizados para senadores, colaboradores e visitantes, conforme solicitação. Realiza também o atendimento direcionado a pessoas com deficiência, de modo a lhes proporcionar, de forma adequada, o ingresso e trânsito nas dependências do Senado Federal.

Acessibilidade Assistida é uma ação contínua do Senado Federal. Atualmente, há assistência nas portarias do Senado Federal, com atendimento concentrado no Salão Negro para atender aos visitantes, coordenado pela SPOL, além de atendimento ao público interno, sob a responsabilidade do Serviço de Ações de Acessibilidade – (SEACE).

Equipamento	Quantidade
Triciclo motorizado	6
Quadriciclo motorizado	6
Cadeira de rodas manual	10
Total	22

No ano de 2024, foi realizado um total de 851 atendimentos de acessibilidade, contando os empréstimos de equipamentos e atendimentos de assistência.

4.3.9 OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO E VIVÊNCIAS

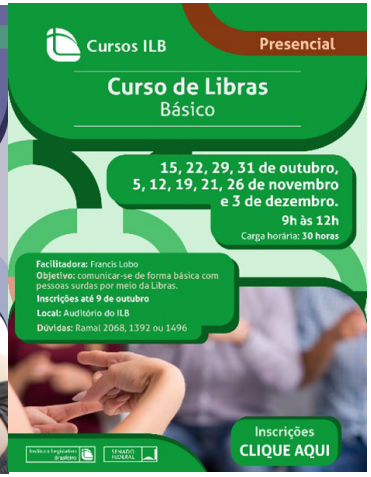
Periodicamente, o SEACE realiza ações para sensibilização dos colaboradores do Senado Federal por meio de oficinas e cursos na área de acessibilidade, como: atendimento a pessoas com deficiência, Libras e Braille. O objetivo é sensibilizar os colaboradores da Casa sobre acessibilidade e capacitá-los sobre como realizar o atendimento adequado das pessoas com deficiência.

Oficinas de Sensibilização		
Nome	**Local**	**Data**
Sensibilização do GT de Acessibilidade – Diálogos no Espectro – Compartilhando saberes sobre o Autismo	Microsoft Teams	15 ago. 2024
Curso de Linguagem Simples Aplicada à Redação Oficial	ILB	20 ago. a 19 set. (terça e quinta-feira)
Curso de Audiodescrição de imagens	ILB	12 set. a 31 out. (somente quinta-feira)
Curso de Libras básico	ILB	15 out. a 3 dez. (somente terça-feira)
Capacitação em Autismo – Com ênfase no ambiente de trabalho	Nainova	21, 22 e 28 nov. 5 e 6 dez.











4.3.10 EVENTOS – ACESSIBILIDADE

O SEACE promove e participa de eventos voltados para o tema de acessibilidade, com o objetivo de transmitir conhecimento sobre acessibilidade em diversas perspectivas, promover trocas de experiências para inclusão da pessoa com deficiência, conhecer as demandas de funcionários e visitantes com deficiência e divulgar as ações de acessibilidade promovidas no Senado.

No ano de 2024, foram realizados 7 eventos.

Oficina de Educação Ambiental para pessoas com deficiência

Com o objetivo de trabalhar a inclusão por meio da solidariedade e da sustentabilidade, as pessoas que possuem deficiências múltiplas e são acolhidos por uma equipe multidisciplinar na Pestalozzi fizeram uma visita ao Viveiro do Senado, na qual puderam fazer uma trilha de acessibilidade e, logo depois, uma atividade para confecção de arranjos botânicos utilizando insumos naturais. A oficina recebeu cerca de 70 pessoas com deficiência atendidas pela associação.



Oficina: educadores mais inclusivos

A Oficina Educação mais inclusiva foi realizada no Senado Federal nos dias 8 e 9 de outubro, no Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães.

Na terceira edição do projeto em Brasília, com apoio do Senado Federal, a Oficina Educadores mais Inclusivos trouxe a temática de Inteligência Emocional. O *Workshop* propôs um caminho para entender e conviver melhor com nossas emoções e as dos outros. Baseada na teoria de que não devemos controlar ou eliminar pensamentos, mas sim acolher e integrar emoções, a prática busca promover autopercepção, empatia e um crescimento pessoal mediante reconhecimento e o manejo emocional. Por meio de exercícios vivenciais, as pessoas participantes foram convidadas a refletir sobre suas reações emocionais, identificando sensações corporais, pensamentos e tendências de ação, com o objetivo de alcançar maior equilíbrio emocional e melhorar suas relações interpessoais.



Festival de Cinema Acessível Kids – Exibição do filme “Meu Malvado Favorito 2” com recursos de acessibilidade

O Festival de Cinema Acessível Kids a serviço de inclusão educacional foi realizado no Cine Brasília no dia 9 de outubro, em parceria com o Senado Federal.

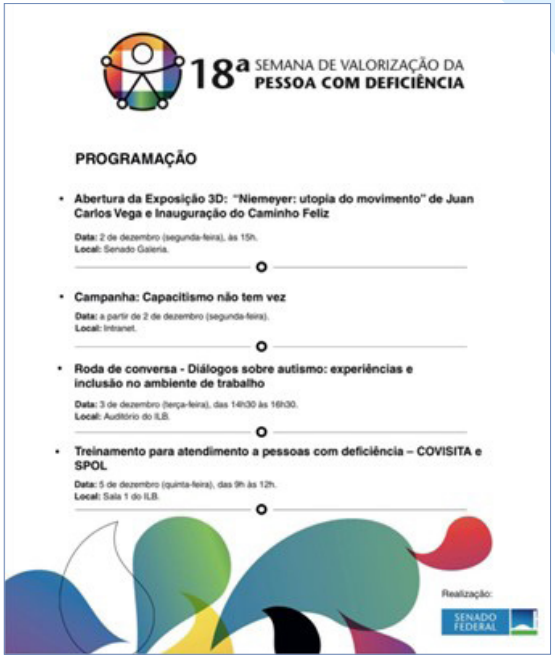
No festival, foi exibido o filme “Meu Malvado Favorito 2” com recursos de acessibilidade como: audiodescrição, legenda descritiva e janela de Libras. Cerca de 200 pessoas, entre estudantes de escolas públicas do DF, pessoas atendidas por instituições para pessoas com deficiência e público esporádico compareceram à sessão de cinema acessível.



18ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

O Núcleo de Coordenação de Ações de Responsabilidade Social (NCAS), por meio do Serviço de Ações de Acessibilidade (SEACE), promoveu, entre os dias 2 e 5 de dezembro, a 18ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O evento ocorreu em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro, e ao Dia Nacional da Acessibilidade, comemorado em 5 de dezembro.

A programação da 18ª SVPD teve início no dia 2 de dezembro com a abertura oficial, que incluiu a exposição *Niemeyer: utopia do movimento*, do fotógrafo espanhol Juan Carlos Vega. Inspirada na arquitetura de Oscar Niemeyer, a mostra apresentou fotografias táteis, oferecendo uma visão poética e acessível de Brasília, com descrições



em Braille. Ainda durante a abertura, foi inaugurado o projeto Caminho Feliz, que revitalizou 2.400 metros de calçadas, rampas e acessos. A iniciativa integrou pontos de transporte coletivo às dependências da Casa, eliminando barreiras físicas e promovendo maior segurança e conforto para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

No mesmo dia, teve início a campanha "Capacitismo não tem vez", realizada na intranet, com o objetivo de conscientizar sobre o respeito às diferenças e combater atitudes preconceituosas.

No dia 3 de dezembro, foi promovida a roda de conversa *Diálogos sobre o autismo: experiências e inclusão no ambiente de trabalho.* O evento, realizado pelo SEACE com o apoio do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT), contou com a participação de três convidados: a servidora Renata L. Freitas de Oliveira (mãe de uma pessoa autista nível 3), o servidor Felipe do Amaral M. Martins (autista nível 1) e o especialista Edilson B. do Nascimento (diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil – MOAB). Durante a roda de conversa, os participantes compartilharam experiências e discutiram desafios

e soluções para tornar o ambiente de trabalho mais inclusivo e acessível para pessoas com autismo e seus familiares.

Encerrando a semana, no dia 5 de dezembro, foi realizado um treinamento voltado ao atendimento de pessoas com deficiência que trabalham ou visitam o Senado Federal. A ação buscou sensibilizar os colaboradores da Coordenação de Visitação (COVISITA) e da Secretaria de Polícia do Senado Federal (SPOL), promovendo maior empatia e interação durante a prestação de serviços. Durante o treinamento, foram compartilhadas dicas práticas para um atendimento inclusivo e respeitoso, assegurando que todos os visitantes e colaboradores sejam recebidos com qualidade e atenção.

4.3.11 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS – SERVIÇO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE (SEACE)

5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

A 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência aconteceu nos dias 14, 15, 16 e 17 de julho de 2024, em Brasília (DF).

A conferência nacional reuniu representantes governamentais e da sociedade civil de todas as regiões do Brasil com o propósito de mapear desafios, debater e decidir prioridades para elaboração de políticas direcionadas às pessoas com deficiência. O evento consiste em um importante espaço democrático de diálogo e construção coletiva, fruto de mobilizações das comunidades, dos movimentos sociais e da gestão pública.



***Workshop*: Práticas e estratégias para promover a inclusão**

No mês de setembro o CREA-SP realizou ações de acessibilidade por meio do programa Capacita. A chefe do Seace foi convidada para palestrar no *workshop* "Práticas e Estratégias para Promover a Inclusão", no dia 18 de setembro.


CREA-SP CAPACITA

CREA-SP 90 ANOS

CERTIFICADO

Certificamos que

FRANCIS MONZO

Participou como Instrutora do **Workshop : Práticas e Estratégias para Promover a Inclusão**, realizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo - Crea-SP, com duração de 2 horas e 30 minutos.

São Paulo, 18 de setembro de 2024

Eng. Ligia Marta Mackey
Presidente do Crea-SP

CONFEA CREA-SP mútua

Seminário: Ativismos para a Luta Anticapacitista no Trabalho

Seminário "Ativismos para a Luta Anticapacista no Trabalho", realizado no dia 24 de setembro de 2024, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília - DF, com debates para promover reflexões, estabelecer estratégias institucionais e ações educacionais alusivas à Semana Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência.



O intuito era estimular a reflexão sobre a acessibilidade e inclusão, apresentar importantes iniciativas desenvolvidas na Justiça do Trabalho, além de dar cumprimento às disposições da Resolução CNJ nº 401/2021, estando, ainda, em consonância com o disposto no art. 1º, II, III e IV, do ATO Nº 471/TST.GP e ATO CDEP.SEGPES.GDGSET.GP.Nº 182/2019.

Publicações SEACE – Serviço de Ações de Acessibilidade

Acessibilidade		
Publicação	**Objetivo**	**Situação Atual**
Plataforma digital com publicações Acessíveis	Plataforma com 18 publicações acessíveis e tecnologias com recursos adaptados, como a leitura automática de textos, sincronização de legendas, tradução dos conteúdos em Libras e disponibilização de arquivos digitais revisados para escuta em recursos do usuário ou mesmo para impressão privada, em braile. A plataforma de publicações acessíveis pretende promover a inclusão e a equidade no acesso à informação de todos os brasileiros.	Publicado: Acessibilidade no portal do Senado — Portal Institucional do Senado Federal

4.3.12 GRUPOS DE TRABALHO

Rede de Acessibilidade –
Grupo de trabalho interinstitucional

Constituída em 2017, por meio de acordo de cooperação, a Rede de Acessibilidade se caracteriza por um grupo de trabalho interinstitucional para discussão do tema "Acessibilidade". Visa ainda promover o intercâmbio de informações, experiências, tecnologias e logística no âmbito

REDE DE ACESSIBILIDADE

do poder público. Constitui-se por um conjunto de instituições: Senado Federal, Câmara dos Deputados, TJDFT, TSE, TST, STF, TCU, STJ, STM e TJTO.

A Rede compartilha entre seus membros integrantes as melhores práticas relativas à acessibilidade e à inclusão social da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. Tem como finalidade estimular o debate e promover a mobilização social e governamental para propagar ações voltadas para a consciência de cidadania em relação a esse coletivo.

A Rede de Acessibilidade tem como principais objetivos:

- Viabilizar o intercâmbio de experiências, boas práticas, informações, pesquisas, tecnologias e soluções de acessibilidade;
- Aprimorar processos de trabalho relativos à promoção da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Realizar eventos e reuniões e constituir grupos de trabalho para o desenvolvimento de atividades relativas à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Compartilhar recursos destinados a atividades educacionais, respeitado o direito à consignação expressa de autoria;
- Participar de eventos;
- Elaborar documentos conjuntos;
- Desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Em maio de 2024, foi realizada eleição para compor a Comissão Gestora da Rede, quando a chefe do Seace foi eleita secretária.

Grupo de Trabalho do Plano de Acessibilidade

A Portaria da Diretoria-Geral nº 2.299/24 instituiu o Grupo de Trabalho (GT) para o planejamento e monitoramento do Plano de Acessibilidade do Senado Federal.

Além do SEACE, outros 13 setores integram o GT do Plano de Acessibilidade, bem como representantes de servidores e familiares de servidores com deficiência. O GT se reúne trimestralmente para monitoramento das ações.

4.3.13 MATÉRIAS DE ACESSIBILIDADE

Em 2024 foram publicadas 27 matérias na intranet com a temática de acessibilidade, além de 5 *posts* da campanha "Capacitismo não tem vez".

4.4 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nas últimas décadas, o desafio de adotar ações eficazes para proteger o meio ambiente e reduzir desigualdades sociais se tornou mais urgente. Enfrentar as mudanças climáticas, promover o uso sustentável dos recursos naturais e incentivar o consumo consciente são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

O Senado Federal desempenha um papel crucial ao implementar práticas que asseguram resultados mensuráveis e contínuo aprimoramento em sustentabilidade e inclusão. Alinhado à Agenda 2030 da ONU e aos normativos institucionais, esse compromisso reflete a evolução da cultura organizacional fundamentada na Política de Responsabilidade Social e no monitoramento de indicadores.

Esse relatório apresenta as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2024 com o objetivo de documentar os principais projetos, ações e resultados alcançados pela atuação do Núcleo de Coordenação de Ações de Responsabilidade Social do Senado Federal.

As ações do Núcleo estão alicerçadas, sobretudo, nos Planos de Acessibilidade e de Gestão de Logística Sustentável e Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, ambos publicados em 2023. Tais planos, com vigência até dezembro de 2025, norteiam o planejamento das ações de coordenação e monitoramento do Núcleo.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS), o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), o Plano de Acessibilidade, o Plano de Equidade de Gênero e Raça estão todos inseridos em uma cultura de planejamento colaborativo, com metodologia unificada para monitoramento de resultado-chave, prazos, responsáveis e metas acompanhadas por colegiado de servidores. Os planos estão disponíveis no site da transparência do Senado e são monitorados por meio dos indicadores, tendo nos relatórios de gestão o extrato dos resultados alcançados.

Em 2024 destacamos:

- *A consolidação do SEACE – Serviço de Ações de Acessibilidade, o fortalecimento da coleta seletiva e a certificação do Viveiro como Sala Verde de Educação Ambiental;*

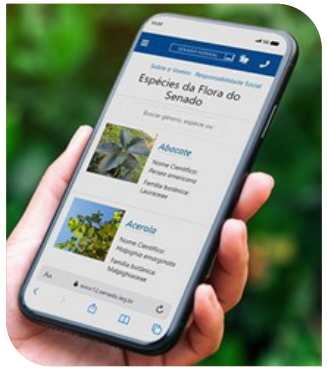
- *Pelo quinto ano seguido, o trabalho de sustentabilidade do Senado ganhou o selo de Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), concedido pelo governo federal.*

- *O Senado foi vencedor do 10º Prêmio A3P, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), na categoria Construções Sustentáveis. A premiação tem o objetivo de reconhecer iniciativas de órgãos e instituições públicas que promovam ou implementem práticas de sustentabilidade. O prêmio foi concedido pelo projeto "Acessibilidade no viveiro".*

- *O Senado foi vencedor do Prêmio Marco Maciel, edição de 2024, na categoria ESG. O prêmio é um caso amplo de boa governança, uma vez que é fruto de ação coletiva e integrada de diversos setores da Casa, alinhada à Agenda 2030 da ONU.*

4.4.1 MEIO AMBIENTE – AÇÕES

Plataforma virtual “Flora do Senado” para identificação botânica com recursos de acessibilidade, como legenda e descrição em áudio



Iniciamos o ano de 2024 com a publicação da plataforma Flora do Senado, com mais de 50 espécies catalogadas e identificadas existentes no Viveiro. Por meio de QR Code, todos têm acesso e podem conhecer as plantas existentes no Viveiro e saber mais sobre elas. A plataforma é dotada de texto, áudio e janela de libras para promoção da inclusão do saber.

A plataforma virtual “Flora do Senado” é uma ferramenta inovadora para identificação botânica, projetada para promover o acesso inclusivo à informação sobre a flora do Senado. Com recursos de acessibilidade, como legendas e audiodescrição, a plataforma não apenas facilita a identificação das espécies vegetais, mas também garante que pessoas com diferentes necessidades e habilidades possam usufruir das informações. Essa iniciativa reforça o compromisso com a inclusão e a educação ambiental, tornando o conhecimento botânico acessível a todos.

Fonte: https://www12.senado.leg.br/audiolivros/RS/flora-do-senado/lista-de-especies.html

Sala Verde do Viveiro: educação ambiental sustentável, acessível e inclusiva

A Sala Verde do Viveiro do Senado, em parceria com o MMA, é um espaço para promover a educação ambiental de maneira sustentável, acessível e inclusiva. Esse ambiente de aprendizagem permite que visitantes se envolvam em atividades sobre preservação ambiental, práticas ecológicas e biodiversidade. Para tanto, o Viveiro foi adaptado e possui trilhas acessíveis, banheiro com recursos de acessibilidade e vaga exclusiva para pessoa com deficiência.

Fonte: https://www.congressonacional.leg.br/rede-legislativo-sustentavel



O Viveiro do Senado foi aprovado na seleção do Projeto Salas Verdes, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A iniciativa tem a finalidade de incentivar a implantação de espaços educadores, para atuarem como centros de informação e formação ambiental, em consonância com os princípios da Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA).

O Viveiro do Senado existe desde 2011, tendo como atividade inicial a produção de mudas para a jardinagem da Casa. Com a con-

solidação da agrofloresta que permeia o local, a área se converteu em espaço para oficinas, reuniões de integração com a natureza, exposição de materiais botânicos e galpão de trabalho para a elaboração de arranjos florais e produção de vasos ornamentais. Com a certificação do espaço como unidade do Projeto Salas Verdes, o viveiro abre conexão institucional com estudantes e colaboradores externos. O visitante pode aprender noções de agricultura urbana, compostagem e botânica.

Estruturação do Viveiro para gravações semanais da Programa de TV EcoSenado

O espaço no Viveiro do Senado dedicado às gravações do Programa EcoSenado é de grande importância educacional, pois oferece um cenário natural que reforça a mensagem de conscientização ambiental. Ao integrar a natureza ao conteúdo do programa, o espaço cria um ambiente que inspira práticas sustentáveis e destaca a conexão entre o Senado e o compromisso com a educação ambiental, sensibilizando o público para a preservação do meio ambiente.

4.4.2 PARTICIPAÇÃO DO SENADO EM COLEGIADO: REDE NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE DO LEGISLATIVO

A Rede Nacional de Sustentabilidade do Legislativo é constituída pelo Tribunal de Contas da União, pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados e por demais órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil e destina-se à consecução de interesses comuns voltados à discussão e à proposição de questões e iniciativas relativas à gestão pública sustentável e eficiente no âmbito do Poder Legislativo.

O Senado participa colegiadamente na Coordenação da RLS, reunindo-se semanalmente, tanto *online* quanto presencialmente, com representantes do TCU e da Câmara dos Deputados. O Acordo está em vigor, conforme o Extrato do Termo de Adesão do Processo TC nº 015.269/2018-3.

Órgãos	Participantes 2023	Participantes 2024
Legislativo Federal	3	3
Legislativo Estadual/Distrital	7	8
Legislativo Municipal	27	28
Tribunais de Contas Estaduais	20	21
Tribunais de Contas Municipais	5	5
Total	62	65

https://www.congressonacional.leg.br/rede-legislativo-sustentavel

Capacitação em Gestão Pública Sustentável: elaboração de Plano de Logística Sustentável – RLS

A iniciativa fortalece a formação de gestores em gestão pública sustentável, oferecendo capacitação presencial em municípios brasileiros. Em 2024, foram realizadas seis oficinas: cinco em parceria com a Escola de Governo do Senado, por meio do Programa Interlegis, e uma promovida pelo Serviço EcoCâmara, da Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Além disso, nos dias 19 e 20 de março, foi realizado um encontro presencial promovido pelo Senado em parceria com o Sebrae, no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), escola do TCU, com a participação de vereadores e vereadoras do estado do Rio de Janeiro e visita técnica ao Senado. No total, 320 alunos foram capacitados ao lon-

go do ano por meio dessa iniciativa. A RLS realizou eventos nesse período para promover a sustentabilidade e ferramentas de monitoramento de ações de responsabilidade social.

Site da RLS

4.4.3 CERTIFICAÇÕES E PREMIAÇÕES

Certificação de gestão sustentável – SELO A3P

Pelo quinto ano seguido, o trabalho de sustentabilidade do Senado ganhou o selo de Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), concedido pelo governo federal. O certificado foi entregue no dia 3 de maio. O selo confirma o monitoramento e o cumprimento das metas estabelecidas pelo governo federal. Atualmente o monitoramento é baseado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras públicas sustentáveis; construções sustentáveis; e sensibilização e capacitação dos servidores.



Senado vence a 10ª Edição do Prêmio A3P – Categoria Construções Sustentáveis

O Senado foi vencedor do 10º Prêmio A3P, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), na categoria Construções Sustentáveis. A premiação tem objetivo de reconhecer iniciativas de órgãos e instituições públicas que promovam ou implementem práticas de sustentabilidade.



O prêmio foi concedido pelo projeto "Acessibilidade no Viveiro", do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas). Em julho deste ano, foram inauguradas as trilhas acessíveis, compostas por 290 m² de trilhas que permitem acesso a pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida e deficiência visual.

Senado vence o Prêmio Marco Maciel na categoria ESG.

O Senado foi vencedor do Prêmio Marco Maciel, edição de 2024, na categoria ESG. A sigla em inglês para ambiental, social e governança define um conjunto de critérios para avaliar o desempenho de uma empresa ou instituição em relação a sustentabilidade. A premiação ocorreu na noite do dia 26 de novembro.



O Prêmio Marco Maciel – Diálogo, Ética e Transparência nas Relações Público-Privadas tem como objetivo reconhecer e divulgar as melhores práticas realizadas por organizações e instituições, por meio dos seus profissionais, que atuaram de acordo com os princípios norteadores da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig): ética, transparência, diálogo e responsabilidade social.

4.4.4 EVENTOS E OFICINAS

Feira de trocas

A feira de trocas acontece uma vez a cada semestre e é baseada nos princípios da economia solidária. O foco é estimular o espírito de cooperação e solidariedade, além de criar um ambiente de interação entre os funcionários. Em 2024 chegamos na 8ª edição da feira.



Feira orgânica

A feira é organizada pela Associação Brasileira para Agricultura Orgânica (Agro-Orgânica). A feira oferece também pães, queijos, castanhas, entre outros produtos. Além da compra presencial, os interessados podem fazer encomendas pelo WhatsApp. A Feira ocorre semanalme147

nte às terças-feiras no estacionamento próximo ao Bloco 10.



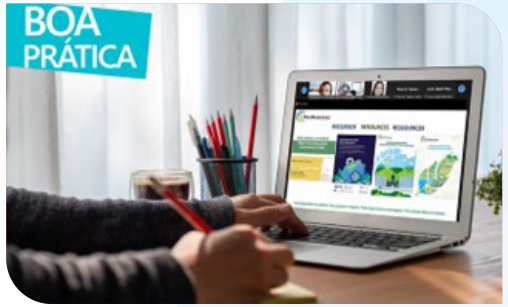
Capacitação para vereadores

O Núcleo de Responsabilidade Social do Senado (NCas) ofereceu uma capacitação sobre metodologia de elaboração de Planos de Logística Sustentável para vereadores e vereadoras dos municípios do estado do Rio de Janeiro, bem como para técnicos do Sebrae/RJ.



Ncas apresenta PGRS em reunião do ParlAmericas

O Núcleo de Coordenação de Ações de Responsabilidade Social (NCas) representou o Senado no encontro da Rede de Funcionárias e Funcionários Parlamentares sobre Mudanças Climáticas e Sustentabilidade do ParlAmericas.

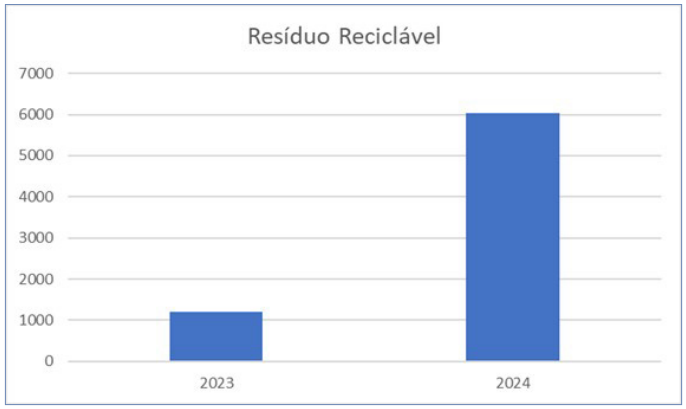


O objetivo era manter o contato entre os parlamentos, compartilhar informações e aprender sobre as políticas, boas práticas, ferramentas, estudos ou experiências das instituições de diferentes países para tratar das questões ambientais.

4.4.5 SUSTENTABILIDADE EM NÚMEROS – MONITORAMENTO DOS RESÍDUOS E DOS ITENS DE CONSUMO DA CASA:

4.4.5.1 Resíduos Recicláveis

Em 2024, somam total de 6.029 kg entregues para reciclagem. O aumento do quantitativo demonstra o correto encaminhamento dado aos resíduos produzidos na Casa.



4.5.4.2 Papel das aparas da Gráfica

O Senado tem um contrato de coleta de papéis das aparas da Gráfica com a Capital Indústria e Comércio de Produtos Recicláveis LTDA. (CT 48/2020)

Abaixo, gráfico demonstrativo dos últimos anos. Como podemos ver, a quantidade de material descartado demonstra a sazonalidade da Casa Legislativa.



RESÍDUO: PAPEL	
ANO	KG
2018	116.420
2019	184.080
2020	104.290
2021	122.160
2022	153.735
2023	179.530
2024	217.570

4.4.5.3 Resíduos não recicláveis

Com a central de triagem e o encaminhamento de resíduos orgânicos para o Viveiro do Senado, estamos em processo de redução do resíduo encaminhado para o Aterro de Brasília.



NÃO RECICLÁVEIS	
ANO	KG
2019	327.931
2020	112.152
2021	103.007
2022	204.106
2023	303.736
2024	274.722

4.4.5.4 Resíduos Orgânicos

Os resíduos orgânicos são encaminhados ao Viveiro para serem compostados e transformados em adubo para uso nas plantas e na aglofloresta instalada.



RESÍDUO ORGÂNICO	
ANO	KG
2023	5.098
2024	14.209

4.4.5.5 Resíduos Eletroeletrônicos:

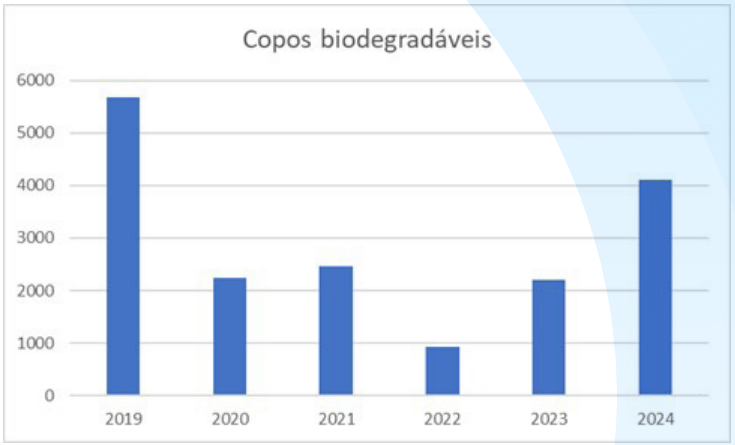
O Senado tem parceria com a Organização não Governamental "Programando o Futuro" (Contrato AC 222/2022), que disponibiliza um Ponto de Entrega Voluntária de Eletroeletrônicos localizado no Ecoponto 3, ao lado da subestação de energia, em frente ao bloco 14.



Eletroeletrônico	
ANO	KG
2019	20
2020	180
2021	133
2022	436
2023	0
2024	208,5

O monitoramento dos dados de consumo de água, energia elétrica, copos e papel reprográfico é importante para economizar recursos, melhorar a eficiência, desenvolver ações para redução de desperdícios e contribuir para a sustentabilidade.

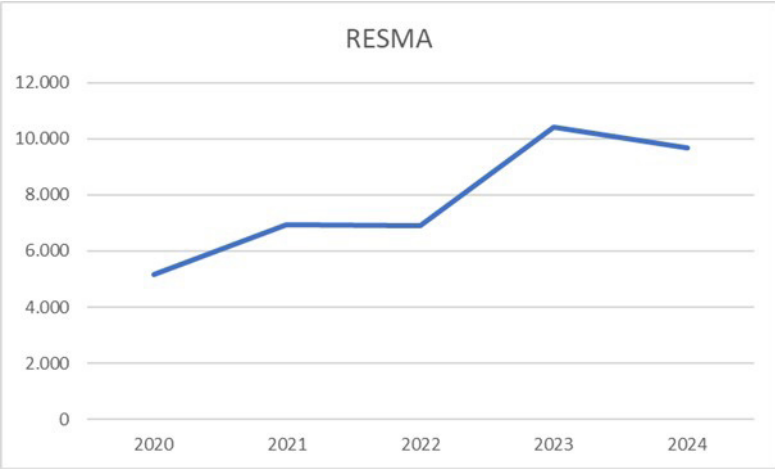
4.4.5.6 Copos Biodegradáveis



Copos em medidas de pacotes de 100 unidades

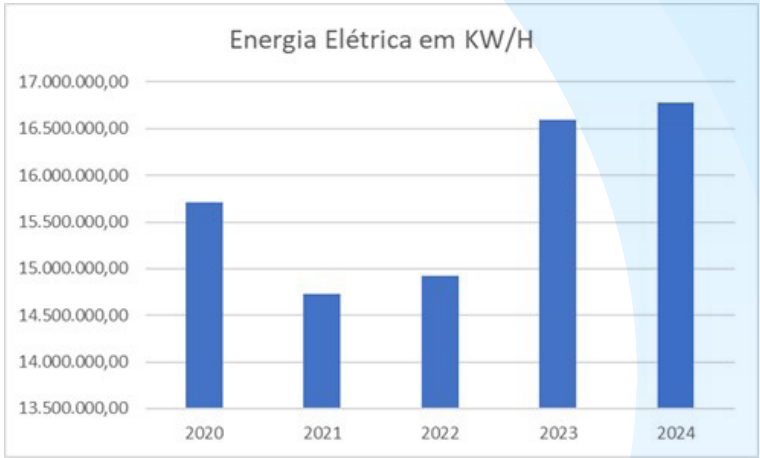
Copos biodegradáveis (pc)	
ANO	KG
2019	5679
2020	2246
2021	2467
2022	920
2023	2206
2024	4117

4.4.5.7 Papel Reprográfico – consumos de resmas de papel A-4



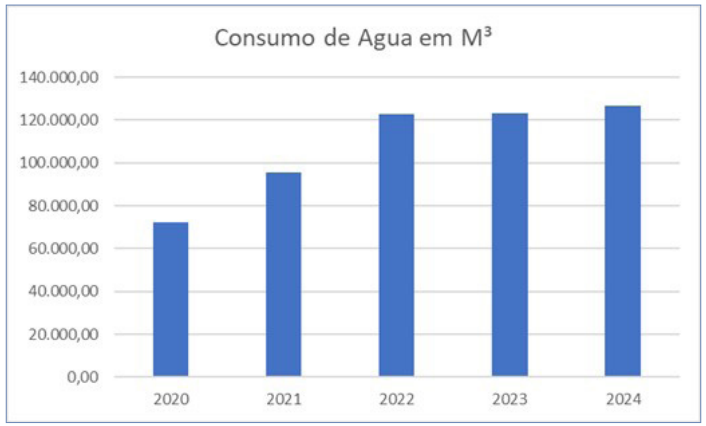
ANO	RESMA
2020	5.156
2021	6.942
2022	6.919
2023	10.418
2024	9.677

4.4.5.8 Energia Elétrica



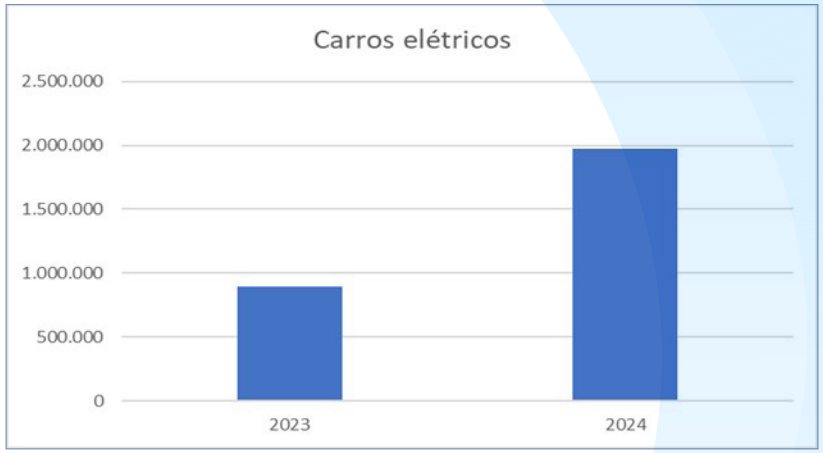
ANO	KW/H
2020	15.712.440
2021	14.733.610
2022	14.924.317
2023	11.656.993
2024	16.773.393

4.4.5.9 Consumo de água em m³



ANO	M³
2020	72.384
2021	95.523
2022	122.650
2023	123.349
2024	126.739

4.4.5.10 Monitoramento de uso das vagas de carros elétricos



ANO	M³
2023	894.862
2024	1.975.449

4.4.6 MATÉRIAS PUBLICADAS NA INTERNET – 2024 – SUSTENTABILIDADE

Em 2024 foram publicadas 26 matérias na intranet, além de *posts* sobre coleta seletiva.

RESULTADO DA GESTÃO

5

5.1 GESTÃO CORPORATIVA

O Sistema de Gestão do Senado Federal é originalmente baseado em uma estrutura clássica, contemplando hierarquia linear e piramidal, que lhe confere unidade de comando e linhas formais de comunicação e de deliberação. Assim, nota-se que as estruturas de gestão executiva, tática e operacional são bem demarcadas e definidas.

Esse sistema acomoda a interposição de estruturas transversais de assessoramento à gestão, que têm foco na atuação em rede, na integração e na capilarização dos níveis táticos e operacionais. Além disso, destaca-se pela prontidão e articulação de ações estratégicas e corporativas. Dessa forma, o Sistema de Gestão do Senado Federal acomoda tanto a burocracia tradicional, derivada do trato com a coisa pública, quanto a necessidade de realizar uma gestão integrada e eficiente das ações estruturantes e estratégicas de transformação da realidade da instituição, buscando atender às políticas, às diretrizes e aos mandatos emanados de seu Sistema de Governança.

Os objetivos estratégicos estabelecidos para a administração do Senado Federal são desdobrados e monitorados com base em uma metodologia de planejamento mais simples, objetiva e flexível, chamada *Objectives and Key Results* (OKR).

O mais recente conjunto de *Key Results* (KRs), em vigor desde setembro de 2023, foi estabelecido pelo Comitê de Governança e Gestão Estratégica (CGGE). Esse ciclo compreende sete objetivos estratégicos, detalhados em 40 KRs, que cobrem diversas áreas do Senado Federal. Cada KR visa aprimorar aspectos específicos da governança e gestão, contribuindo para o alcance efetivo dos objetivos institucionais

Desta forma, a gestão da Casa, ao se alinhar os Objetivos Estratégicos e aos Resultados-Chave, efetiva seu desdobramento para os níveis tático e operacional.

5.2 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.2.1 CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TI

A gestão de TI do Senado Federal é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), a qual compete prover, por meio de recursos próprios ou de terceiros, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de tecnologia da informação, conforme as normas estabelecidas em seu regulamento interno e referenciadas pelo Governo Federal, além de padrões adotados internacionalmente no que tange à identidade visual, acessibilidade, transparência de dados, segurança da informação e governança digital.

5.2.2 RECURSOS APLICADOS EM TI

Empenhado	Liquidado	Pago
R$ 67.656.402	R$ 54.196.985	R$ 53.528.389

5.2.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Senado Federal instituiu sua Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) por meio do Ato da Comissão Diretora nº 9/2017, estabelecendo um sistema de gestão composto pelo Comitê de Segurança da Informação (CSI), pelos Comitês Temáticos de Segurança da Informação e pelo Núcleo de Segurança da Informação em Tecnologia da Informação (NSITI). As ações de-

senvolvidas são coordenadas entre as áreas competentes, sempre considerando a relação custo-benefício, com o objetivo de minimizar riscos e maximizar resultados.

Em 2024, frente à crescente necessidade de proteger os ativos de informação do Senado Federal e assegurar sua integridade, disponibilidade, autenticidade e confidencialidade, o CSI, com o apoio do NSITI, propôs a adoção da Política Corporativa de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação do Senado Federal (PCGIS). Essa política visa estabelecer um conjunto de instrumentos para identificar, responder e recuperar incidentes de segurança que possam comprometer os ativos informacionais.

Como parte das iniciativas prioritárias em segurança cibernética, o Senado Federal, em alinhamento com as diretrizes do Plano de Ação em Segurança Cibernética (PASC) 2023-2025, realizou cinco testes de invasão ao longo do ano. Essas ações permitiram identificar e corrigir vulnerabilidades de forma imediata, reduzindo riscos operacionais e financeiros, além de fortalecer a proteção de dados e prevenir ataques. O programa de testes de invasão busca garantir um ambiente digital seguro e confiável para as operações legislativas e administrativas. Além disso, foram promovidos seis treinamentos e palestras para servidores de diversas Secretarias, realizadas seis avaliações de sistemas de *software* críticos, publicadas matérias de conscientização sobre segurança da informação na Intranet e concluídos quatro projetos em atendimento a recomendações do TCU.

O Senado também permanece atento às normativas legais e às orientações do TCU, com destaque para: i) o Decreto nº 9.637/2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI); ii) o Decreto nº 10.222/2020, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (ECiber); iii) o Decreto nº 10.748/2021, que institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos; e iv) o Acórdão TCU nº 1.768/2022, que trata do Mapeamento da Maturidade das Organizações Públicas Federais quanto à implementação de controles críticos de segurança cibernética (SegCiber).

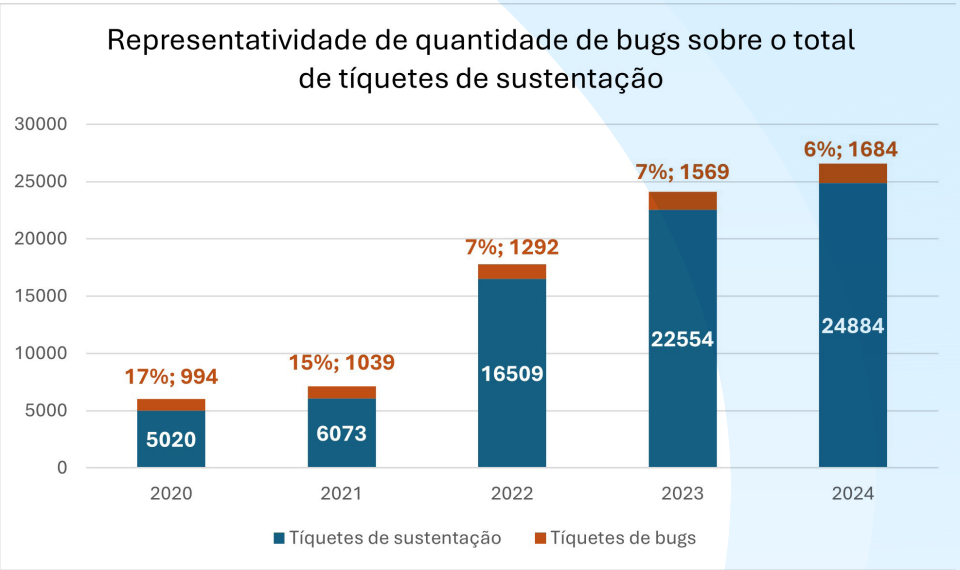
Essas medidas reforçam a proteção das informações da Casa, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos ativos corporativos e sistemas de *software* do Senado Federal.

5.2.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM RECURSOS DE TI EM 2024

Número da Avença	Fornecedor	Objeto	Valor da Avença (R$)
CT 2024/0057	EBSCO BRASIL LTDA.	Prestação de serviços para o licenciamento de uso de uma solução informatizada de Plataforma de Serviços de Biblioteca (do inglês *Library Services Platform* – LSP), com serviços de migração de dados, para a Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI, gerenciada pela Biblioteca do Senado Federal, durante 60 (sessenta) meses consecutivos.	6.923.000,00
CT 2024/0014	LTA-RH INFORMÁTICA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA.	Fornecimento de solução de infraestrutura computacional hiperconvergente Dell VxRail, incluindo instalação, licenciamento de *softwares* e garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal.	5.166.400,00

Número da Avença	Fornecedor	Objeto	Valor da Avença (R$)
CT 2024/0075	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) (SERPRO SEDE)	Contratação do Serviço de Processamento de Dados (SERPRO) para fornecimento de acesso à rede de comunicação do governo Federal (Infovia Brasília).	1.753.430,40
CT 2023/0216	NETSAFE CORP LTDA	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implementação, de atualização de versão e de suporte técnico na Solução Antivírus do SENADO FEDERAL, por meio de licenciamento, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	1.161.000,00
CT 2024/0171	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISA LTDA.	Prestação de serviços de empresa especializada para aconselhamento imparcial em Tecnologia da Informação e Comunicações.	1.020.520,08
CT 2024/0127	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	Prestação de serviços de manutenção de licenças de *software* de controle de acesso e portal para visitantes *ClearPass OnBoard* e *OnGuard*, serviços de assistência e suporte técnico local e remoto, durante 48 (quarenta e oito) meses consecutivos.	725.364,96
CT 2024/0201	EBZ CONSULTORIA DE INFORMÁTICA LTDA.	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de subscrição do suporte oficial do produto *Evolveum Midpoint*, incluindo a prestação de serviços especializados de sustentação das instalações do produto e a prestação de serviços sob demanda da plataforma de consultoria e integração, para o SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	518.400,00
CT 2023/0210	RALEDUC TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO LTDA.	Fornecimento de prestação de serviços de Capacitação Corporativa *Online* em "Tecnologia da Informação e Comunicação", visando atender às necessidades de aperfeiçoamento continuado das equipes da Secretaria de Tecnologia da Informação – PRODASEN; da Secretaria de Comunicação Social – SECOM; da Secretaria de Polícia do Senado Federal – SPOL e do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	345.273,84
CT 2024/0133	SERVICE UP LTDA (SERVICE UP)	Contratação de empresa para a prestação de serviços de migração, treinamento, suporte técnico e administração para a solução ITSM (*Information Technology Service Management*) implantada no SENADO FEDERAL, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.	260.540,00

Número da Avença	Fornecedor	Objeto	Valor da Avença (R$)
2024NE002190	DATEN TECNOLOGIA LTDA (DATEN TECNOLOGIA)	Aquisição de 54 (cinquenta e quatro) equipamentos do tipo *notebooks* novos com garantia de funcionamento por 12 (doze) meses, para premiação do Programa Jovem Senador 2024, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL.	103.188,60
CT 2024/0116	RM SUPPLIES TECNOLOGIA LTDA (RM SUPPLIES COM. DE SUPR. DE INFORMÁTICA)	Contratação da empresa RM SUPPLIES TECNOLOGIA LTDA para 2 (duas) licenças do *software* em nuvem *Streamyard*, versão Profissional.	4.800,00



5.2.5 INDICADORES DA TI

Acessos às páginas de Intranet e Internet:

Portal do Senado: 99.595.660 acessos
Portal do Congresso Nacional: 4.681.798 acessos
Portal Intranet: 13.309.613 acessos

Quantidade de atendimentos no *Service Desk*:

137.318 atendimentos realizados

Tempo médio de atendimento no *Service Desk*:

3 min 50s

Quantidade e tendência de *bugs* nos sistemas:

Número de Projetos Concluídos do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI):

16 Projetos Concluídos

Quantidade de Marcos entregues do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI):

153 Marcos Entregues

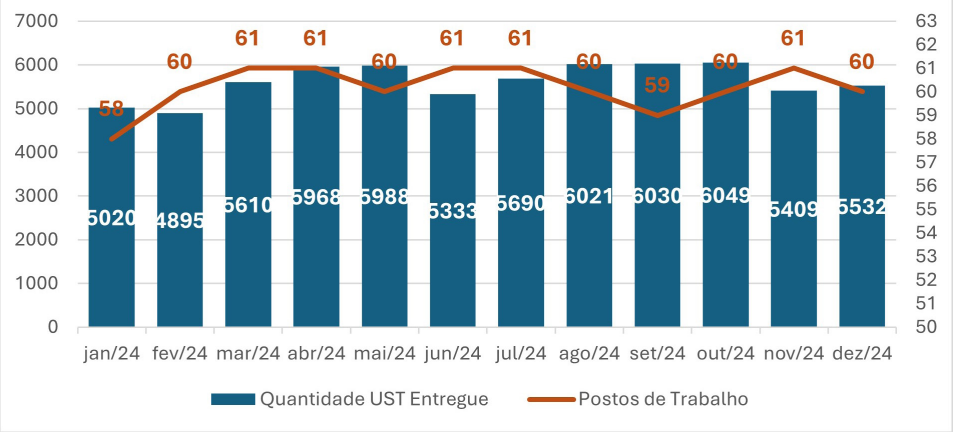
Quantidade de treinamentos:

Udemy	Treinamento Avulsos	Total
571 cursos	8 cursos	579 cursos
6.130 horas	375 horas	6.505 horas

Quantidade de contratos efetivados:

20 contratos

Quantidade de UST Entregues e
Quantidade de Postos de Trabalho



UST: Unidade de Serviços Técnicos

5.2.6 PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
1	Atualização do sistema de recadastramento anual	Otimização do processo de conferência das solicitações reduzindo gargalos e trazendo mais celeridade às atividades dos setores responsáveis. Ajustes nas telas também possibilitaram melhor entendimento dos servidores e evitaram erros durante o preenchimento das informações. A implementação foi conduzida pelos novos servidores, destacando seu papel no aprimoramento das funcionalidades.
2	Sistema de gratificação de desempenho	Automação do processo de avaliação de desempenho para o pagamento da parcela variável da Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF). Melhorias e incrementos já estão sendo implementados para também abarcar os processos de estágio probatório e progressão funcional.
3	Portal do Senado 200 anos	Lançado para celebrar o bicentenário do Senado, o portal é uma interface moderna que conecta cidadãos à história e aos eventos comemorativos. O principal objetivo é centralizar as ações institucionais realizadas em virtude da celebração do bicentenário.
4	Atualização do e-Cidadania para uso do Gov.br na autenticação	A integração com a plataforma Gov.br facilitou o acesso aos serviços digitais do e-Cidadania, garantindo maior segurança e inclusão digital. A atualização é um marco na ampliação da participação cidadã e foi acelerada pela contribuição técnica de novos servidores.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
5	Substituição da plataforma de gestão da rede RVBI de biblioteca	Contratação e implantação da nova solução de gestão bibliográfica e de pesquisa que irá melhorar os processos internos e a experiência dos usuários, com recomendações personalizadas e integração de recursos digitais. A nova plataforma não apenas melhora a eficiência operacional, mas também reforça o compromisso do Senado com a inovação tecnológica e a excelência no atendimento ao público.
6	e-Audit – Gestão de auditorias internas, para controle dos "achados"	Facilitou o acompanhamento das recomendações feitas pela Auditoria e contribui para o alinhamento estratégico da Casa e com as boas práticas de governança. O controle do processo ficou mais visual e objetivo, além de ter centralizado a gestão dos documentos com controle de acesso, mantendo as diferentes versões salvas dentro do sistema e o histórico de acessos. O sistema contribui também para que os auditores cumpram os prazos previstos de trabalho e facilita a visualização de quantos foram os achados e quantas recomendações foram cumpridas por cada área.
7	Sistema de controle de processos da Advocacia do Senado Federal (ADVOSF)	O sistema modernizou o controle de processos jurídicos, permitindo maior agilidade e eficácia nas atividades da Advocacia do Senado Federal.
8	SGE – Sistema de Gestão de Estágios (entregas parciais, projeto em andamento)	Com o SGE, a gestão de estágios tornou-se mais eficiente e transparente, beneficiando estagiários e gestores. Além disso, a atualização tecnológica implementada permite atualizações mais constantes, garantindo maior segurança no processo e robustez na aplicação. Já foram entregues os módulos de gestão da frequência, contratação, renovação e desligamento. Quando concluído, estarão disponíveis também o cadastro de currículos, o recrutamento e a seleção de estagiários.
9	Novos módulos do Sistema Integrado de Contatações do Senado Federal (SENIC)	Diversas melhorias foram implementadas no processo de formalização de demandas, agora chamado Documento de Formalização de Demandas (DFD), com uma interface mais simples e orientações claras para preenchimento. Atendendo à Lei nº 14.133, foram adicionados novos campos que ajudam a avaliar riscos e justificar escolhas, além de melhorar a busca por objetos e permitir a vinculação das demandas aos objetivos estratégicos do Senado, deixando claro o alinhamento estratégico das contratações. Também foi incluída a possibilidade de registrar dispensas aprovadas pelo Comitê, aumentando a transparência. Esses avanços foram possíveis graças à dedicação dos novos servidores, que contribuíram diretamente para modernizar e tornar o processo mais eficiente e acessível.
10	Assinatura *mobile* para o Sistema de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)	A introdução da assinatura *mobile* no SIGAD incrementou a modernização do processo eletrônico, promovendo agilidade e acessibilidade. A iniciativa reforça o compromisso do Senado com a digitalização e a segurança.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
11	*Hotsite* do Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias: Desafios da Era Digital	Centralizou informações sobre o "Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias: Desafios da Era Digital" que ocorreu no âmbito das comemorações do bicentenário do Senado Federal. O *hotsite* destacou a relevância do evento e divulgou informações acerca da programação e dos palestrantes, bem como disponibilizou o formulário para as inscrições.
12	Sistema de eventos para o Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias: Desafios da Era Digital	Permitiu o gerenciamento e o controle das inscrições, além da emissão e do envio dos certificados para os inscritos.
13	GESCON – Integração com Zeus (entrega parcial, projeto em andamento)	Esta integração amplia a eficiência na gestão contratual, promovendo maior transparência e controle. Quando for concluído, permitirá solicitações de emissão de empenho e de pagamentos pelo próprio sistema Zeus, agilizando os pagamentos e automatizando partes do processo. A contribuição dos novos servidores foi essencial para o progresso da entrega.
14	GESCON – Reajuste contratual (entrega parcial, projeto em andamento)	O módulo de reajuste contratual, quando for concluído, automatizará o processo de cálculo e aprovação do reajuste de itens contratuais e de atas de registro de preço, reduzindo erros e aumentando a eficiência. Os novos servidores foram indispensáveis no desenvolvimento inicial dessa funcionalidade.
15	Senado Explica e atualização do e-Cidadania	Exibição no site do Senado de textos – gerados com auxílio de Inteligência Artificial (IA) generativa – para explicar, de forma simplificada, as propostas em tramitação na Casa.
16	Plano de Gestão	Foram implementadas diversas melhorias no sistema de gestão, com destaque para o fluxo de monitoramento, que facilita o acompanhamento detalhado do Plano de Gestão e apoia decisões com informações claras e precisas. Foi criado um fluxo de cancelamento mais eficiente e uma funcionalidade que permite aos usuários ajustar a data de término do plano diretamente, reduzindo riscos e aumentando a autonomia. Além disso, a reativação automática de revisões canceladas garante a continuidade e a consistência dos processos. Por fim, a alta gestão ganhou maior controle estratégico com a possibilidade de excluir participantes de qualquer plano. Esses avanços só foram possíveis graças ao empenho e à contribuição dos novos servidores, que trouxeram inovação e eficiência às entregas.
17	Automação da admissão dos cedidos	Simplificação do processo de admissão de cedidos, tornando a administração mais eficiente e melhorando significativamente a qualidade dos dados dos servidores.
18	Migração dos Painéis Legislativo e Parlamentar para o QlikSense – Construção Painel Senadores	Aumento da visibilidade do acompanhamento da atividade dos parlamentares (Senado) com uma plataforma mais amigável e mais acessível.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
19	Novo Consigsen (projeto em andamento)	Maior controle das averbações de empréstimos pelo RH e pelas instituições financeiras, mais segurança e robustez graças às novas tecnologias empregadas, além de evitar vulnerabilidades e facilitar a manutenção do sistema. A modernização tecnológica permitirá maior agilidade no processamento das operações e a evolução contínua da plataforma. Entre as melhorias, destacam-se a automação para emissão de margem pelo RH, um módulo mais eficiente para gestão de privilégios, interfaces mais intuitivas, e a facilidade para troca de perfis de instituições sem necessidade de *logout*. Também foram eliminadas rotinas obsoletas do banco de dados. Esses avanços foram possíveis graças ao trabalho e dedicação dos novos servidores.
20	Controle de acesso a portais (entrega parcial, em andamento)	Reforça a segurança digital e garante maior controle sobre o acesso aos portais. Já foi implementada a remoção automática das permissões de provedores de conteúdo sempre que eles mudam de lotação. Quando o projeto for concluído, o sistema proporcionará controle de acesso mais eficaz e ágil, além de melhor rastreabilidade e auditoria. A contribuição técnica de novos servidores está sendo essencial para o progresso da entrega.
21	Automação da prova de vida	A automação do processo de prova de vida e a integração com a plataforma Gov.br reduziu a burocracia e trouxe maior comodidade para servidores aposentados e pensionistas. Novos servidores desempenharam papel central no desenvolvimento desta funcionalidade.
22	Estudo e contratação de solução para uso de IA no processo de contratação do Senado (entrega parcial, projeto em andamento)	Quando concluído, o projeto tem o potencial de trazer mais eficiência, precisão e agilidade, otimizando os recursos públicos e reduzindo burocracias. A elaboração do estudo contou com a dedicação dos novos servidores.
23	Migração do Portal das Comissões	Desenvolvimento de novo portal das comissões, com objetivos de torná-lo mais aderente ao estilo do portal do Senado, efetuar melhorias pontuais desejadas pelos gestores, transferir a manutenção para a COSTIC/SEPOR (aliviando a equipe de sistemas COLEP/SESCOM).
24	Melhorias em acessibilidade dos portais	Implementação de melhorias de acessibilidade solicitadas pelo NACGSF.
25	Site da CMO (Portal do Congresso)	Desenvolvimento de funcionalidades e apoio a migração de conteúdo para transferir o *site* da CMO do Portal da Câmara para o Portal do Congresso, facilitando o acesso e entendimento pelo cidadão.
26	Atualização do mecanismo de busca dos diários	Integração com a base de busca textual do sistema de gerenciamento de conteúdo usado pelo Diários, permitindo a busca de textos página a página e reduzindo a dependência de ferramenta legada de busca.
27	Relatório Execução de emendas	Aumento da transparência por meio da automatização de envio por e-mail para os senadores em exercício com informações das emendas executadas semanalmente, agrupadas pelos dados de bancada estadual e dos senadores do estado.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
28	Universo LOA 2025 – Despesa Execução (Siga Brasil)	Aumento da transparência com a disponibilização da execução orçamentária do ano de 2025 provindas do SIAFI.
29	Universo LOA 2025 – Receita Execução (Siga Brasil)	Aumento da transparência com a disponibilização de valores arrecadados pelo tesouro nacional no ano de 2025. Com os dados provindos do SIAFI pode-se comparar e acompanhar os valores previstos e arrecadados durante o ano em exercício.
30	Portal da Transparência – Reestruturação de *views*/ consultas que provêm as informações para o Portal	A nova estrutura de *views* e consultas BO, em parceria com a SAFIN, substituiu várias *views* e *Mviews*, trazendo facilidade na manutenção e corretude das informações. As principais seções aprimoradas foram: pagamento de diárias e devolução de diárias de servidor (páginas unificadas), ressarcimentos de passagens de senador, de despesas do Senado Federal, de pagamentos e empenhos de credenciados do SIS, e aprimoramento de seções de dados abertos.
31	Portal da Transparência – Tratamento e adequação na exibição de informações da SPOL que tenham classificação sigilosa	As OBs de diárias da SPOL que possuíam classificação sigilosa estavam suprimidas de apresentação no Portal da Transparência. Para atender demanda da DIREG, essas OBs deixaram de ser excluídas da seção de pagamentos de diárias a servidores e tiveram o nome dos favorecidos para "SIGILOSO", para fins de uniformização com os relatórios de passagens aéreas.
32	Migração da carga do Tesouro Gerencial/SIAFI para o ambiente AirFlow/MinIO (Projeto Pitágoras)	Esta migração reduziu sensivelmente o tempo de extração e carga diária das informações, reduzindo todo o processo de 12 horas para 30 minutos, além de inserir um gerenciamento de consistência e falhas, visando a correta e ordenada extração, evitando inconsistências.
33	Universo LOA 2025 – Ordem Bancária e Documentos de Pagamento (Siga Brasil)	Aumento da transparência com a disponibilização de todas as ordens bancárias emitidas pelo governo referentes ao ano 2025. A ordem bancária é o último estágio da despesa e consiste na entrega de numerário ao credor do Estado. É realizado mediante registro no SIAFI por meio do documento Ordem Bancária – OB, que deve ter como favorecido o credor do empenho.
34	Painel Produtividade – ePlenário	Facilitou o acompanhamento da gestão das atividades dos servidores por meio de *Logs* de informações do sistema ePlenário utilizadas para plano de gestão.
35	Painel Produtividade – ORDIA	Facilitou o acompanhamento da gestão das atividades dos Servidores por meio de *Logs* de informações do sistema ORDIA utilizadas para plano de gestão.
36	Painel Produtividade – e-Cidadania	Facilitou o acompanhamento da gestão das atividades dos Servidores por meio de *Logs* de informações do sistema e-Cidadania utilizadas para plano de gestão.
37	Classificador arquivístico de documentos do SIGAD por meio de IA	Reduzir erros manuais no cadastro de documentos e reduzir tempo gasto para reclassificá-los posteriormente. Com a chegada de novos servidores foi possível acelerar a implantação de recursos de IA viabilizando este trabalho.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
38	Painel Qlik Sense SIS para COGISA	Aumento da visibilidade e controle financeiro do plano de saúde do Senado Federal. Disponibilização de dados gerenciais para a COGISA sobre o SIS, tais como análise de glosa, de prestador, de gestão financeira.
39	Painel para o RH (eSocial, Painel Atributos – SEOTIS, Painel Análise Rubricas)	Facilitou a análise de informações do ERGON, eSocial, informações previdenciárias, informações de auditoria dos pagamentos e rubricas. Graças ao esforço dos novos servidores foi viabilizado a entrega desses produtos.
40	Painel apoio CPI das Bets	Redução de tempo gasto nas análises de informações sobre a CPI das Bets.
41	Painel apoio CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas	Redução de tempo gasto nas análises de informações sobre a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas.
42	*Hotsite* Aniversário 30 anos da CONORF	Apresenta ao público e à sociedade a programação dos eventos e comemorações relativas ao aniversário da Consultoria de Orçamento, sendo depois estendida para abarcar os conteúdos, *links* e demais materiais gerados, compondo uma página especial do sítio do Senado Federal.
43	Nova página de fraudes e avaliação dos credenciados no SIS	Criação de nova página com infográficos, informações de prevenção contra fraudes no uso do plano de saúde do SIS e também ferramenta de avaliação de utilização dos serviços de clínicas e serviços credenciados no plano pelo usuário associado.
44	Nova página de boás práticas na Rede Equidade	Melhoria das informações de boas práticas do modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE) na página da Rede Equidade.
45	Nova página de Publicações da IFI	Provê ao usuário uma nova organização das publicações efetuadas pela IFI, com informações mais claras.
46	Nova página da Exposição sobre Tramitação de Matérias no SF	Criação de uma página com a reorganização e publicação do material expositivo confeccionado pela SGM, de modo a compor o Portal de Atividade Legislativa, oferecendo à sociedade informações valiosas para a compreensão do processo de tramitação no Senado.
47	Página do evento P20	Criação de páginas do evento P20 (10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20), realizado em novembro de 2024, com informações de apoio aos participantes.
48	Simulador para cálculo da pensão em caso de morte ou incapacidade	Oferece aos servidores do Senado Federal uma ferramenta prática e acessível para compreender os valores previstos, garantindo mais transparência, agilidade e segurança. Essa inovação foi possível graças à dedicação e expertise dos novos servidores, que desenvolveram uma solução moderna e eficiente, alinhada às necessidades institucionais.
49	Criação de um serviço exclusivo para fiscalização contratual	1. Melhor organização dos procedimentos de fiscalização de contratos; 2. Redução de riscos associados a perda de prazos e controle de quantidades; 3. Redução de riscos associados a descontinuidade contratual; 4. Melhor planejamento do início das instruções de contratos de serviços continuados; 5 Padronização de processos de fiscalização; 6. Segregação de funções, conforme indicado pelas boas práticas; 7. Melhor controle sobre o processo operacional da fiscalização.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
50	Substituição de parte do parque de impressoras por equipamentos novos	1. Atualização tecnológica dos equipamentos permitindo maior segurança, melhor performance e menor tempo de indisponibilidade.
51	Adobe. Mudança da abordagem de distribuição de licenças, passando do modelo fixo por área para o conceito de licenças flutuantes	1. Licenças são alocadas conforme a solicitação dos setores e recuperadas após períodos de inatividade; 2. Otimização e racionalização do uso de forma a atender a todas as demandas com uma quantidade menor de licenças; 3. Redução no total de licenças necessárias para atender a Casa.
52	Sistema de IA para Auxílio na Elaboração de Notas Informativas de PLNs	Implantação de ferramenta de inteligência artificial generativa para automatizar a criação de minutas de notas informativas de projetos de lei do Congresso Nacional (PLN) que gerou redução de até 75% no tempo gasto para a elaboração de minutas (de 4 horas para 1 hora).
53	Uso de IA para Transcrição Automatizada de Sessões	Implantação de IA para transcrição automática das sessões plenárias e reuniões, reduzindo a carga de trabalho dos redatores (~2.500 horas anuais) e alcançando uma precisão superior a 90%. O sistema foi integrado ao Escriba, a principal ferramenta de revisão e publicação.
54	Apresentação de Emendas ao Orçamento via Aplicativo Móvel	A solução viabiliza que senadores e deputados federais apresentem emendas ao orçamento diretamente pelo celular facilitando o processo de envio de emendas de qualquer local com acesso à internet, aumentando a conveniência e eficiência dos parlamentares.
55	Atualização do Aplicativo Senado Digital com Assinatura de Documentos via QR-Code e WhatsApp	A atualização do aplicativo Senado Digital, lançada em maio de 2024, permite que os senadores coletem assinaturas de documentos legislativos por QRCode e WhatsApp. A nova funcionalidade facilita o processo de subscrição e reduz a burocracia, permitindo uma maior agilidade nas atividades parlamentares.
56	Atualizações no Aplicativo Senado Digital para Acompanhamento da Atividade Legislativa	A atualização do aplicativo Senado Digital permite que cidadãos acompanhem as votações, bancadas e normas em tempo real. A integração com o sistema e-Cidadania também permite maior participação popular nas consultas públicas, oferecendo aos parlamentares o *feedback* da população em tempo real.
57	Integração dos painéis para Sessões Conjuntas do Congresso Nacional	A integração dos painéis consolidou as informações de senadores e deputados em uma única interface. Essa inovação permite que os senadores registrem presença e voto tanto pelos postos no Plenário da Câmara quanto pelo aplicativo Senado Digital, trazendo mais clareza e transparência ao processo legislativo.
58	Atualização tecnológica de sistemas legislativos (Parlam, SISCON, Gestão Gabinete, eplenario e Ordia)	A atualização dos sistemas permitiu, entre outras coisas, a integração das bases de dados do Sistema de Votação Eletrônica (SVE), utilizado em Plenário, e o Legis, que faz a gestão dos processos legislativos. As atualizações aumentaram de produtividade e eficiência nas atividades desenvolvidas pelos servidores da SGM.
59	Inteligência artificial para explicação de matéria legislativa em linguagem simplificada	Implantação de solução com uso de inteligência artificial para explicação da matéria em linguagem simplificada.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
60	Manutenção e execução do Programa de Conscientização em Segurança da Informação do Senado Federal	1. Atende conformidades legais e regulatórias; 2. Colabora na prevenção de vazamentos de dados sensíveis e de ataques cibernéticos; 3. Reduz riscos operacionais ao capacitar servidores e colaboradores sobre boas práticas; 4. Fomenta uma cultura de responsabilidade digital entre os profissionais, assegurando a integridade das operações legislativas e administrativas.
61	Avaliações contínuas de segurança de *software*	1. Identifica e corrige vulnerabilidades em sistemas do Senado antes que sejam exploradas por cibercriminosos; 2. Aprimora proteção a dados sensíveis e amplia garantias de continuidade das operações legislativas; 3. Demonstra o comprometimento da instituição com boas práticas de segurança da informação e conformidade com regulamentações.
62	Revisão e elaboração documental de ordem normativa	1. Política Corporativa de Gestão de Incidentes (PCGIS) do Senado Federal elaborada; 2. Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) revisada; 3. Metodologia de Testes de Segurança estruturada; 4. Documentação de formalização da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) elaborada.
63	Monitoramentos contínuos de ações institucionais de Segurança da Informação e Segurança Cibernética	1. Asseguram que ações e projetos do Plano de Ação de Segurança Cibernética (PASC) permaneçam prioritários frente às demandas do PDTI e outras iniciativas; 2. Garantem que as ações que mobilizam o crescimento dos indicadores de maturidade *SegInfo&Cyber* mantenham seu curso e/ou prioridades.
64	Implantação do Modelo de Desenvolvimento Departamental de Aplicações no Senado Federal	Autonomia às áreas do Senado para construção de soluções de apoio a processos departamentais, dando vazão a necessidades represadas e reduzindo a dependência das equipes da TI corporativa.
65	Novo repositório de documentos digitais para a Polícia Legislativa	Tecnologia atualizada e especializada para o armazenamento e processamento de conteúdo digital dos sistemas da Polícia Legislativa, conferindo maior confiabilidade e proteção aos dados da unidade.
66	Atualização tecnológica da arquitetura e da plataforma de desenvolvimento de sistemas de informação	Modernização das tecnologias para desenvolvimento e execução de *software* no ambiente de nuvem interna do Senado, melhorando a eficiência da sustentação das soluções de TI, aumentando a segurança e dando mais possibilidades e recursos técnicos para as equipes de desenvolvimento de *software*.
67	Contratação de serviço para sustentação da solução de Gestão de Identidades e Acesso	Qualificação do suporte técnico à solução de gestão de contas da Rede Senado e dos grupos de acesso padrão, reforçando a segurança da informação.
68	Implantação do Modelo de Gestão de Portfólio de Aplicações (APM) (em andamento, entrega parcial)	Quando concluído, proverá informações objetivas à alta Administração para qualificar a tomada de decisão estratégica sobre os investimentos nos sistemas de informação corporativos.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
69	Implantação do Processo de Gestão de Testes de *Software* no Prodasen (em andamento, entrega parcial)	Quando concluído, proverá melhor planejamento e execução dos processos de garantia da qualidade de sistemas de TI, contribuindo para a maior estabilidade e segurança das soluções tecnológicas. A execução desse projeto está sendo viável graças à chegada de novos servidores.
70	Implantação da Autenticação Multifator para Aplicações por meio da integração do *login* com a conta na nuvem Microsoft (em andamento, entrega parcial)	Quando concluído, proverá aumento da segurança do acesso às aplicações, dando mais resiliência ao ambiente contra eventual captura de credenciais de usuários.
71	Proposta de licença padrão para compartilhamento de *software* de propriedade do Senado (em andamento, entrega parcial)	Quando concluído, proverá adequação do Senado à legislação referente a *software* livre e padronização dos critérios técnicos para cedência dos sistemas do Senado para outros órgãos e para a comunidade.
72	Implantação do processo de sustentação de *software*, com foco em redução de dívida técnica e de vulnerabilidades (em andamento, entrega parcial)	Quando concluído, proverá direcionamento para as equipes de TI protegerem suas soluções da obsolescência tecnológica e das vulnerabilidades, aumentando a qualidade e a segurança das soluções de TI do Senado.
73	Contratação de Capacitação Corporativa *Online* Especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação	A contratação de capacitação corporativa *online* especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), como a oferecida pela plataforma Udemy, agrega significativo valor ao Prodasen. Essa iniciativa promove a atualização contínua dos servidores, mantendo-os alinhados às mais recentes práticas e tecnologias do mercado. Além disso, a flexibilidade e acessibilidade dos cursos *online* otimizam o tempo, sem comprometer as demandas operacionais. O investimento nessa capacitação fortalece a inovação, melhora a eficiência na execução de projetos e fomenta uma cultura organizacional orientada ao aprendizado e à excelência. Por fim, essa estratégia eleva o padrão de serviços prestados, contribuindo para a modernização do Senado Federal. A contribuição técnica dos novos servidores está sendo fundamental para a contratação e administração da plataforma.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
74	Contratação de Serviços técnicos especializados de pesquisa, assessoramento e aconselhamento imparcial em TI	A contratação de serviços técnicos especializados de pesquisa, assessoramento e aconselhamento imparcial em Tecnologia da Informação (TI), como os oferecidos pela Gartner, adiciona grande valor ao Prodasen. Esses serviços fornecem análises estratégicas baseadas em dados confiáveis e tendências globais, auxiliando na tomada de decisões fundamentadas. Além disso, o acesso a relatórios e consultorias especializadas otimiza a gestão de projetos e recursos, promovendo maior eficiência e inovação. Essa parceria fortalece a capacidade do Prodasen de antecipar desafios tecnológicos e alinhar suas iniciativas às melhores práticas do mercado. Assim, contribui para a modernização contínua e a excelência nos serviços do Senado Federal.
75	INFOVIA para as residências oficiais	Garantia de conexões mais rápidas e estáveis entre as residências oficiais e o Senado, redução de custos com manutenção e maior confiabilidade ao utilizar fibra ótica.
76	Implantação do Oracle ExaCC	Aumento significativo no desempenho, resiliência e segurança dos bancos de dados, garantindo alta disponibilidade para aplicações corporativas críticas do Senado Federal.
77	Validação da Redundância Elétrica da Sala Cofre	Maior resiliência da infraestrutura do d*ata cente*r, permitindo manutenções sem interrupção dos serviços e mitigando riscos operacionais.
78	2º fator de autenticação na VPN	Elevação do nível de segurança no acesso a informações sensíveis do Senado, reduzindo significativamente os riscos de ataques de força-bruta e vazamentos de dados.
79	Renovação do parque de estações de trabalho e *notebooks*	Modernização do parque tecnológico, garantindo maior desempenho e confiabilidade para os servidores e suas atividades cotidianas.
80	Expansão da rede sem fio	Melhoria na cobertura e capacidade da rede sem fio, atendendo ao Plenário e demais áreas com maior eficiência e conectividade moderna.
81	Implantação de novo subsistema de armazenamento	Maior capacidade e desempenho no armazenamento de dados, garantindo suporte eficiente às operações e maior agilidade no acesso a informações críticas.

5.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.3.1 IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A implementação da Lei nº 14.133/2021 no Senado Federal vem ocorrendo desde sua promulgação, em 2021. Em 2024, a Administração da Casa seguiu realizando novas ações para se adequar às novas exigências legais:

– **Criação da Assessoria de Apuração de Infrações e de Responsabilização de Licitantes e Contratados - ASRESP**. Diante da necessidade imposta pela Lei nº 14.133/2021, de instauração de comissão processante para o processamento de infrações sujeitas a impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, foi criada a ASRESP. Trata-se de uma assessoria especializada incumbida de processo de apuração de infração e de responsabilização administrativa, desde a análise preliminar da necessidade de apuração, incluindo eventual designação de comissão processante, até fase dos recursos finais e publicização das decisões.

– **Revisão dos procedimentos da Secretaria de Administração e Contratações - SADCON.** Visando se adequar plenamente às novidades da Lei nº 14.133/2021, a SADCON revisou todos os seus procedimentos internos. Destaca-se, entre os diversos ajustes que se fizeram necessários, a reestruturação das dispensas de licitação, notadamente as fundamentadas nos incisos I e II do artigo 75 da Nova Lei, que sofreram relevantes modificações. A implantação das dispensas eletrônicas modernizou a forma como esses processos de contratação são conduzidos. Sua completa digitalização trouxe maior transparência, reduziu a incidência de fraudes e ampliou a competitividade, permitindo que um número maior de fornecedores participasse dos processos.

Todos os esforços para adequar-se à nova lei foram reconhecidos em avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) e internamente pela Auditoria do Senado Federal (AUDIT). O sucesso decorre do apoio da Comissão Diretora, Primeira-Secretaria, Diretoria-Geral e servidores, que realizaram estudos, revisões normativas, capacitações e ajustes sistêmicos para garantir uma transição eficaz e responsável à nova lei:

– **Reconhecimento do TCU:** O Tribunal de Contas da União, ao avaliar a aplicação da Lei nº 14.133/2021 na Administração Pública Federal, constatou um baixo grau de adoção geral, devido a atrasos na regulamentação e desafios de governança. Em contraste, o Senado Federal obteve 1º lugar entre os órgãos da Administração Direta no ranking de aplicação da nova lei, conforme o Acórdão nº 2154/2023-TCU-Plenário. Ao excluir contratações hospitalares da EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, o Senado ficou em 2º lugar no ranking absoluto, atrás apenas do IFSP – Instituto Federal São Paulo (autarquia educacional, que, por sua natureza, realiza diversos procedimentos de dispensa de licitação). O reconhecimento pelo TCU reforça a imagem institucional do Senado como referência em modernização, transparência e boas práticas em licitações.

– **Reconhecimento interno:** O sucesso quanto à implementação da Lei nº 14.133/2021 também ficou demonstrado na avaliação realizada pela Auditoria do Senado Federal em 2024,

a qual abordou cinco temas: gestão interna e competências, riscos e controles, planejamento de contratações, responsabilidade socioambiental e integridade. O relatório apontou avanços significativos, como normativos internos, capacitação de servidores e adoção de um sistema eletrônico para contratações, além de desafios na adesão de fornecedores a critérios de sustentabilidade.

5.3.2 MELHORIA CONTÍNUA DAS CONTRATAÇÕES

Melhorar as contrações da Casa é um ato contínuo que vai para além das necessidades impostas legalmente. Em 2024, além de continuar se adaptando às exigências legais, o Senado Federal realizou as seguintes ações para aprimorar a eficiência e transparência em suas contratações:

– **Criação da Assessoria de Apoio Ao Comitê de Contratações - ASCONT.** Em 2024, foi formalizada essa estrutura organizacional dedicada às atividades de governança de contratações: análise prévia de solicitações de contratação, controle das deliberações, gestão do plano de contratações, intermediação da relação entre órgãos técnicos e Comitê de Contratações, acompanhamento de processos críticos e prioritários, entre outros.

– **Nova Tela para elaboração do Documento de Formalização de Demanda – DFD no Sistema Integrado de Contratações - SENiC.** Na virada do ano para 2025 foi lançada nova tela no SENiC para elaboração de DFD, tornando-o mais robusto e com mais subsídios para a análise e decisão do órgão técnico. A lógica de preenchimento ficou mais intuitiva e permite a inserção de vários DFDs de uma única vez.

– **Alinhamento das demandas de contratação ao Planejamento Estratégico da Casa.** Em 2024, foi retomada a associação das contratações a projetos estratégicos do Senado, permitindo identificar processos essenciais para o cumprimento das prioridades da casa e o nível de dependência dos objetivos estratégicos à execução do plano de contratações.

– **Implantação do Painel Gerencial de Contratos e Outras Avenças.** Em 2024, foi concluída a elaboração de painel onde é possível visualizar todos os contratos e outras avenças vigentes no Senado, e que permite a estratificação por órgão técnico, valores e tipos de contratação. São informações relevantes que permitem agilizar a tomada de decisões por parte dos gestores do Senado.



5.3.3 CONTRATAÇÕES DIRETAS HOMOLOGADAS EM 2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
Art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/93	1	R$ 1.467.016,61
Art. 75, II, da Lei nº14.133/2021	15	R$ 230.755,83
Art. 75, III, da Lei nº 14.133/2021	1	R$ 2.098,00
Art. 75, IX, da Lei nº 14.133/2021	2	R$ 175.326,00
Art. 75, XV, da Lei nº 14.133/2021	2	R$ 38.211.066,00
TOTAL	**21**	**R$ 38.619.245,83**
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	**QUANTIDADE**	**VALORES**
Art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021	1	R$ 499,99
Art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021	31	R$ 7.638.135,05
Art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021	1	R$ 240.000,00
Art. 74, III, "c", da Lei nº 14.133/2021	1	R$ 1.020.220,00
Art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021	51	R$ 1.047.693,80
Art. 74, IV, c/c 79, II, da Lei nº 14.133/2021	8	R$ 53.970.294,94
TOTAL	**93**	**R$ 63.916.843,78**
TOTAL DE CONTRATAÇÕES DIRETAS EM 2024	**114***	**R$ 102.536.089,61**

FONTE: Planilha de Controle Gerencial da COCDIR
*16 (dezesseis) a mais do que em 2023. Ver https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/egov/relatorio-de-gestao-2023-5a.pdf.p.113.

TOTAL DE LICITAÇÕES CONCLUÍDAS EM 2024	147	
Concorrência	1	
Pregão	146	
Lei nº 14.133	147	
Adjudicados	134	
Fracassados	4	
Anulados	3	
Revogados	1	
Suspensos	5	
		VALOR TOTAL LICITADO
ADJUDICADOS	**134**	R$ 281.848.531,07
Aquisições	69	R$ 50.943.774,44
Serviços	54	R$ 116.294.548,83
Mão de obra	11	R$ 114.610.207,80
Obra	0	-
PREGÕES DE 2024 EM ANDAMENTO EM 2025	**5**	Não se aplica

5.4 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

5.4.1 CONTRATOS CELEBRADOS PELA COORDENAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Contrato	Contratada	Objeto - Em andamento	Valor	Endereço eletrônico
CT 74/2022	MH TECNOLOGIA LTDA	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia, para a nova Central de Geração de Energia Elétrica de Emergência do SENADO FEDERAL, incluindo o fornecimento de equipamentos eletrônicos, motores e componentes, execução de serviços de infraestrutura e a prestação de serviços de assistência técnica, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos	R$ 12.820.000,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6179
CT 31/2023	LÍDER CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia, visando a adequação da iluminação viária da região ao norte da Avenida N2 - Complexo da SEGRAF e do INTERLEGIS - para o SENADO FEDERAL	R$ 2.497.997,45	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6603
CT 122/2024	CONSTRUTORA FREDERICO BAZAGA LTDA	Contratação de empresa para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a reforma do subsolo do Anexo 1 do Senado Federal, com a elaboração dos Projetos Executivos de Segurança do Trabalho, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital	R$ 366.496,98	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7812
CT 65/2024	ALTRI CONSTRUTORA LTDA	Fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a implementação de infraestrutura elétrica e sistema de climatização por split para o Bloco 17 do Senado Federal	R$ 356.996,88	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7500
CT 161/2024	NINA ENGENHARIA LTDA	Fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a reforma do Bloco 17 do Senado Federal para criação de espaço de coworking na Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade do Senado Federal - SAFIN, com a elaboração dos Projetos Executivos de Segurança do Trabalho	R$ 489.842,15	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7890

Contrato	Contratada	Objeto - Em andamento	Valor	Endereço eletrônico
CT 163/2016	SPM ENGENHARIA SS LTDA	Lote 1 - Acessibilidade + Combate a Incêncio	R$ 1.657.592,95	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/3933
CT 54/2017	SPM ENGENHARIA SS LTDA	Lote 3 - Acessibilidade + Combate a Incêncio	R$ 3.380.000,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/4138
CT 114/2024	OLIVEIRA ARAÚJO ENGENHARIA LTDA - EPP	Prestação de serviços de Levantamentos e Diagnósticos, Estudo Preliminares, Anteprojetos (com Revisão e Atualização de Projetos Existentes) e Projetos Executivos para os Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (incluindo Acessibilidade e Segurança de Pessoa com Deficiência) no Complexo Arquitetônico do Senado Federal	R$ 1.467.016,60	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7811
CT 159/2024	L7 Construtora LTDA	Fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando reforço da estrutura e das fundações do Bloco 14 do Senado Federal.	R$ 4.599.000,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7891
CT 209/2023	ENGELEC - ENGENHARIA ELETRICA E CIVIL LTDA	Execução de obras de engenharia para a implementação do Centro Cultural dos Poderes da União em terreno cedido ao Senado Federal, por meio do regime de empreitada integral, compreendendo a elaboração de projetos executivos, execução de serviços de infraestrutura e obtenção de autorizações dos órgãos competentes para viabilizar a execução, quando e se couber	R$ 25.502.766,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7229
CT 99/2024	VALORIZA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (VALORIZA CONSTRUTORA)	Fornecimento de insumos e prestação de serviços de engenharia visando a melhoria de iluminação natural e artificial do Salão Nobre e do Museu do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos	R$ 31.999,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7614
CT 145/2024	ENGEMIL ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA	Fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a instalação de pontos de carregamento para veículos elétricos na garagem dos blocos C/G e D da SQS 309, administrados pelo Senado Federal	R$ 1.296.770,41	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7868

Contrato	Contratada	Objeto - Em andamento	Valor	Endereço eletrônico
CT 82/2024	GTX ENGENHARIA LTDA	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Elaboração de Levantamentos como construído (“AS-BUILT”), Estudo Preliminar, Anteprojeto, Cronograma de Execução e Orçamentos para reforma e modernização dos estúdios, cabines de gravação, central técnica e sala de manutenção da Rádio Senado	R$ 73.500,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7792
CT 209/2024	CR CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	Contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a instalação de películas antivandalismo no Senado Federal	R$ 760.950,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/8002
CT 213/2024	Engsep Engenharia	Fornecimento de insumos e a prestação de serviços comuns de engenharia visando a substituição do sistema de controle e automação das bombas de drenagem de águas pluviais e esgoto do Bloco 1 do Senado Federal, por meio de regime de empreitada integral	R$ 624.327,81	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/8011
CT 202/2024	Felipe Martins de Freitas Ferreira	Contratação de empresa para fornecimento e instalação de barreira física com porta de vidro temperado no acesso interno à galeria de público do Plenário do Senado Federal	R$ 5..397,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7989
CT 203/2024	PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	Prestação de serviços de investigação técnica, modelagem, laudos e projeto executivo de reforço da estrutura e das fundações do Bloco 2 do Senado Federal, por meio do regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL	R$ 98.760,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7984
CT 214/2024	Felipe Martins de Freitas Ferreira	Contratação de empresa para fornecimento e instalação de porta automática de vidro temperado no acesso principal à Biblioteca do Senado Federal	R$ 36.230,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7988

5.4.2 CONTRATOS CELEBRADOS E CONCLUÍDOS NO ANO 2024

Contrato	Contratada	Objeto - Finalizadas em 2024	Valor global	Endereço eletrônico
CT 136/2023	SPI MANUTENCAO E INSTALACAO INDUSTRIAL LTDA (SPI DUTOS E CLIMATIZACAO)	Fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a implementação de sistema de climatização para a sala de leitura da Biblioteca do Senado Federal, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos, que são parte integrante deste contrato para todos os fins	R$ 215.996,98	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7023
CT 94/2024	DFC ENGENHARIA LTDA	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia, visando a atualização e complementação da infraestrutura do Túnel do Tempo, para ações comemorativas relacionadas aos 200 anos do SENADO FEDERAL.	R$ 98.000,00	https://www6g.senado.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7579
CT 49/2022	CBC - CONSTRUTORA BRASIL CENTRAL EIRELI	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de engenharia, com o fornecimento de insumos necessários, visando a substituição das esquadrias nas Residências Oficiais do SENADO FEDERAL, nos Blocos “C”, “D” e “G” da SQS 309, na cidade de Brasília - DF	R$ 8.393.256,46	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6077
CT 61/2024	EXO COMPANY PARTICIPACOES LTDA	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de montagem, desmontagem, planejamento, uso de tecnologias imersivas, organização, execução e operacionalização para as ações expositivas, produtos e serviços correlatos, visando as comemorações do Bicentenário do SENADO FEDERAL	R$ 3.011.805,90	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7482
CT 162/2023	CHEVRON COMÉRCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO LTDA	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos e serviços comuns visando a substituição do carpete Azul Royal, no piso do Plenário do SENADO FEDERAL	R$ 246.800,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7071
CT 175/2022	ICTUS SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA	Usina fotovoltaica do BL14	R$ 649.313,94	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6517

Contrato	Contratada	Objeto - Finalizadas em 2024	Valor global	Endereço eletrônico
CT 145/2022	ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia, visando a substituição do Sistema de Geração de Emergência do ramal de entrada do Bloco 02 do SENADO FEDERAL - Interlegis - incluindo a prestação de serviços de assistência técnica aos equipamentos eletrônicos, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos	425988,99	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6437
CT 96/2024	ABSOLUT TECHNOLOGIES PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	Contratação de empresa para fornecimento de telas interativas (touch screen), bem como construção e instalação de seus suportes no corredor conhecido Túnel do Tempo, para a Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal.	R$ 261.758,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7763

5.4.3 CONTRATOS CELEBRADOS PELA COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO DA SINFRA

Contrato	Contratada	Obras/serviços de manutenção ou demanda contínua	Valor global	Endereço eletrônico
CT 34/2021	SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA	Prestação de serviços de manutenção e assistência técnica, para 15 (quinze) nobreaks da marca Schneider Electric Galaxy 5500, instalados no Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, peças e insumos novos e originais, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	R$ 1.080.753,55	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/5446
CT 119/2021	ROCHA CONTROLS MONTAGEM E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio, instalados no Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL, incluindo o fornecimento de peças/materiais, a medida que houver necessidade, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos	R$ 965.031,51	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/5880

Contrato	Contratada	Obras/serviços de manutenção ou demanda contínua	Valor global	Endereço eletrônico
CT 160/2022	GENFORCE ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP.	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, incluindo o fornecimento de materiais/peças quando necessário, nos grupos motores-geradores do Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos	R$ 94.2483,30	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6493
CT 93/2022	ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos e a prestação de serviços comuns de engenharia, visando a substituição do Sistema de Geração de Energia Elétrica de Emergência, localizado no ramal de entrada da Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - PRODASEN - incluindo a prestação de serviços de assistência técnica durante o período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos	R$ 35.980,56	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6282
CT 133/2016	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	Contrato de Uso de Sistema de Distribuição - CUSD - entre o SENADO FEDERAL e a CEB Distribuição S/A, de energia elétrica para as unidades consumidoras de identificação nº 466.453-1; 491.042-7; 491.747-2; 491.750-2; 493.169-6; 605.120-0; 623.849-1; 675.051-6; 966.027-5 e 1.089.425-X, durante o período indeterminado de vigência contratual.	R$ 4.700.000,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/3841
CT 134/2016	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	Contrato de Compra de Energia Regulada - CCER - entre o SENADO FEDERAL e a CEB Distribuição S/A, de energia elétrica para as unidades consumidoras de identificação nº 466.453-1; 491.042-7; 491.747-2; 491.750-2; 493.169-6; 605.120-0; 623.849-1; 675.051-6; 966.027-5 e 1.089.425-X, durante o período indeterminado de vigência contratual.	R$ 52.493.045,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/3842
CT 76/2021	RCS TECNOLOGIA S/A	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e materiais novos e originais necessários ao perfeito funcionamento dos elevadores, plataformas elevatórias e monta-cargas no Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos	R$ 26.377.525,83	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/5685

Contrato	Contratada	Obras/serviços de manutenção ou demanda contínua	Valor global	Endereço eletrônico
CT 91/2023	TK ELEVADORES BRASIL LTDA	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e materiais novos e originais necessários ao perfeito funcionamento dos elevadores, plataformas elevatórias e monta-cargas no Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos	R$ 1.906.850,10	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6836
CT 11/2024	R7 FACILITIES – MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Manutenção de ar condicionado	R$ 15.0999.51,30	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/7301
CT 75/2021	AMBIENTALIS ANÁLISES DE AMBIENTES LTDA - EPP	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de avaliação da qualidade do ar no SENADO FEDERAL	R$ 112.190,70	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/5673
CT 153/2020	OVER ELEVADORES LTDA - ME	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de modernização e assistência técnica do Sistema de Elevadores do SENADO FEDERAL, instalados nos Blocos “C”, “D” e “G” da SQS 309, na cidade de Brasília - DF, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças e materiais novos e originais, bem como a prestação de garantia dos serviços de modernização, para os 12 (doze) elevadores, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos, a vigorar a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo	R$ 2.658.111,65	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/5338
CT 155/2022	RCS TECNOLOGIA S/A	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados e sob demanda, referentes à operação, manutenção preventiva e corretiva do Sistema Hidrossanitário no Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL, incluindo o fornecimento de suprimentos, insumos e de mão de obra necessários à plena execução dos serviços, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos.	R$ 10.625.058,18	CT 52/2024

Contrato	Contratada	Obras/serviços de manutenção ou demanda contínua	Valor global	Endereço eletrônico
CT 52/2024	CONSTRUTORA PORTO S.A	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos e sob demanda, referentes à manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas construtivos e prediais do Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL - CASF - e das Residências Oficiais, relativos à manutenção de revestimento, vedação, forro, pintura, pavimentação viária, vidraçaria, impermeabilização, estruturas, fundações e de infraestruturas civis, incluindo o fornecimento de materiais, ferramentas e de mão de obra especializada para a execução dos serviços sob demanda, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.	R$ 38.711.718,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6594
CT 165/2016	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB	Contratação de empresa prestadora, de forma contínua, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a serem utilizados no Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB - durante o período indeterminado de vigência contratual.	R$ 13.500.000,00	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/3931

5.4.4 CONTRATOS CELEBRADOS PELA COORDENAÇÃO DE PROJETOS E REFORMAS DA SINFRA

Contrato	Contratada	Objeto - Em andamento	Valor	Endereço eletrônico
RP 100/2023	HOLDING CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Contratação de empresa, por meio do regime de empreitada por preço unitário, para fornecimento de serviços comuns de engenharia no âmbito do Complexo Arquitetônico e residências funcionais dos parlamentares do Senado Federal	R$ 10.771.850,05	https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/atas-de-registro-de-preco/4497

5.4.5 OBRAS E REFORMAS DE ACESSIBILIDADE

5.4.5.1 Obras e Reformas com Execução via Coemat

Redmine	Categoria	Obras e reforma	Fase do Projeto
158237	Corrimão	COOPERA – COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL – Instalação de corrimão	Em Andamento
155794	Rampa e Corrimão	SRSF (SECRETARIA RÁDIO SENADO) – Complementação de rampa e instalação de guarda-corpo na entrada da Rádio Senado	Em Andamento
156716	Calçada e Rampa	NCAS – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	Aguardando Aprovação
156514	Banheiros	COVISITA – Reforma e adequação do banheiro do Salão Negro às normas e padrões de acessibilidade	Em Andamento
145464	Corrimão	COAPES – Instalação de corrimão em escada no Bloco 10	Aguardando Aprovação
138406	Calçada	SINFRA – Execução de adaptações para acessibilidade na calçada da via N2	Em Andamento
137129	Calçada	NCAS – Construção de calçadas nas trilhas de visitação do Viveiro do Senado	Concluído
137126	Estacionamento	SINFRA – Adaptação da vaga de deficiente existente na via de acesso à Chapelaria às normas técnicas vigentes	Em Andamento
128936	Estacionamento	SINFRA – Redimensionamento das vagas do estacionamento próximo à taquigrafia	Em Andamento
128909	Estacionamento	SINFRA – Levantamento e atualização cadastral das vagas de estacionamentos do CASF	Concluído
128905	Estacionamento	COATEN – Demarcação de vaga para Pessoa com Deficiência no Bloco 16	Em Andamento
128876	Calçada e Rampa	SPOL – Reforma no jardim externo do Bloco 2 para adaptação à rota de fuga	Em Andamento
109945	Espaço Físico	GSFARN – Gabinete do senador Flávio Arns – Reforma para acessibilidade	Em Andamento
107102	Rampa	SCOM – Construção de duas rampas para cadeirantes (em continuidade no Projeto COPRE #111029)	Concluído
99514	Banheiros	SPOL – Ampliação/realocação do banheiro masculino	Em Andamento
98551	Espaço Físico	COARQ – Alteração de Leiaute na sala do Serviço de Protocolo (SEPROT)	Concluído

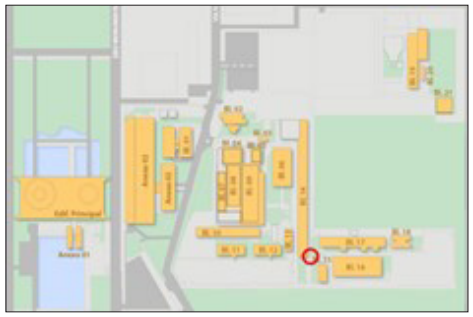
92480	Espaço Físico	GBDGER – Reforma Almoxarifado I bloco 4 – Liga do Bem	Concluído
91065	Banheiros	NCAS – Adequação dos banheiros para PCDs (masculino e feminino) no Bloco 11	Em Andamento

5.4.5.2 Calçadas, rampas e sinalização horizontal: (Concluídos)

Redmine	Categoria	Obra e reforma	Fase da intervenção
158141	Banheiro	Reforma do Banheiro Acessível do Salão Negro	Suspensa
158486	Calçada	Pintura de caminho seguro	Em andamento
156902	Calçada	Execução de adaptações para acessibilidade nas calçadas ao longo da via N2	Concluído
154092	Pavimentações, proteções mecânicas para pedestres e sinalizações	Manutenção semestral das áreas descobertas	Em andamento
152801	Pavimentações, proteções mecânicas para pedestres e sinalizações	Manutenção semestral das áreas descobertas	Em andamento
152674	Pavimentações, proteções mecânicas para pedestres e sinalizações	Manutenção semestral das áreas descobertas	Em andamento
152673	Pavimentações, proteções mecânicas para pedestres e sinalizações	Manutenção semestral das áreas descobertas	Em andamento
152457	Pavimentações, proteções mecânicas para pedestres e sinalizações	Manutenção semestral das áreas descobertas	Em andamento
152317	Pavimentações, proteções mecânicas para pedestres e sinalizações	Manutenção semestral das áreas descobertas	Em andamento
152290	Pavimentações, proteções mecânicas para pedestres e sinalizações	Manutenção semestral das áreas descobertas	Em andamento
145502	Pavimentações, proteções mecânicas para pedestres e sinalizações	Manutenção semestral das áreas descobertas	Em andamento
152271	Pavimentações, proteções mecânicas para pedestres e sinalizações	Manutenção semestral das áreas descobertas	Em andamento
151950	Calçadas	Recuar a cancela que atrapalha o projeto de acessibilidade	Concluído
141464	Calçadas	Acessibilidade nas calçadas de pedras portuguesas	Em andamento
154714	Banheiro	Adequação nos banheiros do Bloco 12 – ILB	Em andamento
144467	Banheiro	Reforma dos banheiros do Viveiro	Concluído

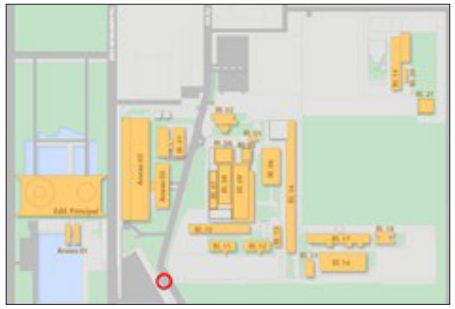
5.4.5.3 Vagas nos estacionamentos do casf

OS 34503 – Revitalização da faixa de pedestres na VI07 (entre espaço do Servidor e Bloco 16), das duas faixas de pedestres localizadas nas vias VI06 (Atrás do Bloco 14 e próximo ao espaço do Servidor) e da Faixa de Pedestres no ES11 (atrás do Bloco 16);





OS 34619 – Realizar a pintura de sinalização viária de revitalização da faixa de pedestre da guarita N2;





OS 35006 e OS 37005 – Recomposição faixa elevada em frente à SINFRA;



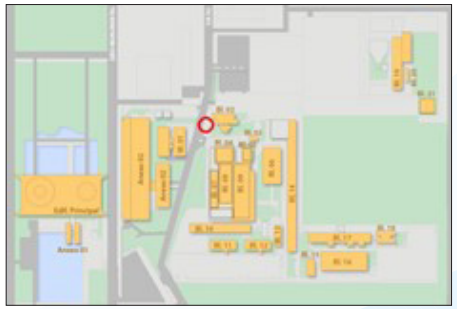


OS 38695 e OS 39930 – Reforma faixa elevada no início da Via 04 (Via do BL14);

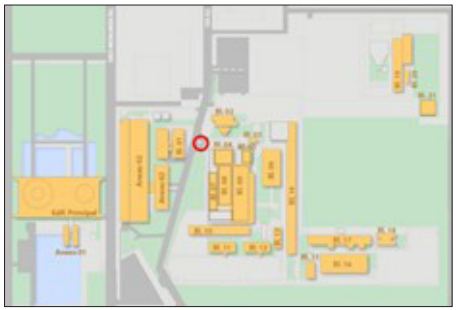




OS 29507 – Calçada de concreto do Edifício Interlegis;

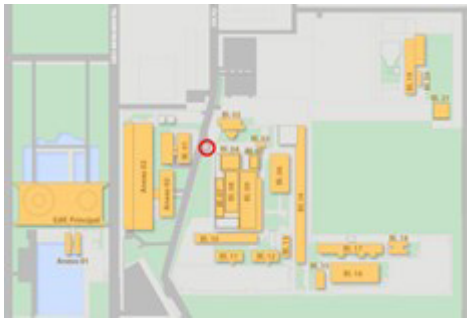


OS 28313 – Pintura da sinalização horizontal da guarita da gráfica – SEPEX;





OS 20550 – Rampa para entrar na faixa de pedestre em frente à guarita da gráfica;

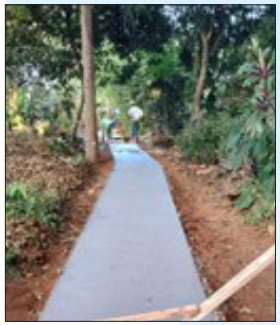




OS 40600 – Pintura de caminho seguro: em fase final de execução;

OS 27282 e OS 29371 – Trilhas de concreto no Viveiro;





OS 39103 – Rampa para entrar na faixa de pedestre em frente à guarita da gráfica.





5.4.4 OUTROS PROJETOS

OS 32475 – Reforma banheiro Viveiros.





VAGAS NOS ESTACIONAMENTOS DO CASF

	Vagas PCD	Vagas Idoso
Anexo 1 – Ter - ES01	10	6
Subsolo do anexo 2	9	13
ADJ. DO ED. PRINCIPAL	2	0
ADJ. ANEXO 2 – ES03	1	1
ADJ. ANEXO 2 – ES02	2	3
Subsolo Interlegis	0	0
ADJ. Interlegis – ES04/05	6	28
ADJ. BL. 11 e 12 – ES07	7	18
ADJ. BL. 16 – ES09 e VI07	6	5
ADJ. BL. 14 – ES08, VI04 e VI06	7	6
Est. Norte – ES11	3	27
ADJ. BL. 10 – ES06	2	7
ADJ. GRÁFICA – VI01 e VI03	7	3
Est. PRODASEN	4	7
Est. COTRAN	2	4
Total individual	68	128
Total geral	**196**	

5.5 GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial, inclusive a administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal, encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

- Constituição Federal de 1988, artigo 70
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
- Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018
- Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2015
- Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2014

CONTRATO	OBJETO	VALOR
CT 07/2022	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços nas categorias de garçom, cozinheiro, arrumador, lavador/passador, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais e chaveiro para atuação no Senado e residência oficial.	R$ 2.265.542,28
CT 106/2021	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio operacional na área de administração patrimonial, com o fornecimento de postos de trabalho de montador de bens patrimoniais, carregador e tombador/avaliador.	R$ 3.685.013,40
CT 163/2024	Prestação de serviços de suporte ao Serviço de Sinalização em atividades específicas, envolvendo postos de serviço para as categorias Técnico Designer Gráfico de Sinalização e Montador de Sinalizações, com atualização nas dependências do Senado Federal.	R$ 736.494,24
CT 193/2024	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de agente de portaria nas dependências dos Blocos “C”, “G” (edificação conjugada) e “D” da SQS 309.	R$ 636.217,20
CT 80/2019	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação de elevadores, abrangendo as categorias de ascensorista diurno, noturno e controlador de tráfego diurno.	R$ 1.814.867,88

CONTRATO	OBJETO	VALOR
CT 53/2019	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, nas dependências do SENADO FEDERAL.	R$ 31.645.603,20
CT 81/2023	Prestação de serviços de locação de veículos automotores para o SENADO FEDERAL, sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos veículos, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros, impostos e taxas, visando o atendimento ao senhor presidente e sua segurança pessoal, senhores senadores da República e a Alta Direção da Casa, em deslocamentos no Distrito Federal.	R$ 4.681.311,36
CT 51/2020	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação e suporte na Central de Atendimento de Telecomunicações da Coordenação de Telecomunicações do SENADO FEDERAL – COOTELE/SF – com a disponibilização de equipe técnica residente, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	R$ 1.510.311,36
CT 84/2020	Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC – para o SENADO FEDERAL, a partir dos PABX MX-ONE 7, nas seguintes modalidades: Local (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel); Longa Distância Nacional – LDN (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel); Longa Distância Internacional – LDI; Discagem Direta Gratuita – DDG; Serviço de Conexão à Internet – SCI – de alta velocidade e linhas diretas e linhas privadas de voz e dados, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos.	R$ 267.240,36
CT 13/2022	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação e reparação de redes telefônicas, no Conjunto Arquitetônico do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	R$ 2.242.312,80
CT 40/2022	Prestação de serviços de locação de veículos automotores, no Distrito Federal – DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros e taxas, visando o atendimento às atividades do SENADO FEDERAL.	R$ 2.939.163,60
CT 59/2022	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de programação, operação e manutenção dos PABX, da marca Ericsson, modelo MX-ONE e periféricos, incluindo o fornecimento de mão de obra residente, em regime de plantão e a reposição de peças/componentes utilizados, mediante o ressarcimento tabelado, para a Secretaria de Patrimônio do SENADO FEDERAL – SPATR/SF – durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	R$ 1.933.540,31
CT 70/2022	Prestação de serviços de dedetização, descupinização e desratização, incluindo o controle sanitário integrado no combate às pragas urbanas – escorpiões, traças e mosquitos – em todas as áreas do SENADO FEDERAL, suas dependências, a Residência Oficial da Presidência, localizada na Península dos Ministros – Lago Sul – e dos senhores senadores, na SQS 309, na cidade de Brasília-DF.	R$ 12.436,52
CT 76/2019	Prestação de serviços continuados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, não perigosos, abrangendo as etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação ou disposição final ambientalmente adequada, gerados nas dependências do SENADO FEDERAL.	R$ 153.123,00
CT 108/2021	Prestação de serviços de motorista (sem veículo), ajudante e atendente, visando a condução dos veículos locados pelo SENADO FEDERAL, bem como os de sua propriedade e na operação de atividades de transporte de servidores.	R$ 5.942.611,08
CT 111/2022	Fornecimento de assinaturas eletrônicas, para acesso digital irrestrito aos veículos de comunicação – jornais e revistas.	R$ 197.046,72

CONTRATO	OBJETO	VALOR
CT 12/2024	Contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos CORREIOS mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais, que permite a compra de produtos e utilização dos diversos serviços exclusivos dos CORREIOS por meio dos canais de atendimento disponibilizados.	R$ 2.259.032,21
CT 135/2020	Contrato múltiplo de prestação de serviços postais e vendas de produtos telemáticos entre o SENADO FEDERAL e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT – nas modalidades nacional e internacional, com a venda de produtos postais disponibilizados nas Unidades de Atendimento da EBCT, em âmbito nacional.	R$ 4.404.319,08

5.6 GESTÃO DE PESSOAS

5.6.1. CONFORMIDADE LEGAL

5.6.1.1. Principais normas internas

O Senado Federal observa, em seus processos administrativos referentes à Gestão de Pessoas, os termos da Lei nº 8.112/90 e a Constituição Federal (CF), no capítulo que trata da Administração Pública, utilizando, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99, que regula o Processo Administrativo, entre outras legislações correlatas a matérias específicas. Internamente, o principal norte na área administrativa é o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo anexo ao Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, complementado pelo Regulamento Orgânico Administrativo, anexo do Ato do Presidente nº 22, de 2022. Além desses norteadores basilares, a Alta Administração da Casa edita constantemente atos relativos à gestão de pessoal – Atos do Presidente, Atos do Primeiro-Secretário, Atos da Comissão Diretora, Atos da Diretoria-Geral –, que são publicados no Boletim Administrativo do Senado Federal – BASF, e amplamente divulgados aos gestores e servidores, tanto via e-mail quanto em publicações na Intranet, além de configurarem como fundamentação das decisões relativas a direitos dos servidores, também publicadas em meio oficial (BASF). Em 2024 (e final de 2023, com impacto no ano seguinte), foram publicadas diversas normas administrativas, entre as quais se destacam:

a) PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO nº 15, de 2024: Determina os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo do ano de 2025 para cumprimento, pelo Senado Federal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais;

b) PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO nº 25, de 2023: Determina o calendário de pagamento da remuneração de pessoal do Senado Federal para o exercício de 2024;

c) ATC 6/2024: Institui o Programa Pai Presente no Senado Federal, o qual tem como objetivos: promover a integração e manutenção do vínculo afetivo e social entre o pai e a criança; oferecer oportunidade e estímulo para o pleno, natural, seguro e saudável desenvolvimento socioafetivo da criança; possibilitar ao servidor pai maior tempo de convivência com a criança desde seu nascimento e o exercício das necessárias atividades do cuidado;

d) ATC 7/2024: Referenda o Ato do Presidente nº 18, de 22 de dezembro de 2023, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal;

e) APR 4/2024: Altera o Regulamento Orgânico Administrativo

do Senado Federal, constante do Anexo ao Ato do Presidente nº 22, de 2022, para aprimorar a estrutura administrativa da Secretaria-Geral da Mesa e de seus órgãos subordinados;

f) APR 16/2024: Altera o Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal, instituído pelo Ato do Presidente nº 22, de 2022;

g) ADG 23/2024: Dispõe sobre o gozo de férias referentes ao exercício de 2023;

h) AGP 2/2023: Ato da Secretaria de Gestão de Pessoas que disciplina o recadastramento de servidores aposentados, pensionistas civis no âmbito do Senado Federal, bem como de senadores aposentados e dependentes do Plano de Seguridade Social dos Congressistas – PSSC e do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, nos termos da legislação vigente;

i) ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 8, de 2024: Altera o Regulamento Administrativo, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, para prever a exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnico Legislativo, alterar a nomenclatura dos cargos efetivos, aperfeiçoar as competências do Advogado-Geral, dos Advogados-Gerais Adjuntos, da Advocacia do Senado Federal e da atividade de polícia do Senado Federal, conciliar o quadro de funções comissionadas da Secretaria-Geral da Mesa com o advento da Resolução do Senado Federal nº 14, de 2023, e corrigir inconsistências normativas;

j) ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 9, de 2024: Altera o art. 41 do Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2014, para dispor sobre consulta prévia no sistema próprio da Secretaria de Polícia do Senado Federal para a verificação da regularidade da devolução dos equipamentos policiais no fluxo processual dos pedidos de aposentadorias do cargo de Policial Legislativo;

k) ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 10, de 2024: Dispõe sobre os procedimentos para constituição, cobrança, parcelamento e quitação dos créditos não tributários do Senado Federal;

l) ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 12, de 2024: Altera o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS), disposto no Anexo VI do Regulamento Administrativo, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022;

m) ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 13, de 2024: Dá nova redação ao Anexo IV do Regulamento Administrativo, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, que trata da Política de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores do Senado Federal;

n) ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 19, de 2024: Altera o Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2023, que regulamenta o Programa de Estágios do Senado Federal.

5.6.1.2. PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS

No intuito de manter a conformidade na execução das atividades de gestão de pessoas, os processos destacados abaixo apresentam procedimentos, regras e resultados em atendimento à ética e a transparência.

a. Processo Administrativo Disciplinar

As ações de supervisão, controle e de correição na Secretaria de Gestão de Pessoas, relativas aos procedimentos disciplinares, são geridas pelo do Serviço de Apoio a Comissões Processantes. Em 2024, registraram-se 4 (quatro) procedimentos administrativos disciplinares no Senado Federal, conforme relatório abaixo com os quantitativos de sindicância(s) e processo(s) administrativo(s) disciplinare(s):

Tabela 1 – Procedimentos administrativos disciplinares do Senado Federal[1]

Tipo	Processo	Etapa	Portaria	BASF instauração	BASF resultado
Sindicância	00200.020287/2023	Em andamento	99/2024 Diretora	9282	-
PAD	00200.019410/2023	Finalizado	024 Primeiro Sec.	9270	9349
PAD	00200.018384/2023	Finalizado	024 Primeiro Sec.	9150	9437
PAD	00200.001967/2024	Em andamento	024 Primeiro Sec.	9463	-

1 Fonte: Basf – Boletim Administrativo do Senado Federal. Tabela atualizada pelo SEACOMP em 27/11/2024.

b. Controle do Sistema Integrado de Saúde

O Sistema Integrado de Saúde (SIS) tem por finalidade proporcionar aos membros do Senado, bem como aos servidores ativos e inativos do Senado Federal e a seus dependentes, inclusive aos pensionistas, assistência com vistas à prevenção de doenças e à promoção, ao tratamento, à recuperação e à manutenção da saúde.

Trata-se de um plano de assistência à saúde na modalidade autogestão, de associação restrita aos servidores e membros do Senado Federal e seus dependentes, mediante modelo associativo fechado, de caráter social e sem finalidade lucrativa.

Diante das competências estabelecidas no Art. 55, Anexo VI, do Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, foram realizadas 11 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, visando deliberações para manter a integridade do plano de saúde.

Nas reuniões ocorridas no exercício de 2024, foram realizadas deliberações relacionadas às seguintes competências:

Tabela 2 – Deliberações 2024[2]

Atas	Extra 1	226	227	228	229	230	231	232	233	234	Extra 2	235	236	
Artigo 55														Total
Inciso I	1			1	1			1	1	2				7
Inciso II													1	1
Inciso III		12	3	5	5	13	18	11	5	3		5	7	87
Inciso IV					1	1							2	4
Inciso V														-
Inciso VI														-
Inciso VII													1	1
Inciso VIII														-
Inciso IX														-
Inciso X		1	2	2	2	4	1	1		1		2	1	17
Inciso XI										1	1	1		3
Inciso XII														-
Inciso XIII														-
Outros		1	2	1	1	2	1			1		1	1	11
Total														131

2 Fonte: COGEFI

Das 131 deliberações realizadas pelo Conselho, 87 (66,41%) foram referentes à aprovação de tabelas contendo os procedimentos e os serviços cobertos pelo SIS com os respectivos preços. Tais ações tratam, mais especificamente, de:

a. Aprovação do índice de reajuste de tabelas contratadas com prestadores credenciados ao SIS;

b. Aprovação de extensões de credenciamento, ou seja, inclusões de novos procedimentos de cobertura em tabelas já contratadas com prestadores credenciados ao SIS, e precificação desses novos itens;

c. Aprovação de inclusão de procedimentos para cobertura na modalidade livre escolha (ressarcimento), com precificação;

d. Adequações de códigos e valores de tabelas de cobertura contratadas com prestadores credenciados ao SIS.

Sobre as outras deliberações de maior frequência, 17 (12,98%) trataram de recursos apresentados por beneficiários; e 7 (5,34%) oram relativas à fixação de diretrizes administrativas e operacionais do SIS. Os demais itens apreciados ou levados ao Conselho de Supervisão, somados, representam 13,74% dos assuntos deliberados ao longo do exercício de 2024.

No âmbito das ações estratégicas realizadas pelo SIS em 2024, destacam-se:

1. Publicação do novo Edital de Credenciamento do SIS, 1/2024, sob a égide da nova Lei de Licitações e Contratos – nº 14.133/2021, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde no Distrito Federal aos beneficiários inscritos do SIS.

2. Elaboração e publicação da tabela de eventos e preços (Tabsenado) a ser utilizada na rede credenciada de prestadores de saúde do SIS e, ainda, no reembolso. Os ganhos se revertem em fidelização da rede credenciada, e o credenciamento de prestadores de maior qualidade, atraídos pela remuneração de acordo com o mercado de saúde suplementar do DF. Além disso, foram obtidos avanços na transparência de valores para os beneficiários, no atendimento à legislação vigente, no aumento da previsibilidade da coparticipação para o usuário, no controle dos gastos do SIS e na simplificação de procedimentos operacionais de credenciamento, tais como regulação, auditoria, contra-auditoria, pagamento a prestadores e reembolso.

3. Gerenciamento de toda rede credenciada do SIS, que conta com quase 300 instituições de saúde credenciadas, bem como implementação de modelos de remuneração mais sustentáveis juntos aos prestadores de saúde, como as áreas hospitalar, dialítica e de oncologia. A rede credenciada própria do SIS inclui prestadores de todas as áreas de cobertura assistencial à saúde determinada pelo Regulamento do SIS, incluindo as áreas médica, odontológica, entre outras es-

pecialidades. Os atendimentos abrangem desde consultas ambulatoriais e exames diagnósticos até serviços em hospitais de alta complexidade no DF, SP e RJ.

4. Desenvolvimento de um painel em *Qlik Sense* com diversas informações financeiras e assistenciais, incluindo a sinistralidade, detalhamento de gastos em cada prestador credenciado e indicadores para acompanhar a realização de exames preventivos pelos beneficiários do SIS. Também foram disponibilizadas informações financeiras que estavam armazenadas anteriormente no Pré-OASIS, OASIS, DW CEF e ERGON, gerando dados essenciais para o atendimento de demandas de beneficiários bem como contestações de cobrança de saldo devedor anterior ao Saúde/SF.

5. Desenvolvimento de solução que notifica os beneficiários do SIS quanto ao andamento das autorizações solicitadas pelos prestadores credenciados.

6. No âmbito específico da autorização, as seguintes medidas estratégicas foram tomadas:

    a. A convocação e constituição, por primeira vez, de uma junta médica, para dirimir questão de contraposição entre perícia do SIS e profissionais assistentes, ato previsto no Conselho Federal de Medicina e até então não adotado pelo SIS. Ressalta-se que o SIS já previu a especificação de tal serviço/recurso para o próximo edital de contratação de serviços de regulação e auditoria médico-hospitalar, a ser publicado no primeiro semestre do ano de 2025;

    b. Adoção de um núcleo de atendimento informacional de segundo nível (questões de maior complexidade relativas a processos de autorização), que opera em três canais (e-mail institucional; WhatsApp e SIGAD), com indicadores de produtividade visando otimizar o atendimento e a identificação de temas recorrentes a serem aperfeiçoados na operação do SIS como um todo;

    c. Integração dos setores de regulação (autorização prévia aos eventos) e de auditoria de contas (pós-evento) na operação da MAIDA-INFOWAY, empresa terceirizada contratada pelo Senado, otimizando o fluxo interno de informação pericial e o consequente controle regulatório;

    d. Implantação de um núcleo de auditoria concorrente (formado por dois enfermeiros, um dos quais também médico), para fiscalização e validação do trabalho de auditoria de contas realizado pela empresa MAIDA-INFOWAY;

    e. A fiscalização mais apurada e intensa da operação da empresa terceirizada no âmbito da autorização teve como consequência um inédito registro de glosas e sanções aplicadas no exercício de 2024, que proporcionou resultados positivos que estão descritos no item 4 do parágrafo seguinte (dados quantitativos do SIS).

7. Elaboração e publicação em parceria com a SEGP, SAFIN e DGER dos ATCs 10, 11 e 12 de 2024 que padronizam os procedimentos para constituição, cobrança, parcelamento, quitação dos créditos não tributários do Senado Federal, critérios de solicitação de revalidação retroativa e seus desdobramentos, entre outros aspectos.

8. Reajuste de 6,91% para as mensalidades, aprovado em 2024, para ser aplicado em 2025, visando a manutenção da saúde financeira do plano.

Em relação a dados quantitativos do SIS, destacam-se:

1. O quantitativo de eventos (procedimentos, consultas, exames, tratamentos...) que, via sistema SAUDE SF ou SIGAD, passaram pelos filtros de regulação e perícia da COASIS, corresponde ao montante de 1.578.539. Um número expressivamente alto, mas que apresenta significativa redução em relação ao ano anterior (1.906.557 eventos, Fonte: Painel Gerencial SIS – Galileu). Uma redução que pode ser traduzida como contribuição para a sustentabilidade e menor sinistralidade do SIS.

2. Eventos classificados no regime de internação hospitalar/emergência, apresentaram uma expressiva queda, correspondendo a 0,06% de incidência sobre a totalidade dos eventos. Tal número foi o menor dos últimos cinco anos, sendo que o índice do ano anterior foi de 0,32%. Uma redução que pode ser traduzida como contribuição para a sustentabilidade e menor sinistralidade do SIS.

3. Sobre os dados financeiros dispostos na tabela abaixo, as seguintes considerações são importantes: houve um aumento dos dispêndios em 18,6% (o que se pode explicar, por exemplo, pelo aumento dos preços gerais dos índices de preços na área da saúde) e uma pequena redução nas receitas aferidas dos beneficiários do plano, apesar de haver um aumento considerável nas mensalidades.

Tabela 3 – Regime de caixa (pagos e recebidos no Ano)[3]

Despesas	2003	2024	Variação
Rede Direta	252.736..632,22	323.555.641,42	28%
Saúde Caixa	151.461.858,80	162.480.872,43	7,30%
Reembolsos	14.294.536,65	10.338.197,00	-27,70%
Total despesas	**418.493.027,87**	**496.374.710,85**	**18,60%**
Receitas	**2023**	**2024**	**Variação**
Mensalidades	107.921.039,15	118.124.021,17	9,50%
Participação Financeira	54.059.091,99	43.364.891,15	-19,80%
Demais (taxas, multas, etc)	1.769.062,26	781.615,99	-55,80%
Total receitas	**163.749.193,40**	**162.270.528,31**	**-0,90%**

3 Fonte: Coordenação de Gestão Financeira (COGEFI).

4. Por fim, vale ressaltar que o SIS aplicou, nos prestadores da rede direta, glosas não revertidas no ano de 2024 no montante de R$ 9.755.565 (3,02% do valor pago à rede direta) na rede direta, ao passo que em 2023 o valor foi de R$ 2.596.697 (1,03% do valor pago à rede direta), um aumento de 3,7 vezes em números absolutos e aproximadamente 3 vezes em termos percentuais, o que reflete na saúde financeira e na sinistralidade do plano, bem como a diligência de seus servidores.

5.6.2. AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do Senado Federal está distruibuída por pessoal efetivo, comissionado, requisitados e cedidos, que totaliza 6.323 servidores[4], conforme gráfico de distribuição de pessoal abaixo:

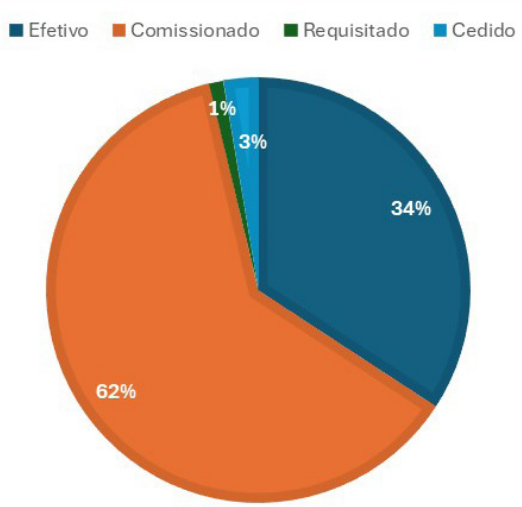


Gráfico 1 –Força de trabalho por grupo

4 Fonte: COAPES. Dados considerados até 31/12/2024.

5.6.2.1. Servidores efetivos

Os servidores efetivos estão distribuídos por faixa salarial, por tipo de carreira, por unidade e por função comissionada:

a) Distribuição dos servidores por faixa salarial:

As faixas salariais consideram somente as verbas permanentes do cargo, sem a contabilização de eventuais vantagens pessoais não previstas no plano de carreira. As informações remuneratórias dos servidores podem ser obtidas no site do Senado Federal em "Transparência – Gestão de Pessoas – Estrutura Remuneratória".

b) Distribuição do quadro de servidores por carreira:

A Carreira dos servidores efetivos do Senado Federal consiste na especialização em atividades legislativas para execução das funções de apoio técnico legislativo e administrativo, controle interno, consultoria jurídica, assessoramento legislativo, apoio técnico ao processo de indústria gráfica e em informática e processamento de dados (fonte: painel DashboardsIndicadoresRH.qvw / data-base: 31/12/2024):

Tabela 4 – Quadro de servidores por carreira[5]

Advogado	44
Analista Legislativo	1.083
Auxiliar Legislativo	19
Consultor Legislativo	290
Secretário Parlamentar	3
Técnico Legislativo	724
TOTAL	2.163

5 Fonte: COAPES.

c) Distribuição dos servidores[6] por unidade de exercício e função comissionada:

Tabela 5 – Distribuição de servidores efetivos por unidade de exercício

UNIDADE	Nº DE SERVIDORES	PERCENTUAL
Afastados	41	1,9%
Presidência do Senado Federal	13	0,6%
Comissão Diretora	19	0,9%
Gabinetes de Lideranças	47	2,1%
Gabinetes de Senadores	138	6,4%
Órgãos de Assessoramento Superior	617	28,5%
Órgãos Superiores de Execução	1.286	59,5%
Outros	2	0,1%
Total	2.163	100%

Tabela 6 – Servidores efetivos por função comissionada

FC	TOTAL	HOMEM	MULHER
FC05	2	1 (50%)	1 (50%)
FC04 + SF03*	41	28 (68%)	13 (32%)
FC03	432	313 (72%)	119 (28%)
FC02	435	285 (65%)	150 (35%)
FC01	119	78 (66%)	41 (34%)
Total	1.029	707 (69%)	322 (31%)

*Os ocupantes do cargo comissionado SF-03 (4 efetivos – 2 mulheres e 2 homens e 4 comissionados – todos do gênero masculino) foram somados ao tipo de Função FC-4, tendo em vista a mesma natureza de cargo de direção e a equivalência remuneratória.

6 Fonte: Relatório extraído do painel DashboardsIndicadoresRH.qvw em 7/1/2025, sendo os dados referente ao período de 31/12/2024.

d) Distribuição dos servidores efetivos[7] por área:

Os servidores efetivos também podem ser distribuídos por tipo de área, conforme demonstrativo a seguir:

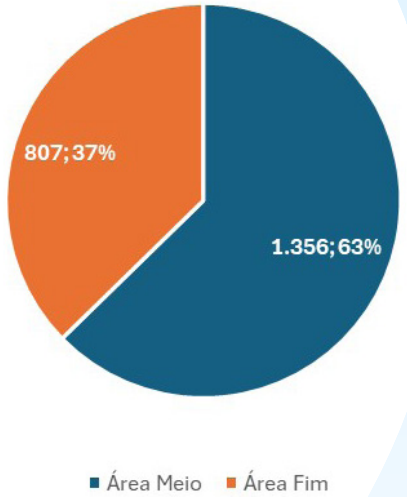


Gráfico 2 – Distribuição dos servidores por área

7 Fonte: Aplicativo Galileu – DashboardsindicadoresRHqvw. Acesso em 28/12/2023.

5.6.2.2. Cargos comissionados

Além dos cargos efetivos, com seleção por meio de concurso público, há ainda os cargos de provimento em comissão, que se destinam ao atendimento das atividades de assessoramento técnico vinculadas aos gabinetes parlamentares e ao atendimento de outras necessidades específicas do Senado Federal e de seus Órgãos Supervisionados. No final de 2024, registraram-se 3.927 servidores comissionados em atividade.

A distribuição de servidores comissionados[8] por área meio e área fim apresenta a seguinte situação:

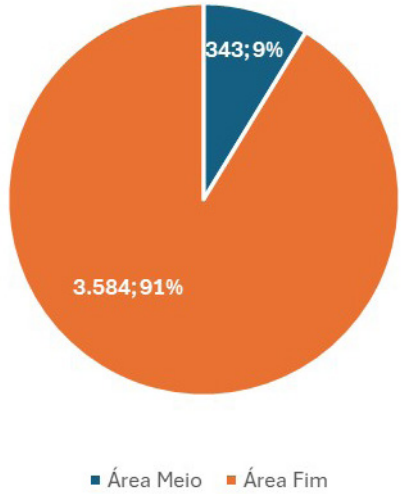


Gráfico 3 – Distribuição de Serviços Comissionados por área

5.6.2.3. Servidores cedidos e requisitados

A força de trabalho do Senado Federal também é composta por 233 servidores cedidos e requisitados.

Há 166 servidores cedidos ao Senado provenientes de outros órgãos ou empresas públicas, dos mais diversos entes da Federação e seus respectivos poderes, na forma do art. 93, I, da Lei 8.112/90.

Há 67 servidores da Infraero compondo a força de trabalho no Senado, conforme Portaria do Ministério da Economia nº 24, de 17 de janeiro de 2020, embasada no parágrafo 7º do art. 93 da Lei nº 8.1112, de 1990 e no Decreto nº 9.144, de 2017, hoje revogado pelo Decreto nº 10.835, de 2021.

5.6.2.4. Evolução da força de trabalho

Em decorrência da homologação do concurso público realizado em 2022, o Senado Federal convocou candidatos aprovados no certame para compor o quadro de pessoal da Casa em 2024.

Ao longo do ano, houve 284 nomeações de novos servidores efetivos, visto que o concurso público possui validade de 24 meses, prorrogável por igual período. Conforme diário oficial publicado no dia 16/12/2024, edição 241, seção 3, página 187, o concurso foi prorrogado por mais 24 meses. Abaixo, tem-se o demonstrativo de nomeações por cargo:

8 Fonte: Aplicativo Galileu – DashboardsindicadoresRHqvw. Acesso em 7/1/2025.

Tabela 7 – Demonstrativo de nomeações por cargo

Cargo	Quantidade de nomeações	Data de homologação
Advogado	8	28/4/2023
Consultor Legislativo	42	28/4/2023
Analista Legislativo	174	16/3/2023 *registro e redação parlamentar) e 17/1/2023 (demais especialidades)
Técnico Legislativo	60	7/6/2023

Entretanto, apurou-se, em 2024, que 227 servidores ativos estão aptos a se aposentar. Projetando-se para 5 anos, tem-se 488 servidores que terão direito à aposentadoria.

5.6.3. DETALHAMENTO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL

5.6.3.1. Evolução dos gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam a seguinte evolução conforme demonstrativo a seguir:

Tabela 8 - Relatório de Gestão 2024 – Evolução dos gastos com pessoal

Categoria	Despesa paga em 2023 (em R$)	Despesa paga em 2024 (em R$)
Aposentados	1.695.046.647,88	1.915.591.793,52
Pensionistas	480.193.727,91	525.906.961,75
Efetivos ativos	1.021.399.191,91	1.226.275.435,19
Comissionados ativos	545.601.822,82	646.059.840,11
Senadores ativos	54.365.388,46	57.856.619,21
Movimentados (Infraero)	19.508.222,77	20.111.401,25
Valor total por ano	3.816.115.001,75	4.391.802.051,03

As justificativas para a variação da despesa de pessoal do Senado Federal entre 2023 e 2024 são:

a) Aposentadoria de servidores efetivos;

b) Falecimento de aposentados;

c) Reajuste do subsídio de senadores e da remuneração de servidores efetivos e comissionados;

d) Regulamentação da Gratificação de Desempenho prevista na Lei nº 12.300/2010;

e) Aprovação da Lei nº 14.982/2024, que dispõe sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificáveis dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas;

f) Provimento de cargos efetivos decorrentes de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2022.

5.6.3.2. Detalhamento da despesa de pessoal

As despesas de pessoal também podem ser apresentadas pela categoria de pessoal: aposentados, pensionistas, efetivos ativos, comissionados ativos, senadores ativos e movimentados.

Tabela 9 – Detalhamento da despesa de pessoal

	Representatividade
Aposentados	
Desp. exercícios anteriores	1,78%
Gratificação Natalina	6,74%
Vantagens fixas	91,11%
Vantagens variáveis	0,38%
Pensionistas	
Desp. exercícios anteriores	0,35%
Gratificação Natalina	7,79%
Vantagens fixas	91,86%
Efetivos Ativos	
Desp. exercícios anteriores	0,59%
Gratificação Natalina	5,40%
Patronal	14,41%
Vantagens fixas	79,36%
Vantagens variáveis	0,23%
Comissionados Ativos	
Desp. exercícios anteriores	0,18%
Gratificação Natalina	6,19%
Patronal	15,73%
Pessoal requisitado	0,15%
Vantagens fixas	75,31%
Vantagens variáveis	2,44%
Senadores Ativos	
Desp. exercícios anteriores	0,04%
Gratificação Natalina	6,54%
Patronal	14,85%
Pessoal requisitado	0,45%
Vantagens fixas	78,12%
Movimentados	
Desp. exercícios anteriores	3,74%
Pessoal requisitado	96,26%

5.6.4. ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO

5.6.4.1 Avaliação por desempenho

A Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF), estabelecida pela Lei nº 12.300/2010 – Ato da Comissão Diretora nº 16/2023 – Ato do Primeiro Secretário nº 6/2023, é constituída pelo somatório da parcela fixa de 60% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, acrescido do valor referente à parcela

avaliativa, apurada no ciclo de avaliação de desempenho imediatamente anterior, correspondendo a, no máximo 40% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parte variável). A avaliação possui periodicidade semestral e se aplica a servidores efetivos e comissionados. A avaliação de desempenho referente à parcela variável foi regulamentada em 2023, com procedimentos e cronograma operacional aprovados pelo ADG 19/2024.

Na avaliação ocorrida em agosto de 2024, com base no período avaliativo de 1º de fevereiro a 31 de julho, foram avaliados 5.755 servidores.

5.6.4.2 Levantamento de necessidades de capacitação

Em 2024, foram promovidas 119 ações de capacitação pela Escola de Governo do Senado Federal, com destaque para iniciativas internas e em modalidades a distância.

No âmbito da capacitação interna, foram realizadas 54 ações, que contaram com a participação de 1.793 inscritos, dos quais 1.321 concluíram os cursos, representando uma taxa de conclusão de 73,7% . Além disso, 38 ações na modalidade EAD foram ofertadas, ampliando o alcance das atividades de formação. No campo da Educação Superior, 16 ações foram conduzidas, englobando cursos de extensão e atividades voltadas à disseminação de conhecimento, fortalecendo o compromisso com o desenvolvimento técnico e profissional dos servidores.

Além disso, o Instituto Legislativo Brasileiro gerencia o Programa Interlegis, o qual oferta uma série de produtos e serviços destinados às casas legislativas do país, entre os quais destacam-se as oficinas técnicas, sistemas e tecnologias de apoio à gestão e ao processo legislativo.



Figura 2 – Ações de capacitação

5.6.4.3 Estratégias para alavancar o desempenho e a eficiência

No intuito de alavancar o desempenho e a eficiência no Senado Federal, a Casa realizou a implementação de algumas estratégias, tais como nova metodologia para o PCASF 2025 e o novo programa de formação gerencial.

a) Nova metodologia para o PCASF 2025:

O Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal (PCASF) 2025 implementou uma nova metodologia voltada à racionalização e ao alinhamento estratégico das ações de capacitação. Para identificar as necessidades de treinamento, foi realizada uma ampla consulta às unidades do Senado, utilizando

formulários atualizados e análises setoriais específicas. O plano foi estruturado em dois eixos: setorial, com foco nas prioridades de cada unidade, e corporativo, abrangendo iniciativas contínuas e transversais da Casa.

b) Novo Programa de Formação Gerencial (PFG):

O PFG 2024 foi reformulado para atender às necessidades contemporâneas de liderança e gestão no Senado Federal. Agora, em sua versão 3.0, o programa oferece ciclos básicos e avançados de formação, com foco em competências, como gestão de equipes, inovação, liderança sistêmica e uso estratégico de dados. Além das disciplinas regulares, o programa inclui rodadas de conversa sobre temas transversais, como diversidade, acessibilidade, LGPD e segurança cibernética. O PFG busca capacitar líderes a atuar de forma sistêmica e eficaz, preparando-os para os desafios institucionais com ferramentas modernas e uma abordagem prática.

c) Sistemas/ferramentas

Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

Está em fase de desenvolvimento e testes a adoção do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que propõe adotar um ciclo de desenvolvimento construído a partir da percepção de gestores e servidores sobre as dimensões relativas ao trabalho desempenhado. Essa visão avaliativa vai permitir formular uma trilha de desenvolvimento individual, auxiliando gestor e servidor a identificarem oportunidades de melhoria e crescimento profissional.

O PDI ocorre em um ciclo temporal previamente definido, que começa com o autodiagnóstico do servidor e com o diagnóstico pela chefia imediata. Esse diagnóstico está estruturado em seis dimensões de competência e estruturado em três categorias: pontos de destaque, pontos a desenvolver e evidências de comportamentos. Na sequência, ocorre a etapa chamada de Diálogo de Desenvolvimento, em que servidor e chefe irão conversar sobre percepções de desempenho e pactuar um plano de desenvolvimento individual, no mesmo sistema.

Plano de Gestão

O plano de gestão é uma ferramenta de planejamento e monitoramento de entregas com base nos processos, produtos e atividades das unidades administrativas, a partir dos quais se definem indicadores e metas individuais e gerenciais (do setor). As metas podem ser de eficiência ou de eficácia e são traçadas a partir do histórico de desempenho dos resultados objetivamente mensuráveis da unidade. O servidor incluído no regime do plano de gestão fica dispensado de realizar o registro biométrico de frequência.

As metas do Plano de Gestão devem aumentar a produtividade, por melhoria do processo seja por redimensionamento do quadro de pessoal.

Os planos são acompanhados a partir da análise de relatórios trimestrais, nos quais se resumem os principais resultados gerenciais e individuais do trimestre. A implantação do Plano de Gestão em uma unidade e seu respectivo desempenho trimestral são publicados no Boletim Administrativo do Senado Federal. Atualmente, existem 165 planos em vigência[9].

9 Esse número sofre alteração constante em razão do surgimento de novos planos.

5.6.4.4. Valorização do ambiente e das condições de trabalho

O Senado realizou também várias ações de saúde e qualidade de vida, conforme segue:

. Pesquisa de Clima Organizacional;
. Laudos e pareceres técnicos de Engenharia do Trabalho;
. Relatórios técnicos de Saúde e Segurança no Trabalho;
. Pareceres técnicos sobre adicionais de insalubridade ou periculosidade;
. Ações de qualidade de vida para grupos[10].

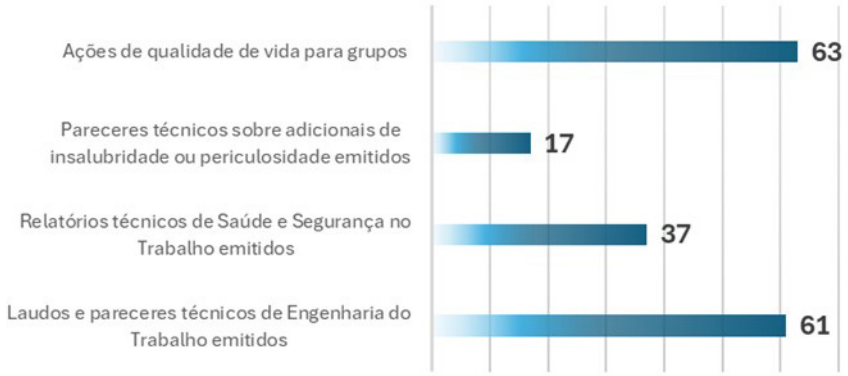


Gráfico 4 – Ações de valorização do Ambiente e das condições de trabalho

10 Ações como acolhimento de equipes, realização de palestras, apresentação da Pesquisa de Clima para equipes específicas, etc.

5.6.4.5. Ações voltadas à saúde e à qualidade de vida

a) Vacinação

Em 2024, foram administradas 1.368 doses de vacinas, sendo referentes à gripe/influenza e 454 à dengue.

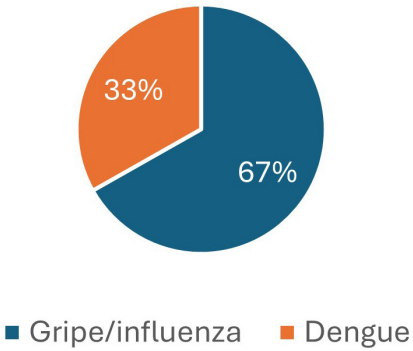


Gráfico 5 – Vacinação

b) Exames

No mesmo período foram realizados 128 exames específicos para atendimento de mulheres, distribuídos de acordo como o gráfico abaixo:

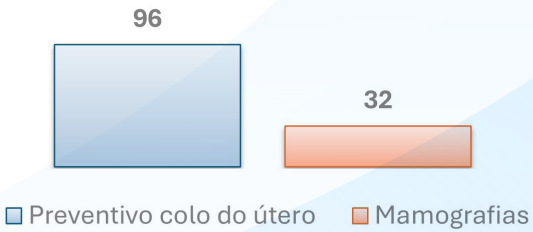


Gráfico 6 – Exames – Ação para mulheres

c) Circuito Saúde

No circuito saúde, além de diversos exames realizados, tem-se o seguinte resultado:

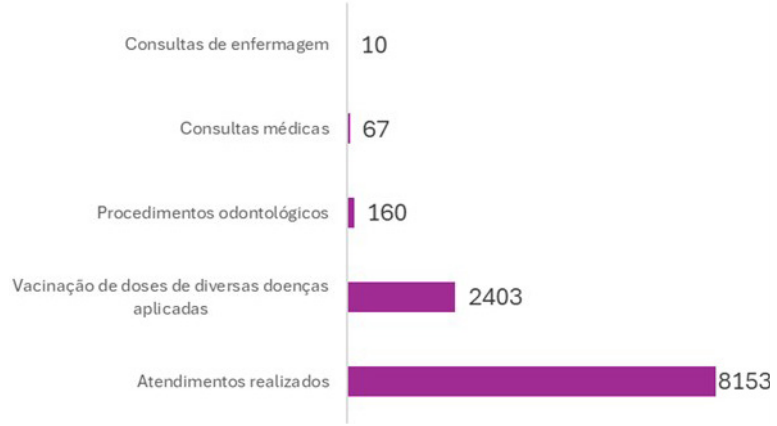


Gráfico 7 – Circuito Saúde



Foto 1 – Circuito Saúde



Foto 2 – Circuito Saúde



Foto 3 – Circuito Saúde

d) Setembro Amarelo

. 4 vídeos com especialistas abordando temas relacionados à saúde mental;
. 4 matérias na intranet com profissionais do Senado sobre o tema;
. 4 roteiros base para criação das áudio-novelas.



Foto 4 – Campanha Setembro Amarelo

e) Outubro Rosa

. Mamografias realizadas em parceria com a Câmara dos Deputados: 83;
. Mamografias realizadas em parceria com a Liga do Bem: 105;
. Atendimentos médicos: 218;
. Ecografias mamárias: 24;
. Café da manhã comemorativo pelo Outubro Rosa destinado às colaboradoras terceirizadas.



Foto 5 – Outubro Rosa

f) Novembro azul

. Roda de conversa sobre a saúde do homem;
. Realização de exames de sangue: 100;
. Distribuição de fôlder informativos;
. Café da manhã comemorativo pelo Novembro Azul destinado aos colaboradores terceirizados.



Foto 6 – Novembro Azul

g) Publicações na Intranet

Foram 26 matérias de educação e informação em saúde publicadas na Intranet.

h) Palestras e Rodas de Conversa

. 1 evento "Palestra Insônia – do diagnóstico ao tratamento" (março/2024);
. Realização da Semana da Enfermagem: evento científico com 5 palestras e 1 minicurso de sutura para enfermeiros do Senado Federal.

i) Atendimentos realizados pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida:

. 1.366 atendimentos psicológicos;
. 320 atendimentos sociais;
. 5 atendimentos nutricionais;

. 266 exames médicos admissionais;
. 570 exames médicos periódicos;
. 169 atendimentos psiquiátricos;
. 37 laudos e pareceres técnicos de Medicina do Trabalho;
. 2 comunicações de acidente de trabalho (CAT);
. 95 estudos técnicos em psicologia e serviço social;
. 157 relatórios técnicos em psicologia e serviço social.

j) Atendimentos realizados no Serviço Médico de Emergência:

. 2.622 consultas médicas de pronto-atendimento;

. 11.641 procedimentos de pronto-atendimento.

l. Atendimentos realizados pelo Serviço de Junta Médica:

. 4.510 licenças médicas analisadas;

. 491 processos analisados[11];

. 338 perícias presenciais realizadas.

5.6.5. PESQUISAS

5.6.5.1 Pesquisa Interna com Egressos de Cursos de Pós-Graduação e Extensão do ILB

O DataSenado realizou pesquisa em parceria com o Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB) para avaliar a satisfação e os impactos na vida profissional dos egressos de cursos de pós-graduação e extensão do ILB. As informações levantadas serão utilizadas no aprimoramento das ações de capacitação previstas para 2024 e 2025.

O levantamento *online* ficou disponível de 27 de fevereiro a 15 de março de 2024 e foi enviado a todos os egressos das turmas de 2022 e 2023. Alunos que concluíram mais de um curso receberam múltiplos questionários com o respectivo contexto de cada curso. A pesquisa contou com 60 respostas completas, representando uma taxa de resposta de 25%, patamar considerado satisfatório para esse tipo de levantamento.

5.6.5.2 Pesquisa Interna Sobre os Cursos de Pós-Graduação do ILB

O DataSenado realizou pesquisa em parceria com o Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB) para avaliar o interesse dos servidores do Senado nos cursos de pós-graduação do ILB. As informações levantadas serão utilizadas no planejamento das ações de capacitação previstas para 2024 e 2025.

O levantamento *online* ficou disponível de 2 a 26 de abril de 2024 e foi enviado a todos os servidores do Senado. A pesquisa contou com 626 respostas completas, representando uma taxa de resposta de 10,3%.

5.6.5.3 Pesquisa Interna de Clima Organizacional

O DataSenado realizou, em parceria com o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT) do Senado, a Pesquisa de Clima Organizacional 2024. Ao todo, 3.273 pessoas responderam ao questionário. Os resultados foram encaminhados ao SESOQVT.

5.6.5.4 Pesquisa Interna de Satisfação de Gabinetes com os Serviços da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

O DataSenado realizou pesquisa, em parceria com a Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (SLCN), para avaliar a satisfa-

11 Pedidos de isenção de IR, pensão civil, inclusão de dependentes inválidos e horário especial.

ção dos assessores parlamentares de gabinetes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com os serviços prestados pela secretaria.

O levantamento *online* ficou disponível de 14 a 27 de outubro de 2024 e foi enviado aos servidores do Senado, efetivos e comissionados, vinculados à Secretaria-Geral da Mesa e diretamente aos gabinetes. O *link* da pesquisa também foi compartilhado, via Whatsapp e e-mail, em listas de assessores parlamentares da Câmara dos Deputados. A pesquisa contou com 85 respostas completas, sendo 63 de servidores do Senado Federal e 20 da Câmara dos Deputados, dispostos entre 47 comissionados, 33 efetivos e 5 em outros tipos de vínculos.

As informações levantadas serão utilizadas no planejamento das ações da SLCN de forma a atender adequadamente às necessidades dos parlamentares e seus gabinetes, subsidiando a tomada de decisão em relação ao aprimoramento dos serviços fornecidos pela secretaria.

5.6.5.5 Pesquisa Interna Saúde e Qualidade de Vida

O DataSenado realizou pesquisa, em parceria com o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT) do Senado, para avaliar a saúde e a qualidade de vida dos servidores e colaboradores do Senado. A pesquisa contou com 905 respondentes.



5.7 RESULTADOS CORRELACIONADOS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU

Nos últimos anos, a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), tornou-se uma prioridade global. O Brasil, como signatário da Agenda 2030, tem o desafio e a responsabilidade de incorporar esses objetivos em suas políticas públicas.

Os 17 ODS, com suas metas detalhadas, compõem a Agenda 2030, que busca estimular, ao longo dos próximos anos, a implementação de ações em áreas de importância crítica para a humanidade e para o planeta.

Alinhados a essa visão, os ODS são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Neste contexto, o Senado Federal desempenha um importante papel na formulação de legislações e na promoção de ações que visam ao cumprimento desses ODS.



5.7.1. CONTRIBUIÇÕES LEGISLATIVAS AOS ODS

O Senado Federal, como uma casa legislativa, possui a atribuição de criar e revisar leis, as quais podem impactar diretamente a implementação dos ODS. Em 2024, merece destaque as contribuições aos ODS apresentadas na tabela seguinte.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	ATUAÇÃO LEGISLATIVA EM 2024
ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	Iniciativas legislativas relacionadas a Políticas Sociais específicas foram rapidamente implementadas para assistir as famílias afetadas por calamidades, garantindo acesso à saúde, à educação e à assistência financeira emergencial. No campo do empreendedorismo, foram acolhidas medidas específicas para a recuperação econômica das regiões afetadas por tragédia climática, incluindo linhas especiais de crédito com juros reduzidos, prorrogação de prazos para pagamento de tributos e flexibilização de exigências regulatórias para micro e pequenas empresas atingidas pela catástrofe.
ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.	Na área da saúde, foram aprovadas 27 proposições, entre elas a criação da Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069, de 2024), que estabelece diretrizes para as relações profissionais e voluntárias de cuidado. Outro avanço importante foi dado com a instituição do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, por meio da Lei nº 14.874, de 2024, norma que estabelece parâmetros para a realização de estudos clínicos com seres humanos.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	ATUAÇÃO LEGISLATIVA EM 2024
ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	Nos temas relacionados à educação, foram aprovadas 37 matérias, com destaque para a reformulação do Novo Ensino Médio (Lei nº 14.945, de 2024) e para a regulamentação do uso de celulares nas escolas (Projeto de Lei nº 4.932, de 2024).
ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	No campo das ações relacionadas à proteção das mulheres, o Senado aprovou 27 proposições dedicadas a essa pauta. Destaque especial para o endurecimento da legislação contra o feminicídio (Lei nº 14.994, de 2024), que passou a ser classificado como crime autônomo e hediondo, além de ter sua pena máxima elevada para 40 anos de reclusão, a mais severa prevista na legislação penal brasileira.
ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.	Foram efetivadas iniciativas legislativas relacionadas a infraestrutura e meio ambiente voltadas para medidas emergenciais que viabilizaram a reconstrução de estradas, a ampliação de programas habitacionais para desabrigados e a recuperação de áreas degradadas.
ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.	Em relação às políticas ambientais e ao desenvolvimento sustentável, houve avanço em pautas fundamentais para posicionar o Brasil como protagonista global na agenda climática, com a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Lei nº 14.944, de 2024) e do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Lei nº 15.042, de 2024), que regulamenta o mercado nacional de crédito de carbono.

Ademais, o envolvimento do Senado na promoção de campanhas de conscientização sobre os ODS é uma estratégia poderosa para mobilizar a sociedade civil, os setores produtivos e outros níveis de governo. Por meio de audiências públicas, seminários e iniciativas conjuntas com organizações da sociedade civil, foi possível disseminar informações e engajar a população na luta por um desenvolvimento sustentável. Assim, os Parlamentares não apenas legislam, mas também atuaram como agente de sensibilização e motivação para a sociedade, promovendo uma cultura de responsabilidade social e ambiental.

5.7.2 CONTRIBUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DO SENADO AOS ODS

O Senado Federal também atuou na promoção das metas relacionadas aos ODS por meio de ações internas que refletem seu compromisso com a sustentabilidade.

Uma das principais ações do Senado para promover os ODS é a implementação de práticas de gestão sustentável em suas instalações. Isso inclui a adoção de políticas de eficiência energética, que visam reduzir o consumo de eletricidade e promover o uso de fontes renováveis. O Senado tem investido em tecnologias que mini-

mizam o impacto ambiental de suas operações, refletindo o "ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos".

No que diz respeito à inclusão e diversidade, o Senado realiza iniciativas internas que promovem a igualdade de gênero e a inclusão social. A capacitação de servidores e a criação de programas de diversidade visam garantir um ambiente de trabalho mais justo e acolhedor. Tais iniciativas se conectam diretamente ao "ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas".

Ademais, o Senado tem promovido uma gestão de resíduos eficaz, alinhada ao "ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis". A implementação de programas de reciclagem e a redução do uso de plásticos são apenas algumas das medidas adotadas.

Outra frente importante foi a realização de eventos e campanhas que promovem a educação sobre os ODS. O Senado tem promovido seminários e audiências públicas que discutem a implementação dos ODS no Brasil e as melhores práticas internacionais.

Além disso, o Senado Federal também incentiva a participação ativa de seus servidores em projetos de voluntariado e ações comunitárias, ampliando seu impacto social.

As tabelas apresentadas a seguir apresentam exemplos detalhados de ações relacionadas aos ODS, que foram realizadas pela Administração do Senado Federal em 2024.

ODS 3. ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Programa Pai Presente	ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades)
Ações voltadas à saúde e à qualidade de vida: Vacinação, Exames, Circuito Saúde, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul entre outros	

ODS 4. ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Programa de visitação com filme em realidade virtual sobre Abdias do Nascimento no Dia da Consciência Negra	ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)
Sala Verde do Viveiro: educação ambiental sustentável, acessível e inclusiva	ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), ODS 15 (Vida terrestre)
Capacitação para vereadores em Planos de Logística Sustentável	ODS 17 (Parcerias e meios de implementação)

ODS 5. ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Encontro para celebrar o Dia das Mulheres e Meninas na Ciência com palestras sobre o tema “Mulher, Ciência e Tecnologia”	ODS 4 (Educação de Qualidade)
Campanha Permanente Contra o Assédio Moral e Sexual	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Ações do Março Mulheres (Dia Internacional das Mulheres)	ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade)
Ações dos 21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Meninas e Mulheres (lançamento de obras, seminários, palestras, rodas de leitura sobre diversidade, equidade e inclusão)	ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Curso de Liderança para Mulheres Negras	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 10 (Redução das Desigualdades)
Curso de Liderança Feminina	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Oficina Legislativa sobre Violência Doméstica (para mulheres)	ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Cartilha da Vereadora para Parlamentares Municipais (equidade de gênero)	ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ODS 17 (Parcerias e meios de implementação)
Guia Eleitoral para Candidaturas Femininas e Negras	ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Lançamento do 3º Plano de Equidade de Gênero e Raça	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 10 (Redução das Desigualdades)
Ações dos Grupos de Trabalho de afinidade de LGBTQIA+ e de Raça	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Designação do Grupo de Trabalho para proposição políticas voltadas à diversidade e ao combate ao assédio no contexto laboral	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Produtos do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal (OMV): Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (com recorte racial e sobre mulheres trans) e o Mapa Nacional da Violência de Gênero (inclusão de Registros Internacionais)	ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)

ODS 6. ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Monitoramento de Consumo de Água	ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima)

ODS 7. ASSEGURAR O ACESSO CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL, MODERNO E A PREÇO ACESSÍVEL À ENERGIA PARA TODOS	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Monitoramento de Consumo de Energia	ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima)

ODS 9. CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Criação do Sistema de Transcrição Inteligente (STI)	ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)

ODS 10. REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Curso de Letramento Racial para vigilantes e recepcionistas	ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Capacitação sobre Autismo e Inclusão (oficinas de sensibilização e roda de conversa	ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)
Plano de Acessibilidade do Senado	ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)
Serviço de Impressão em Braile e Serviços de Audiodescrição. Legenda em tempo real e Interpretação em Libras	ODS 4 (Educação de qualidade)
Política de Diversidade, Equidade e Inclusão do Senado	ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Campanha “Capacitismo não tem vez”	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)
Ações da Rede Equidade	ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)

ODS 11. TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Reserva de vagas para PCD e idosos nos estacionamentos	ODS 10 (Redução das Desigualdades)

ODS 12. ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Plano de Gestão de Logística Sustentável	ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)
Programa de Gestão de Resíduos Sólidos	ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)
Programa de Redução de Resíduos Eletroeletrônicos	ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)
Ações da Rede Nacional de Sustentabilidade do Legislativo	ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)

ODS 16. PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS	
Iniciativa/Projeto/Ação/Política	Outros ODS correlacionados
Projeto Senado Explica (IA para linguagem simples)	ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura)
Desenvolvimento do Portal do Orçamento	ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura)
“Senado Verifica – Fato ou Fake?” (Checagem de Informações)	ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)
Portal do Orçamento	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)
Aplicativo Senado Digital	ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)



ORÇAMENTO, FINANÇAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6

6.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária e financeira do Senado Federal no exercício de 2024, inclusive os destaques concedidos e recebidos, está retratada nos relatórios que podem ser acessados por meio do *link* abaixo.

https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/safin/execucao-orcamentaria-e-financeira

Os dados relativos aos valores empenhados e pagos à conta dos créditos orçamentários alocados em favor do Senado Federal na Lei Orçamentária Anual de 2024 (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024), bem como a execução de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, encontram-se disponíveis no *link* abaixo.

https://www.senado.gov.br/bi-arqs/Arquimedes/Financeiro/2024ExecucaoOrcamentariaEFinanceira.pdf

Esses dados abrangem, também, a execução de valores descentralizados pelo Senado Federal a Unidades Gestoras (UGs) externas.

Tendo em vista o que dispõe o Manual Técnico de Orçamento – MTO, as despesas ao longo do exercício de 2024 subdividem-se nos seguintes grupos:

a) Pessoal e Encargos Sociais (Grupo de Natureza de Despesa – GND 1): despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.

O valor total empenhado nesse GND foi de R$ 4.484.118.342,89, que corresponde a 81,47% do valor comprometido à conta do orçamento de 2024.

b) Outras Despesas Correntes (GND 3): despesas orçamentárias necessárias à manutenção e ao funcionamento da Casa, dentro das quais incluem-se os auxílios pagos aos servidores (auxílio alimentação, pré-escolar, transporte, funeral, natalidade e assistência médica e odontológica).

O valor total empenhado nesse GND foi de R$ 948.630.917,29, que corresponde a 17,24% do valor comprometido à conta do orçamento de 2024. A parcela de R$ 427.470.507,66 refere-se ao pagamento de benefícios aos servidores (que são despesas consideradas obrigatórias) e de R$ 521.160.409,63 destinados aos gastos de manutenção e funcionamento do Senado Federal, gastos classificados como discricionários.

c) Investimentos (GND 4): despesas orçamentárias com aquisição e desenvolvimento de *softwares*, planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos e de material permanente.

O valor total empenhado nesse GND foi de R$ 70.964.598,74, que corresponde a 1,29% do valor comprometido à conta do orçamento de 2024.

Sobre a soma dos valores pagos de despesas primárias naquele ano (classificadas com o código de Resultado Primário igual a 1 ou 2), apurou-se que a soma das despesas pagas, incluindo restos a pagar

quitados, totalizou R$ 5.285.823.648,67, o que corresponde ao percentual de 91,71% do limite calculado a partir das disposições da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023 (R$ 5.763.558.153,00).

Além disso, conforme Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, foi determinada uma limitação de empenho e movimentação financeira de R$ 4.042.704,00 no documento relativo ao 3º bimestre de 2024. No entanto, esse montante foi reestabelecido no relatório do bimestre subsequente, conforme evidenciado no demonstrativo que pode ser acessado pelo *link* abaixo.

https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/safin/paginas-demonstrativos-oficiais-com-base-na-ldo/dblemf-relatorio-5o-bimestre-2024.pdf

Tabela 1 – Valores autorizados e empenhados por GND à conta da LOA/2024

Grupo de Natureza de Despesa (GND)	Dotação atualizada (em R$)	Despesas empenhadas (em R$)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	4.547.238.312,00	4.484.118.342,89
3 – Outras Despesas Correntes	1.054.214.035,00	948.630.917,29
4 – Investimentos	97.818.463,00	70.964.598,74
9 – Reserva de Contingência	217.206.067,00	-
Valor total	5.916.476.877,00	5.503.713.858,92

DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES EMPENHADOS EM 2024

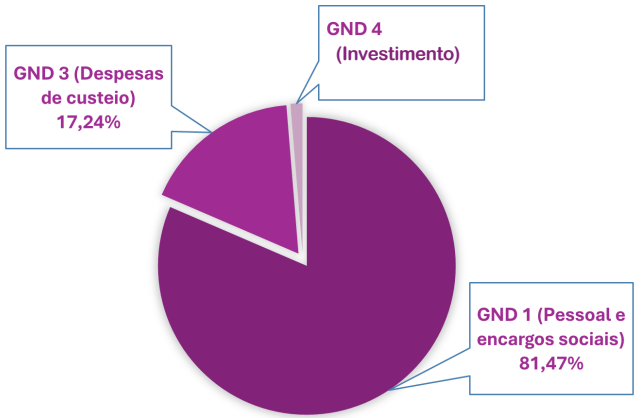


Gráfico 1 – Porcentagem do valor empenhado por GND em relação ao total

Destaques Orçamentários e Repasses Financeiros

Entre os destaques orçamentários estão os valores recebidos pelo Senado Federal em virtude da disponibilização do Sistema Informatizado de Gestão de Bibliotecas (SIB), da manutenção do Centro de Transmissão de Rádio e Televisão do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), da ocupação de espaços da Casa, em especial de imóveis funcionais por autoridades de outros órgãos, e do pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) a servidores da Casa que atuaram em cursos externos.

Por outro lado, existem os destaques relacionados aos valores concedidos pelo Senado Federal, tais como aqueles destinados a atender: ao Termo de Execução Descentralizada nº 1/2024 (Câmara dos Deputados: estabelecimento de condições para ocupação,

por parte de deputados federais e senadores, dos imóveis funcionais pertencentes, respectivamente, à reserva técnica do Senado Federal e da Câmara dos Deputados), ao TED nº 34/2023 (Universidade Federal do Rio de Janeiro: contratação de projetos básicos e executivos para modernização e restauração do Palácio Conde dos Arcos e para construção de um memorial histórico do Senado Federal e exposição para a celebração dos 200 anos do Senado do Brasil), ao TED nº 35/2023 (Universidade de Brasília: elaboração de livro a ser publicado pelo Senado Federal, além da produção de oito *podcasts*, no âmbito do Projeto "Constituições Brasileiras e Políticas Públicas") e ao TED nº 27/2023 (Universidade de Brasília: criação de material multimídia sobre a história do Parlamento Brasileiro para publicação no Portal do Senado Federal). Além disso, foram descentralizados recursos para viabilizar o pagamento da GECC a servidores que não são do quadro da Casa e atuaram em cursos promovidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Conforme dispõe o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, os destaques orçamentários são amparados por TEDs, publicados no Portal da Transparência do Senado Federal. Essa formalização é dispensável em situações cujo valor não ultrapasse R$ 176.000,00 ou quando se trata de ressarcimento de despesas.

Tanto no caso de valores recebidos quando concedidos, os valores que foram empenhados e pagos, por órgão repassador ou recebedor, grupo de natureza de despesa (GND) e elemento de despesa, podem ser verificados por meio do *link* abaixo.

https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/safin/execucao-orcamentaria-e-financeira

6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades.

O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e especialmente pela Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. As demais normais legais adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis são a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Decreto nº 93.872/1986 e Decreto 11.531/2023. Já em relação às normas técnicas, citamos o Manual Técnico de Orçamento – MTO e demais publicadas pelo Ministério da Fazenda que visaram disciplinar o processo orçamentário federal naquele exercício.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária,

financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) do Senado Federal: 020001 e 020054.

https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/safin/demonstracoes-contabeis

O conjunto das Demonstrações Contábeis é composto pelos seguintes relatórios:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO
MÁRCIO TANCREDI

PRODUÇÃO
ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA
LEONARDO HENRIQUE TEJADA VIDAL

PESQUISA, ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO E IMAGENS
JODELMIR PEREIRA DE SOUZA
GEORGIA MARIA DE ANDRADE EUFRASIO
GABRIELLE TENÓRIO GOMES
ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
CINTIA BARBOSA DOS SANTOS

REVISÃO
ANDERSON GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIANA SANMARTIN DE MELLO